

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**A circulação de “gentes” e “cousas” entre
Portugal e Castela nos séc. XIV e XV**

Ricardo Alexandre Fonseca Santana

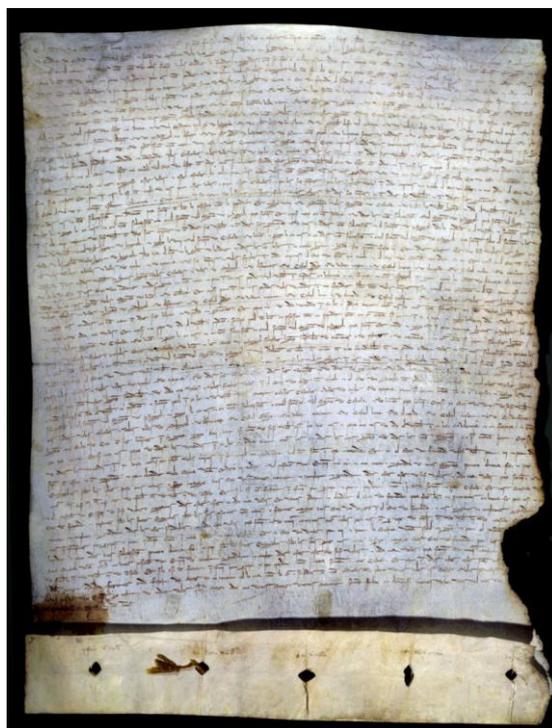
Tese orientada pela Prof.^a Doutora Julieta Maria Aires de
Almeida Araújo

Dissertação de Mestrado em História Medieval

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

A circulação de “gentes” e “cousas” entre Portugal e Castela nos séc. XIV e XV



Tratado de Alcanizes, de 1297: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4186059>

Ricardo Alexandre Fonseca Santana

2019

“A atividade social chamada comércio, por mal vista que esteja pelos teóricos de sociedades impossíveis é, contudo, um dos dois característicos distintivos das sociedades chamadas civilizadas. O outro característico distintivo é o que se denomina cultura”

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Ao terminar este projeto final de Tese, permito-me agradecer a todas as pessoas estimadas que me ajudaram e auxiliaram ao longo deste último ano enquanto realizava este projeto, já que sem elas, este caminho teria sido bastante mais sinuoso. De seguida irei apresentá-las e agradecer-lhes.

À *Professora Doutora Julieta Maria Aires de Almeida Araújo*, por depositar votos de confiança ao longo do último ano e pela valiosa ajuda na escolha do tema presente neste projeto de Tese de Mestrado. Foi graças à sua orientação e apoio fundamental, que me ajudaram a aperfeiçoar a presente dissertação.

Aos *Meus Pais*, por mostrarem-me que para atingir os nossos objetivos, é necessário por vezes ser arrojado, mas ao mesmo tempo ser humilde, num ambiente agradável e de amor mútuo, em família e entre amigos. A eles e especialmente à minha mãe, o meu eterno obrigado.

À *Minha Avó*, por me transmitir força e apoio, escolhendo as melhores palavras nos momentos mais complicados.

Aos *Meus Tios e Padrinho Jorge*, por me ajudarem a relaxar nos instantes de maior pressão no período de execução desta tese.

Ao *Fábio P.*, à *Rosarinho Rocha da S.*, *Ricardo M.* e *Rodrigo F.*, pelo ombro amigo, pelo seu incentivo e ajuda nos momentos de maior dúvida e desespero. Obrigado pelas conversas e saídas em ocasiões breves, no entanto, necessárias interrupções desta dissertação, que tive todo o gosto de executar e de escrever.

Aos *Meus Amigos e Colegas Edgar, Nuno, Catarina, Joaquim, Isabel, Jaime, André e Margarida*, pelas diversas ajudas no que concerne à execução do tema deste trabalho final de mestrado de teor académico, quer através de bibliografia ou pela estruturação do projeto, bem como pelos momentos de breve descontração que encaixaram sempre em harmonia com a execução desta tese, ao conversar e discutir diversos temas históricos

durante as horas que passámos juntos. Agradeço também aos mesmos e anteriores apresentados pelos diversos tempos de ócio, de estudo e de boa companhia na faculdade e fora da mesma ao longo não só deste último ano, mas também durante os últimos cinco anos em que estive a estudar, até ao presente momento, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Por fim, mas não menos importante, à *Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, por me ter dado as ferramentas nestes cinco anos para me preparar para o futuro, em termos académicos e profissionais, a fim de me tornar um melhor aluno a nível académico, historiador e essencialmente, uma melhor pessoa.

Resumo

A realização deste trabalho deve-se há intenção de querer aprofundar a temática relativamente ao desenvolvimento das relações políticas, diplomáticas, económicas e comerciais entre Portugal e Castela no final da Idade Média. Devido à vastidão do tema optámos por analisar quais foram as complicações e adversidades no que diz respeito à passagem de bens e de pessoas nas fronteiras medievais entre os dois reinos em tempos de guerra e de paz.

A escolha deste tema deve-se à sua importância na História Medieval Portuguesa e à sua presença na atualidade pois ainda nos dias de hoje a economia dos diferentes países depende da importação e exportação e das facilidades ou dificuldades no mesmo. Ao longo do mesmo trabalho académico, as afirmações realizadas vão ser suportadas por referências bibliográficas e citações de fontes da época e obras oficiais e académicas.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal; Castela; Idade Média; Sociedade; Diplomacia; Economia; Feiras; Comércio; Contrabando

Abstract

The accomplishment of this work is based on the intention of deepening information regarding the development of the political, diplomatic, economic and commercial relations between Portugal and Castile at the end of the Middle Ages, and what were their complications and adversities that both had regarding to the passage of goods and people in the medieval frontiers between the two kingdoms in times of war and peace. Due to the vastness of the theme we have chosen to analyze the complications and adversities regarding the passage of goods and people on the medieval borders between the two kingdoms in times of war and peace.

The choice of this theme is due to its importance in Portuguese Medieval History and its presence currently because even in the present day the economy of different countries depends on import and export and the facilities or difficulties in it. Throughout the same academic work, the statements made will be supported by bibliographic references and citations from sources of the time and official and academic works.

KEY-WORDS: Portugal; Castile; Middle Ages; Society; Diplomacy; Economy; Marketplace; Commerce; Smuggling

Índice

Introdução.....	9
Capítulo I.....	13
As relações comerciais, diplomáticas e políticas entre Portugal e Castela e a sua interdependência	13
1. Século XIV	19
2. Século XV	24
Capítulo II.....	36
Alfândegas, fronteiras, portagens e portos terrestres e marítimos comerciais entre Portugal e Castela	36
1. Conceito e Tipos de Fronteira	36
2. Século XIV	51
3. Século XV	58
Capítulo III.....	68
Mercados e feiras medievais.....	68
1. Distinção entre Mercado e Feira Medieval	68
2. Século XIV	74
3. Século XV	77
Capítulo IV	88
A circulação pelas rotas de pastoreio, a circulação de gados e gentes. O contrabando, tráfico e comércio ilegal entre Portugal e Castela	88
1. Séculos XIV e XV	90
Conclusão.....	101
Fontes e Bibliografia	103
Anexos	118
Cronologia	125

Introdução

A circulação entre fronteiras foi considerada muito intensa durante a Idade Média e já foi abordado por alguns historiadores contemporâneos como, Virgínia Rau (*Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*), João Cordeiro Pereira (*Para a História das Alfândegas em Portugal*), ou ainda através de Luís Miguel Duarte (*Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas "para Castela e "Terra de Mouros" e O Comércio Proibido*), entre outros.

No entanto, não podemos deixar de analisar as informações apresentadas em fontes da época, tais como as crónicas de, Fernão Lopes (*Chronica de el-Rei D. Pedro I, Chronica de el-rei D. Fernando e Chronica de El-Rei D. João I*), Rui de Pina (*Chronica de El-Rei D. Duarte, Crónica de D. Afonso V e Crónica de D. João II*), Damião de Gois (*Crónica de Dom Manuel*) e do conde de Barcelos, Pedro Afonso (*Crónica geral de Espanha de 1344 e Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*).

Todos estes autores, analisados cuidadosamente e tendo em conta a conjuntura da realização das suas obras, concomitantemente com os restantes autores escolhidos, presentes na bibliografia deste trabalho, permitiram obter aspetos detalhados e mais concretos no tema abordado.

Porém, carecia de uma abordagem englobante, que permita ter uma visão aglutinante deste assunto, sendo o que nos propomos fazer. A intenção do projeto de tese, *A circulação de “gentes” e “cousas” entre Portugal e Castela nos séc. XIV e XV* refere-se assim, a procurar reunir os factos apurados, ocorridos nos séculos XIV e XV, no que concerne à circulação entre Portugal e Castela, quer em termos legais ou ilegais. De salientar que, o título desta dissertação proveio da intenção de apresentar a linguagem das épocas históricas em estudo, nomeadamente as expressões como “gentes” ou “cousas”, que são usadas maioritariamente em documentação narrativa. Destacam-se as crónicas de Fernão Lopes e sobretudo, a *Chronica de El-Rei D. João I*¹, documentação que serviu de inspiração para o título desta tese.

Fizemos uma análise meticolosa das crónicas peninsulares da época que nos serviram de base, contrabalançadas com trabalhos de diversos autores. Tentámos ainda

¹ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. I, pp. 23-195, Vol. II, pp. 6-195, Vol. III, pp. 7-219, Vol. IV, pp. 10-221, Vol. V, pp. 7-188, Vol. VI, pp. 5-154, Vol. VII, pp. 6-158, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897.

transformar as suas ideias narradas e descritas, utilizando um discurso objetivo e harmonioso para melhor compreensão dos dados propostos, analisados e desenvolvidos.

O tema desta dissertação final de Mestrado em História Medieval revela essencialmente, o clima de guerra aberta ou de “sombras” entre Portugal e Castela durante todo o período medieval, com destaque para os séculos XIV e XV. Procurámos abordar de que forma, as relações e disputas políticas e diplomáticas entre ambos se repercutiam no comércio ibérico e na circulação entre fronteiras, de forma direta ou indireta. Procurámos também investigar se a economia medieval ibérica se repercutia nas mudanças de mentalidade ao nível europeu, ou se as refletia.

Para uma melhor compreensão dos temas abordados e tratados nesta dissertação, o presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos principais, abrangendo nove subcapítulos: «As relações comerciais, diplomáticas e políticas entre Portugal e Castela e a sua interdependência»; «Alfândegas, fronteiras, portagens e portos terrestres e marítimos comerciais entre Portugal e Castela»; «Mercados e feiras medievais» e «A circulação pelas rotas de pastoreio, a circulação de gados e gentes. O contrabando, tráfico e comércio ilegal entre Portugal e Castela».

Atinente ao primeiro capítulo, descreve as relações entre Portugal e Castela ao longo da Idade Média, no panorama histórico ibérico e europeu, nomeadamente entre os séculos XIV e XV. Aborda ainda, a evolução do clima de paz armada constante estabelecida entre ambos os reinos e quais as suas consequências, quer comerciais, políticas ou diplomáticas.

No que concerne ao segundo capítulo, discorre sobre os conceitos de fronteira e de limite entre ambos os reinos, desde o início do período medieval até aos finais do século XV. Versa de que forma a sua maleabilidade acaba por influenciar as relações comerciais entre Portugal e Castela, através da construção e distribuição de zonas alfandegárias nas zonas raianas. Consequentemente, são retratadas as relações políticas e diplomáticas por meio da estruturação e definição dos territórios reinantes, quer em tempos de paz ou de guerra.

O terceiro capítulo abrange uma natureza essencialmente conectada ao comércio, tendo em conta que será descrita a expansão do comércio local em Portugal e Castela. Deste modo, é esclarecido de que forma os mercados e feiras vão despoletar o florescimento da economia e sociedade destes reinos. Esclarece ainda, de que maneira as trocas comerciais dentro e entre estes reinos vizinhos e os seus aliados vão incrementar o

desenvolvimento do comércio externo e internacional com o resto da Europa e, do mundo já conhecido.

O quarto e último capítulo, reporta as dificuldades de circulação da população, animais e mercadorias nas zonas fronteiriças de Portugal e Castela, sobretudo em zonas alfandegárias. Por conseguinte, assiste-se por vezes à existência de transporte clandestino e/ou ilegal de certos produtos comerciais ou militares. Estas descrições aludem às questões comerciais e políticas entre os dois reinos pelos seus respetivos monarcas, em especial de Portugal. Fundamentalmente, neste capítulo afigura-se a mentalidade em sociedade, das realidades apresentadas ao longo dos três primeiros capítulos.

Assim procurámos perceber se a península reflete os valores de sistema social e os valores comerciais europeus na transição entre o período medieval para o moderno, apesar das inúmeras tentativas entre os dois reinos de conciliação, de superar o reino vizinho, ou mesmo na intenção de reclamá-lo para si mesmo, situação que ocorre mesmo durante o século XV².

Contudo, é necessário referir que tal relação conflituosa não ocorre de forma linear e simples, mas através de diversos intervenientes de ambas as partes, como já foi referido anteriormente. Apresentamos o nível externo, que é mais visível, pois é uma questão de fronteiras, mas também abarcamos o nível interno.

Neste último aspeto, antes de se prestar atenção à teoria de políticas de paz armada a nível monárquico, para poder compreender melhor a evolução do comércio em Portugal e Castela a “nível nacional”(se for possível usar esta expressão durante este período), bem como a sua circulação entre reinos, é necessário inicialmente compreender a evolução das relações comerciais e económicas, a nível local e entre fronteiras destes dois reinos em análise.

Procurámos fazer uma análise sucinta da questão, face aos séculos anteriores como ponto da situação. Assistimos aos intervenientes e responsáveis, nos primórdios do nascimento do reino de Portugal. Entre eles, os senhores locais com propriedades de média ou grande dimensão e a sua lealdade com o seu rei³, que mais tarde vão dar origem aos burgos, aos mercadores e aos distribuidores de bens de consumo. Graças a eles, são criadas as primeiras feiras e mercados durante este período.

² ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 6.

³ RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Coleção Nova História, nº21, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 273.

À medida que as condições em sociedade se tornam cada vez mais propícias e organizadas⁴, é alterada a mentalidade da população local. Sendo o povo consumidor, auxiliava o crescimento comercial no panorama ibérico e europeu, inicialmente baseado num comércio em pequena escala e com produtos de primeira necessidade, provenientes do mundo rural e da agricultura, como o vinho ou o pão⁵.

Por conseguinte, surgirá um império comercial terrestre europeu estabelecido no final do século XV, bem como a expansão dos mercados internacionais portugueses, cujos mercadores passam a estar presentes em cidades como Flandres, Itália, Colónia ou Alemanha⁶.

Também é indispensável perceber que, apesar das relações conflituosas entre Portugal e Castela no período medieval e das vicissitudes agora apresentadas em redor da contextualização ibérica em questão, criando dificuldades políticas, diplomáticas, económicas e comerciais, estas só se manifestaram em momentos de crise em ambas as vertentes, incluindo em parte os aliados de Portugal e Castela.

Com exceção dos momentos de campanhas territoriais militares em zonas de fronteira, as populações e regentes ibéricos, eram caracterizados maioritariamente pelo ambiente de convivência em tempos de paz, envolvendo em inúmeras situações, períodos de acordo e de harmonia⁷.

É graças às relações comerciais, que Portugal usufrui com Castela e com o resto da Europa no final da Idade Média, que Portugal passa a ser mundialmente conhecido como um reino, Estado e país de navegadores e mercadores, deixando um legado sem paralelo.

⁴ DIOGO, António Dias, XAVIER, Ângela Maria Barreto, SANTOS, Maria Catarina Madeira Henriques dos, REZOLA, Maria Inácia, SOARES, Maria João da Silva Rodrigues, *História da Vida Quotidiana*, 1ª Edição, Seleções do Reader's Digest, Lisboa, outubro, p. 134.

⁵ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 81.

⁶ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, Edições Ágora, Lisboa, março de 1973, p. 133.

⁷ MARQUES, José, *Relações Entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Braga, junho de 1994, p. 11.

Capítulo I

As relações comerciais, diplomáticas e políticas entre Portugal e Castela e a sua interdependência

Ao longo da Idade Média, é possível referir que uma das formas de melhorar e estabelecer relações diplomáticas entre os diversos reinos da Europa era através de relações comerciais. Os mercadores e respetivos nobres enviados e representando o seu rei e reinos, trabalhavam para obter acordos políticos, religiosos e económicos, estabelecendo ligações harmoniosas e de paz entre dois ou mais reinos. Isto é o que ocorria nas relações entre Portugal e Castela.

Sabemos que, ao longo da História de Portugal, parte da política defensiva portuguesa fazia-se através de criação de relações de paz e ligações de alianças com outros povos europeus, que por sua vez eram estabelecidas formalmente pelo meio de relações diplomáticas⁸. Em diversas ocasiões, isso conduzia a inúmeras vantagens económicas, comerciais ou políticas entre os reinos, ajudando Portugal a atravessar diversas crises quer internas como internacionais⁹, envolvendo muitas vezes acordos matrimoniais¹⁰ entre os reinos aliados¹¹.

Isto foi o que sucedeu a uma das filhas de D. Afonso Henriques, D. Teresa Matilde de Portugal, que se casa inicialmente com o conde Filipe de Flandres, em 1177¹²/1184¹³

⁸ Anexo, p. 118, quadro 1.

⁹ MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, 2ª Edição, Volume I, Tribuna da História, Lisboa, 2006, p. 41.

¹⁰ SILVA, Manuela Santos, "Relações Internacionais na Idade Média: tratados de amizade, alianças dinásticas, movimentações territoriais", in *Raízes Medievais do Brasil Moderno: Do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, coord. de Manuela Mendonça e Maria de Fátima Reis, Academia Portuguesa da História, Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Sociedade de Geografia de Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016, p. 96, disponível em https://www.academia.edu/25657611/Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_na_Idade_M%C3%A9dia_tratados_de_amizade_alian%C3%A7as_din%C3%A1sticas_movimenta%C3%A7%C3%B5es_territoriais_in_Do_Reino_de_Portugal_ao_Reino_Unido_de_Portugal_Brasil_e_Algarves_Manuela_Mendon%C3%A7a_Maria_de_F%C3%A1tima_Reis_coord_Lisboa_2016

¹¹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 5.

¹² <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temahistoria/afonso1.html>

¹³ ROSA, Maria, "Teresa de Portugal, Condessa da Flandres, Duquesa da Borgonha", in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2: A nova política e as suas relações exteriores, Camara Municipal de Guimarães, Guimarães, outubro de 1996, p. 461, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/2CH/vol2/2ch-vol2-025.pdf>

e novamente com o duque Eudo III da Borgonha, em 1194¹⁴, após a morte do seu primeiro marido. O mesmo aconteceu entre o rei de Inglaterra, João *Lackland* e uma das filhas de D. Sancho I, quando uma embaixada inglesa chega a Portugal em 1199 para negociar os termos do casamento¹⁵.

Também não é segredo que Portugal e Castela, nunca tiveram uma relação ibérica linear, devido às inúmeras tentativas de conquista territorial por parte dos mesmos, especialmente entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Tal acontece também com as relações entre o reino de Portugal e os restantes reinos ibéricos, como o reino de Leão. Este último que era reino soberano do território português até à bula emitida pelo Papa Alexandre III em 1179¹⁶, a *Bula Manifestis probatum est*, “dirigida ao rei D. Afonso Henriques e a seus sucessores no trono¹⁷ (...) a tomar o reino sob sua proteção (...) e que não podem ser reclamadas pelos príncipes cristãos circunvizinhos”¹⁸, assegurando o acordo realizado entre estes dois reinos em 1143 pelo Tratado de Zamora¹⁹.

Como tal, para ser possível falar das relações entre Portugal e Castela no período temporal abordado, é necessário compreender as relações entre Portugal e Leão. Por isso muitas vezes durante este período conturbado de desconfiança, para existir uma relação comercial entre Portugal e Castela (quer diretamente ou indiretamente), era essencial existir uma forte ligação política e conseqüentemente serem criados acordos e tratados de paz.

Mas como já foi referido, mesmo em clima de paz, as relações diplomáticas e políticas entre Portugal e Castela eram sempre observadas com desconfiança e tensão, pois nem sempre um clima de paz significa forçosamente harmonia. Aliás, as relações entre Portugal e Castela na Idade Média ibérica são tão complexas quanto longas, já que existe documentação que prova que os conflitos e relações de poder entre os dois

¹⁴ ROSA, Maria, “Teresa de Portugal, Condessa da Flandres, Duquesa da Borgonha”, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2: A nova política e as suas relações exteriores, Camara Municipal de Guimarães, Guimarães, outubro de 1996, p. 463, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/2CH/vol2/2ch-vol2-025.pdf>

¹⁵ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, p. 133.

¹⁶ <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/afonso1.html>

¹⁷ Após a morte do rei D. Afonso Henriques de Portugal em dezembro de 1185, os papas Clemente III e Inocêncio III enviam respetivamente em 1190 a D. Sancho I de Portugal e em 1212 a D. Afonso III de Portugal versões atualizadas da *Bula Manifestis probatum est*, em que fica acordado que os sucessores de D. Afonso Henriques continuariam o seu trabalho, deveres e direitos estabelecidos através da aprovação e proteção papal nos seus respetivos reinados.

¹⁸ *Monumenta Henricina*, Volume I, organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960, p. 18.

¹⁹ <https://www.ofportugal.com/independencia-portugal-pelo-tratado-zamora/>

territórios remonta até antes de Portugal ter-se formado um reino independente de Leão e Castela.

O rei Garcia II da Galiza, após conquistar o condado de Portucale (ou Condado Portucaleense), autointula-se como “rei de Portucale” (que segundo a teoria de alguns historiadores, incluindo José Hermano Saraiva, Garcia II da Galiza teria sido o verdadeiro primeiro rei de Portugal ao invés de D. Afonso Henriques), na tentativa dupla de derrotar Nuno Mendes, conde do mesmo território até 1071²⁰. Pertencia a um grupo de rebeldes, que pretendia se tornar autónomo do reino/condado da Galiza e anexar o condado Portucale ao reino/condado da Galiza. Com isso, tentava ironicamente se tornar semi-independente dos reinos de Leão e de Castela, algo que enfureceu os seus irmãos e reis dos reinos ibéricos agora descritos: o rei Afonso VI de Leão e o rei Sancho II de Castela.

Ambos os reis se aliam para tentar destronar o seu irmão, Garcia II da Galiza, do condado e território Portucaleense, o que leva ao aprisionamento de Garcia II da Galiza pelo seu irmão Sancho II de Castela entre Santarém e Coimbra, segundo a crónica de D. Pedro Afonso de Portugal²¹.

A partir do século XIII, Portugal passa a usufruir de boas relações comerciais com França, Normandia, Condado da Flandres e Inglaterra pelo meio marítimo, devido principalmente ao facto do crescimento económico dos portos marítimos destes reinos²².

Entretanto, pela via terrestre, Portugal esteve sempre condicionada por Castela e mais tarde também por Aragão, Navarra e Leão, os reinos vizinhos a Este de Portugal, com quem partilhava o território ibérico durante a época dos “cinco reinos”, especialmente após o Tratado de Badajoz de 1267²³. Assim o jovem reino português, ficou reduzido a futuros ataques expansionistas contra Castela, devido principalmente à fama do exército castelhano, bastante mais organizado que o português.

Apesar da tentativa algo equilibrada por parte do reino português de manter boas relações comerciais, políticas e diplomáticas com os quatro restantes reinos ibéricos, é fundamental referir a aproximação de Portugal a Aragão²⁴, Granada e Catalunha em vez

²⁰ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 59.

²¹ AFONSO, Pedro, *Crónica geral de Espanha de 1344*, Edição crítica do texto português pelo académico correspondente Luís Filipe Lindley Cintra, Volume III, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Academia Portuguesa da História, Lisboa, dezembro de 1961, pp. 362-363.

²² MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, 2ª Edição, Volume I, Tribuna da História, Lisboa, 2006, p. 49.

²³ MATTOSO, José, *Identificação de um País – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Volume II – composição, Editorial Estampa, Lisboa, setembro de 1988, p. 195.

²⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 6.

de criar laços mais fortes com Leão e Castela, talvez na tentativa de se manter autónomo e independente de ambos os últimos.

Porém, com a passagem do século XIII, as relações comerciais e diplomáticas entre Portugal e Inglaterra fortalecem-se temporariamente enquanto as mesmas relações com Castela tornam-se cada vez mais ténues. É necessário salientar que até à assinatura do Tratado Anglo-Português de 1373, assinado em Westminster²⁵, a relação entre os dois povos era quase inexistente e bastante distante e só foi fortalecida devido à ameaça que Castela apresentava perante os dois reinos, especialmente após a aliança da mesma com a França, em oposição à aliança ibérica entre Portugal e Aragão²⁶.

Portugal, sensivelmente a partir de 1337²⁷, passa a usufruir de tensa neutralidade entre Castela e Inglaterra, já que ambos eram inimigos políticos devido à Guerra dos Cem Anos²⁸, em que Castela era aliada de França contra Inglaterra. O motivo deveu-se a motivos económicos e comerciais, já que Castela queria controlar e manter boas relações com França no Golfo da Biscaia e ao mesmo tempo cessar as rotas marítimas de Inglaterra e dominar o mercado vinícola, bem como o do mel, da lã e da cera²⁹, tendo em conta que Portugal usufruía boas relações comerciais entre Castela e Inglaterra.

A partir do reinado de D. Dinis, Portugal entra num período áureo em termos de relações económicas e políticas na Península Ibérica, juntamente com Aragão, já que Castela, entre 1366 e 1369 mergulha durante três anos na Guerra Civil³⁰, devido principalmente aos conflitos que tivera com Inglaterra e França na Guerra dos Cem Anos e com Aragão na Guerra dos Dois Pedros³¹.

Tornou-se assim uma das principais autoridades políticas e comerciais ibéricas entre os séculos XIII e XIV, bem como um reino considerado mediador entre estes dois Estados inimigos europeus³². Tal acontece quando, em 1293, D. Dinis cria a Bolsa dos Mercadores portugueses no Porto que estariam a comercializar com os principais aliados comerciais europeus de Portugal, nomeadamente Inglaterra, França e Flandres.

É de salientar que estas guerras civis castelhanas, simultaneamente com as guerras de sucessão ocorridas posteriormente em Portugal no mesmo século, demonstram a

²⁵ <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/fernando1.html>

²⁶ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 8.

²⁷ <https://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-cem-anos/>

²⁸ [https://www.infopedia.pt/\\$portugal-e-espanha-\(relacoes\)](https://www.infopedia.pt/$portugal-e-espanha-(relacoes))

²⁹ ARAÚJO, Julieta, *op. cit.*, p. 8.

³⁰ <https://www.timelinefy.com/view/event/110/246/3964/guerra-dos-cem-anos/>

³¹ LOPES, Fernão, *Chronica de el-Rei D. Pedro I*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1895, p. 80.

³² ARAÚJO, Julieta, *op. cit.*, p. 10.

constante conflitualidade política entre os dois reinos, cujo processo de relações entre ambos, através de tentativas de atenuação, acabam por serem clarificados durante todo o período medieval em que se encontram e início do período moderno. Especialmente entre os séculos XIV e XV, a mentalidade e sistema político das partes reinantes pouco ou nada mudaram, persistindo um conflito e luta política de interesses entre ambos os reinos³³.

Graças aos esforços marítimos de D. Dinis, no mesmo ano, Portugal chega mesmo a conseguir implementar uma colónia portuguesa em Bruges, sendo criada mais tarde em 1317 através de carta régia, a Marinha de Guerra³⁴. D. Dinis era considerado como sendo a imagem portuguesa do rei Filipe IV de França, *o Belo*, no que toca ao facto de ambos os reis terem fomentado a necessidade de uma melhor organização e administração interna dos seus reinos.

Em 1282, o rei Filipe IV tentou centralizar o poder da coroa, a fim de acabar com os abusos dos seus nobres, no que toca ao sistema judicial local, assim como, centralizar o poder judicial do clero francês para si mesmo, graças a conflitos criados entre os elementos da Igreja em 1289. Entre 1284 e 1307, efetuou inúmeras inquirições reais, com a intenção de sublinhar tais imposições. Tal tentativa só foi bem-sucedida com a ajuda do papa Nicolau IV.

Desde o início do seu reinado, o rei D. Dinis tornou-se um rei interessado na administração interna portuguesa e da economia, criando vários planos de arroteamento e de desbravamento de terrenos³⁵ e incentivando os mercados e feiras locais internos, autorizando e outorgando quarenta e três cartas de feira no seu reinado³⁶.

Mas é de salientar que, D. Dinis não é o primeiro rei português a tentar adotar um poder administrativo do reino mais centralizado em si mesmo, pois o seu bisavô, o rei D. Afonso II, foi o responsável pela expansão comercial em território português nas principais cidades do reino. D. Afonso II desenvolveu os burgos, ao invés das zonas rurais locais, apostando no comércio do vinho e aumentando o preço da parcela das terras junto às vilas e cidades (o mesmo produto de comércio importantíssimo no reinado de D. Dinis I de Portugal).

³³ *Conflito Político: Lucha y Cooperación. Cuida y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 10, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁴ BOURDON, Albert-Alain, *História de Portugal*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº1, Edições Texto & Grafia, Lisboa, junho de 2013, p. 28.

³⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 27-28.

³⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 3.

Numa carta de foral, o monarca outorga os terrenos de vinhas e restantes terras agrícolas de Alegrete, em Portalegre³⁷, dando lugar a partir do século XIII, em Portugal à lenta substituição dos senhorios, pela criação gradual de mundos urbanos.

Aos olhos dos nobres portugueses, os mundos urbanos vislumbram-se atrativos devido ao seu desenvolvimento económico, mas ao mesmo tempo mostram-se como sendo alvos de hostilidade, por serem ameaças ao seu poderio. Em algumas cidades e vilas ocorrem diferentes mentalidades e conflitos algo contraditórios e bipolares, especialmente nas regiões norte e centro no litoral do território português. Tal sucede em Ponte de Lima³⁸, Braga, Guimarães³⁹ e Lisboa⁴⁰, contradição esta que se vai prolongar até sensivelmente ao século XV⁴¹.

D. Dinis foi reconhecido como um monarca esforçado, por impor um novo modelo administrativo mais organizado no seu reino, quer internamente como externamente, tentando usufruir e estabelecer da melhor maneira possível relações políticas, comerciais e diplomáticas de paz e de concórdia com os restantes reinos vizinhos ibéricos, nomeadamente com Castela. Pedro Afonso de Portugal, na sua versão crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, chega a referenciá-lo como “o melhor rey e mais justizo nen mais honrado que ouve em Portugal des o tempo del rey dō Affonso, o primeiro, ataa o seu tempo”⁴².

No entanto, comparando com a rigidez e controlo próximo da monarquia castelhana, a nobreza e restantes fidalgos portugueses permanecessem autónomos localmente em termos económicos e judiciais, no que concerne à administração interna do reino, não se adaptando ao novo modelo económico implementado por D. Afonso II. Trata-se do caso de Alcobaça, que face à autonomia económica local do controle real, o mesmo território controlado pela Ordem de Cister, aufere uma contabilidade própria e

³⁷ *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Volume I (1325-1336), 1ª Edição, organizada por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, dezembro de 1990, p. 26.

³⁸ *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 16, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁹ *Ibidem*, p. 28, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

⁴⁰ *Ibidem*, p. 31, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

⁴¹ *Ibidem*, pp. 11-12, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

⁴² AFONSO, Pedro, *Crónica geral de Espanha de 1344*, Edição crítica do texto português pelo académico correspondente Luís Filipe Lindley Cintra, Volume I, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Academia Portuguesa da História, Lisboa, junho de 1952, p. 139.

mais tarde em 1231, já no reinado de D. Sancho II, ganha isenção de pagamento de portagens alfandegárias no comércio com Leão e Castela⁴³.

1. Século XIV

Assim, após um clima de paz vigilante no reinado de D. Pedro I de Portugal e de conflitos internos dentro do reino de Portugal, D. Fernando, seu filho, inicia o seu reinado com intenções expansionistas e de afirmação política e territorial contra Castela, situação que é relatada desde cedo segundo alguns embaixadores castelhanos, em que em viagens a Portugal, ficam com a ideia de que o rei português queria guerra com Castela⁴⁴.

No entanto a partir de 1383, a frágil relação de paz comercial entre Portugal e Castela, é fortemente ameaçada quando o rei D. Fernando de Portugal em outubro⁴⁵ morre sem deixar herdeiro masculino, devido principalmente não só às alianças que Portugal se desenvolve com Inglaterra, França, etc., mas também devido às Guerras Fernandinas que ocorrem entre 1369 e 1382 (e dividida ainda em três fases distintas: 1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382) e que só acabam através dos Tratados de Paz com Castela de Elvas em 1382⁴⁶ e de Salvaterra de Magos em 1383.

Contudo, tendo em conta que uma das suas filhas, D. Beatriz de Portugal, herdeira do seu trono e resultante do casamento com D. Leonor Teles de Menezes (que se torna regente do reino depois da morte do seu marido⁴⁷) e casada com D. João I de Castela (antiga prometida do príncipe D. Fradique de Castela, Duque de Benavente⁴⁸, bastardo de Henrique II de Trastâmara), o trono português poderia ser contestado de forma legítima pelo trono castelhano através do filho de ambos.

Assim com a Crise de 1383-1385⁴⁹, inicia-se uma nova guerra entre Portugal e Castela. Uma pequena parte da nobreza portuguesa, alia-se a João I de Castela na subida ao trono, incluindo João Afonso Pimentel, membro influente da alta nobreza

⁴³ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Segundo Volume – A Monarquia Feudal (1096-1480), 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março de 1993, p. 252.

⁴⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 8-9.

⁴⁵ LOUSADA, Abílio Pires, *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal: Planos que Nunca Deveriam ter Saído do Papel, Engenhos Inovadores, Gente Corajosa e Táticas Surpreendentes*, Manuscrito, Lisboa, novembro de 2018, p. 81.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁴⁷ ARAÚJO, Julieta, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁴⁹ LOUSADA, Abílio Pires, *op. cit.*, p. 81.

portuguesa⁵⁰. No que diz respeito aos mercadores portugueses, à maioria dos nobres portugueses e ao resto da população portuguesa, quando se aperceberam da ameaça de perda de autonomia do comércio português (nomeadamente o comércio litoral), face ao castelhano, aliam-se a D. João, Mestre de Avis, irmão bastardo do falecido D. Fernando, sucessor ilegítimo à coroa portuguesa⁵¹. O receio dos nobres consistia no detrimento da maioria dos seus títulos e privilégios, caso a coroa portuguesa caísse nas mãos de Castela. Sendo assim, originaram uma revolução logo no primeiro ano do *interregno* de crise portuguesa em 1383⁵². Tal ocorreu possivelmente, com o intuito de fortalecer as suas riquezas juntamente com a nobreza castelhana.

Todavia, antes da morte de D. Fernando, verificou-se um esforço a fim de evitar a guerra com Castela, especialmente após a primeira fase das Guerras Fernandinas. Situação que é mostrada nas Cortes de Lisboa de 1371, em que os nobres e procuradores portugueses imploram ao rei de Portugal, o fim da guerra com Castela por ser demasiado dispendiosa, solicitando que “Ao que dizem no primeiro arrtigo que daqui en deante nom fezessemos guerra nem moeda nem outro autos nehuus de que se posa seguir dapno aa nosa terra Saluo com conselho dos nosos çidadaõs e naturaes (...)”⁵³.

No ano seguinte, nas Cortes do Porto de 1372, os procuradores de Beja chegam mesmo a referir a D. Fernando I de Portugal, que a guerra ibérica está a ser tão dispendiosa, afetando negativamente o comércio local⁵⁴:

«ante da guerra que ouue antre nos e El Rey de Castela que os mercadores se corriyam d’huu reyno por outro E que de mujtas cousas vynham do dito Reyno de Castella per seus mantymmentos aviam delo grande prol e porque deus quiz que ouvesse paz entre nos e el Rey de Castela pedirom nos per mercee que mandassemos que os mercadores e mercadorias se corressem de huu Reyno pera o outro tirado ouro ou prata / e cavalos e armas que per nos era defeso que nom saysem do noso Reyno»⁵⁵.

⁵⁰ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis – Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, abril de 2000, p. 287.

⁵¹ <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-portugues--o-reino-de-portugal-da-guerra-da-reconquista-a-dinastia-de-avis.htm>

⁵² MORENO, Humberto Baquero, *Exilados, Marginais e Contestáveis na Sociedade Portuguesa Medieval*, 1ª Edição, Estudos de História, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 13.

⁵³ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I*, Volume I (1367-1380), organizado por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, p. 16.

⁵⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, pp. 6-7.

⁵⁵ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I*, Volume I (1367-1380), organizado por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, p. 103.

Com a dificuldade circulatória de mercadorias entre Portugal e Castela durante este período de guerra fronteiriça, passa a existir uma existência quase nula, das feiras no território português, durante o reinado de D. Fernando I de Portugal⁵⁶.

É essencial salientar que, durante este período de dois anos, após a morte de D. Fernando ocorreu uma grande desorganização social, política e diplomática. Esta época tornou-se tão caótica, que em dezembro de 1383, o Mestre de Avis conspira com alguns dos seus apoiantes, mandando assassinar o conde João Fernandes Andeiro, amante da rainha D. Leonor Teles⁵⁷, esposa do falecido rei D. Fernando e regente do reino após a morte do seu marido.

No campo militar, Portugal recebe a ajuda de Inglaterra, sobretudo no caso da Batalha de Aljubarrota. As forças militares portuguesas foram comandadas pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira, que no início do período de crise ocupara o castelo de S. Jorge e que no ano seguinte, por ordem do Mestre de Avis, passando a controlar as fronteiras do Alentejo.

Em abril de 1384, o exército de Pereira ganha a Batalha dos Atoleiros contra Castela, perto da fronteira da atual zona de Portalegre. Em maio, D. João I de Castela cerca a cidade de Lisboa, mas em setembro é obrigado a erguer o cerco, devido às tropas terem sido infetadas pela Peste Negra⁵⁸.

Em 1385, chega finalmente apoio militar inglês. Quase na totalidade, arqueiros que tinham lutado na Guerra dos Cem Anos e que vieram ajudar Portugal nesta guerra de sucessão. O Mestre de Avis é coroado rei em abril, com o nome de D. João I, nas Cortes de Coimbra. Apesar das escassas informações relativamente à convocatória destas cortes⁵⁹, Fernão Lopes refere na sua crónica, os objetivos prováveis efetuados em Coimbra:

«Uns escrevem que o Mestre ia a estas côrtes sobre o titulo de Rei, que era requerido que tomasse, se o tomaria ou não. Outros contam que sua tenção era, salvo governar e defender o reino até que o infante D. João fosse solto

⁵⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 4.

⁵⁷ OLIVEIRA, Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Coleção Getty, Imprensa régia, Lisboa, 1804, p. 87.

⁵⁸ LOUSADA, Abílio Pires, *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal: Planos que Nunca Deveriam ter Saído do Papel, Engenhos Inovadores, Gente Corajosa e Táticas Surpreendentes*, Manuscrito, Lisboa, novembro de 2018, pp. 81-82.

⁵⁹ SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Volume I, Coleção História Medieval – 4, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Porto, 1990, p. 291.

pera depois lh' o entregar⁶⁰, e que esta era a mais honrada façanha que nenhum homem podia fazer, da qual elle seria mui louvado de todos aquelles que esto soubessem (...) Outros afirmam que todos os conselhos eram alli juntos somente pera fazerem rei, e que elle tal vontade levava, e que esto acabado, então fallariam no feito da guerra e cousas que a ello cumpriam»⁶¹.

Além destes objetivos apresentados nestas Cortes, similarmemente existe conhecimento que foram tratados outros assuntos de natureza política, administrativa, fiscal, militar, social, judicial, jurídica e financeira. Designadamente, a instituição e constituição de poderes do conselho régio; a extinção e abolição dos impostos pecuniários; a localização e número de tribunais de última instância existentes no reinado do novo monarca português; o juramento dos fidalgos e outros nobres portugueses a D. João I de Portugal, em que são obrigados a lutar ao lado do seu rei, em qualquer situação e por Portugal (em caso de exemplo, devido ao período de guerra em que estas Cortes se deparam contra Castela); a obrigação por parte dos denunciadores e difamadores a provarem as suas acusações perante juizes locais onde se encontram, sob pena, caso os seus relatos sejam incorretos ou falsos, de castigos corporais e multa/penhora de bens; os homicidas cessam de serem perdoados, em troca de integrarem no exército real português; a abolição da lei do rei D. Fernando I de Portugal, relativamente ao processo de provas judiciais; e a imposição e produção de cunhagem de uma nova moeda⁶².

Deste modo, termina a Dinastia de Borgonha e é iniciada a Dinastia de Avis. No entanto, é necessário referir que, a Batalha de Aljubarrota, apesar de se tornar decisiva para a vitória portuguesa e inglesa durante este período de guerra, não se trata do último confronto direto entre Portugal e Castela resultante da Crise de 1383-1385, persistindo ainda algumas frentes de investida por parte de Portugal contra Castela e vice-versa⁶³.

Em abril e maio de 1385, primeiro numa frente marítima e depois usando uma frente terrestre, D. João I de Castela lidera um novo contra-ataque contra Portugal,

⁶⁰ João de Portugal, Duque de Valencia de Campos, filho do falecido rei D. Pedro I de Portugal e de D. Inês de Castro e ainda um dos candidatos principais ao trono português, refugia-se durante este período conturbado em Castela, onde acaba por ser preso pelo rei João I de Castela, com receio de que caso o infante português voltasse a Portugal, o mesmo fosse aclamado rei.

⁶¹ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. III, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897, p. 168.

⁶² SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Volume II, Coleção História Medieval – 4, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Porto, 1990, pp. 225-227.

⁶³ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, pp. 11-12.

resultando na Batalha de Trancoso, onde vence⁶⁴. Em julho, D. João I de Castela decide atacar mais uma vez Lisboa, desta vez proveniente da Beira Alta⁶⁵, situação repetida em agosto pela via de Leiria, Alcobaça e Santarém⁶⁶.

No dia 14 do mesmo mês, ocorre a famosa Batalha de Aljubarrota que, graças à estratégia de Nuno Álvares, usando a antiga estrada romana de Leiria-Alcobaça⁶⁷. Inglaterra e Portugal vencem os exércitos castelhanos e franceses, que, entretanto, vão auxiliar Castela⁶⁸. Em outubro, D. Nuno Álvares Pereira lidera uma investida contra Castela, entrando em Olivença e Mérida através de Badajoz, sem o consentimento do recém-coroadado rei português, resultando na Batalha de Valverde⁶⁹. Novamente Castela é derrotado e obrigado a bater em retirada.

Segundo Fernão Lopes, Álvares Pereira derrotara em desvantagem numérica um exército castelhano maior nesta batalha do que tinha enfrentado na Batalha de Aljubarrota⁷⁰. Resultante destes confrontos em território ibérico entre Portugal e Castela, nascem dois tratados: o Tratado de Windsor em 1386⁷¹ e o Tratado de Ayllón em 1411⁷².

O Tratado de Windsor abordou o fortalecimento das relações e alianças diplomáticas e políticas entre Portugal e Inglaterra, decorrente de um Tratado de Aliança entre os dois reinos em 1373⁷³ e por Inglaterra ter ajudado Portugal na Batalha de Aljubarrota. Em maio de 1386, D. João I de Portugal e Ricardo II de Inglaterra, assinam este tratado vinculativo da aliança entre os dois monarcas, sendo estabelecido com a condição de Filipa de Lencastre, princesa inglesa da casa do Ducado de Lencastre, casar com o novo rei português⁷⁴ em 1387. Graças a este acordo, as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra cresceram exponencialmente durante seiscentos anos.

O Tratado de Ayllón ocupou-se de reparar as relações de paz entre Portugal e Castela, sendo assinado em outubro de 1411⁷⁵. Entre as cláusulas políticas referidas,

⁶⁴ LOUSADA, Abílio Pires, *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal: Planos que Nunca Deveriam ter Saído do Papel, Engenhos Inovadores, Gente Corajosa e Táticas Surpreendentes*, Manuscrito, Lisboa, novembro de 2018, p. 82.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 82.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 82.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 83.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 84-88.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 89.

⁷⁰ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. V, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1898, p. 10.

⁷¹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 13.

⁷² LOUSADA, Abílio Pires, *op. cit.*, p. 89.

⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 83.

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 89-90.

⁷⁵ MORENO, Humberto Baquero, *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, 1ª Edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Lisboa, 1988, p. 10.

foram retificadas uma “paz perpétua entre as duas nações, compreendido o rei de França pela parte de Castela, se ele o desejar, e o infante D. Fernando no que respeita à sua sucessão no trono de Aragão”⁷⁶.

No entanto, no curto período entre o fim dos conflitos bélicos, após a Batalha de Aljubarrota e de Valverde e anteriormente ao Tratado de Ayllón, os dois reinos voltam a entrar num breve período de paz armada, especialmente durante o curto reinado de Henrique III de Castela e Leão entre 1390 e 1406. Surgiram diversos conflitos internos, entre o monarca e o Duque de Benavente, Fradique de Castela, meio-irmão do falecido rei João I de Castela e de Leão, em que o duque é afastado do Conselho de Regência do monarca castelhano, em várias situações por ser acusado de conspiração contra o seu rei. É o caso de em 1393, quando o mesmo duque revela intenções de se casar com a segunda esposa do seu falecido meio-irmão, a rainha de Castela, D. Beatriz de Portugal, sendo presumível Fradique de Castela se casar com a infanta portuguesa, filha do rei D. João I de Portugal, antes da morte da primeira esposa de João I de Castela, a rainha consorte de Castela Leonor de Aragão, em 1382.

Tendo em conta que, no reinado de Henrique III de Castela, como já foi referido anteriormente, ainda não ficara estabelecido uma paz formal entre Portugal e Castela (consagrado no reinado do seu filho, o futuro rei João II de Castela e Leão), o monarca castelhano considerava tal intenção, como sendo uma clara “ofensa é menosprecio del Rey”⁷⁷. Tal situação é retorquida pelo duque ao seu soberano, enquanto estaria preso com alguns cavaleiros vassallos do monarca, de que “su casamento hasta que las tréguas de Castilla fuesen concertadas, porque por respeto de su casamento no demandassen cosas novas”⁷⁸.

2. Século XV

Após a assinatura do Tratado de Ayllón, Portugal e Castela mantiveram um longo e próspero período de paz durante o reinado de D. João I de Portugal, mantendo a situação política no reinado do seu filho, o rei D. Duarte de Portugal, apesar desta paz manter-se vigilante entre ambos os lados. Após as guerras, de sucessão do reino de Castela e da crise

⁷⁶ *Monumenta Henricina*, Volume II (1411-1421), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960, p. 7.

⁷⁷ LOPEZ DE AYALA, Pero, *Crónica del Rey Don Enrique Terceiro deste Nombre en la Casa de Castilla y de Leon*, Copilada por Pedro Barrantes Maldonado, Biblioteca de Castilla y Leon, Madrid, 1868, p. 44.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 45.

de sucessão portuguesa, com a assinatura e retificação do mesmo tratado acima mencionado, Castela tentou não só manter relações com Portugal, mas também com um dos seus aliados, a Inglaterra.

Portugal buscou esforços para manter tais relações diplomáticas e comerciais, especialmente com França e Aragão, sendo as relações entre Portugal e o último reino mencionado, exemplo de uma carta em que o rei Afonso V de Aragão envia ao rei D. João I de Portugal, transmitindo que “ele e família se acham de saúde, como melhor o poderá informar o conde de Ourém, que esteve consigo algum tempo, e a solicitar-lhe também notícias da sua saúde e da de seus filhos, no que terá singular prazer”⁷⁹. A dita carta manifesta as relações próximas e a cumplicidade pessoal entre os dois monarcas durante este período⁸⁰.

Contudo, tais relações políticas e de interesses não são perfeitas entre os dois reinos. No século XV, entre os raros episódios de conflito direto, entre Portugal e Aragão nos primeiros anos de reinado de D. João I de Portugal, surge um conflito bélico em que Portugal tenta atacar o reino da Sicília, território italiano que pertencia à coroa de Aragão desde o final do século XIII, como prova uma carta real datada de 28 de novembro de 1414⁸¹.

Apesar destes incidentes e conflitos bélicos ocorridos fora do panorama ibérico, as relações entre Portugal e Aragão acabam por serem fortalecidas, quando nos últimos anos do reinado de D. João I de Portugal, o seu filho e futuro rei português, o infante D. Duarte, casa-se com a infanta aragonesa Leonor de Aragão, irmã do rei Afonso V de Aragão e filha do falecido monarca da mesma coroa, o rei Fernando I de Aragão, em 1428. Esta aliança matrimonial entre as duas coroas, não intencionava obter apenas estratégias políticas e diplomáticas, mas igualmente propósitos de aumento de poderio territorial e património português e aragonês em situação conjunta, em virtude das parcelas de território que ambos os infantes receberiam em 1433, quando os seus pais fossem coroados rei e rainha de Portugal. Em 1434, a rainha aragonesa Leonor Urraca de Castela, mãe da rainha D. Leonor de Aragão, faz uma doação “da vila de San Felices de los Gallegos com suas aldeias e termos, em razão do que lhe pertence herdar de seus bens,

⁷⁹ *Monumenta Henricina*, Volume IV (1431-1434), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1962, p. 13.

⁸⁰ O rei Afonso V de Aragão era sobrinho do rei D. João I de Portugal.

⁸¹ *Monumenta Henricina*, Suplemento (1414-1461), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1974, p. 201.

após o falecimento” à sua filha, respeitando o legado acordado no contrato matrimonial em 1428 e no qual acabará por ser ampliada em testamento, após a morte da mesma rainha aragonesa⁸².

No reinado do mesmo monarca, similarmente se procurou manter relações diplomáticas e comerciais de forma internacional com o resto da Europa, designadamente com a Inglaterra e França, tal como no reinado do seu pai. Desenvolveu igualmente relações comerciais com as cidades-Estado italianas, Génova e Florença, pois muitos mercadores italianos passavam em Portugal para realizar comércio local, comprovado por uma carta de 1437: “doge de Génova a el-rei D. Duarte e ao infante D. Henrique, a solicitar-lhes salvo-conduto para o cidadão genovês Franco Maraboto, que vai regressar à sua terra”⁸³.

Todavia, após a morte do rei D. Duarte I de Portugal em 1438, a sólida ligação e aliança entre Portugal e Aragão é ameaçada quando surgem conflitos no seio da governação portuguesa, especialmente entre a rainha portuguesa e viúva, D. Leonor de Aragão e o Duque de Coimbra, D. Pedro de Portugal, lutando em termos políticos pela regência do reino.

No testamento do falecido monarca português, o rei D. Duarte I de Portugal desejava que a sua esposa, a rainha D. Leonor fosse a futura regente de Portugal, até o seu filho e sucessor do reino, infante D. Afonso, atingisse a maioridade de “quatorze anos compridos”⁸⁴. Mas, nas Cortes de Torres Novas de 1438, o infante D. Henrique e outros confidentes próximos do falecido rei, não concordavam ceder a regência do reino à rainha, em virtude de, entre vários argumentos apresentados, o facto de “a Rainha ser mulher estrangeira”⁸⁵, e por isso é determinado que até à idade de coroação do futuro rei D. Afonso V, à rainha de Portugal D. Leonor de Aragão era exigida a partilha da regência com o duque D. Pedro:

«o Ifante dom Amrique uosso tio Duque de Viseu, senhor da Couilhaã e
gouernador da ordem da Caualaria de nosso senhor Iesu Cristo / presente a
mujto Alta, e mujto escraecida Princesa Rajnha minha senhora Vossa madre

⁸² *Monumenta Henricina*, Volume V (1434-1436), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1963, p. 1.

⁸³ *Ibidem*, Volume VI (1437-1439), 1964, p. 8.

⁸⁴ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1438*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, 1ª edição, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 45.

⁸⁵ PINA, Rui de, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. I., Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1901, p. 27.

em uosso nome, como tetor e curador lidema e dada em o testamento do mujto alto e mujto poderoso Princepe el Rej Dom Duarte Vosso padre meu senhor da gloriosa memoria cuja alma deos haja uos faço preito e menagem de todolos Castelllos fortalezas de que se custuma fazer menagem, que eu tinha do dito Rej uosso padre de juro d erdade, que uos colha, e Receba em ellas em pessoa, com mujtos e com pouquos, no alto e no baixo, e os entregue a uossa pessoa, sendo me esto por uos mandado, por autoridade da dita senhora Rajnha e aCordo do dito Ifante Dom Pedro uosso tio, deffensor de uossos Rejnos, e conselho das cortes, e doutra guiza não, e não os entregarej nem mandarej entregar a outra nenhuma pessoa de qualquer estado, condição, dignidade, primenença que seja, posto que a uos dito senhor, ou a mjm seja coniunta em qualquer grao do deuido ou parentesco emquanto as eu per mim uos seruirej com ellas, e farej por uos guerra e manterej paz, e comprirej toda outra qualquer cousa que me por uos ordenada for, sendo me mandado por a sobredita guisa, com autoridade da dita senhora Rainha Vossa madre tetor, e Curador, e com acordo do Ifante Dom Pedro uosso tio deffensor de Vossos Rejnos, e com concelho das Cortes, e doutra guisa não (...)»⁸⁶.

A rainha ainda tenta impedir tal resolução do conselho régio ao pedir ajuda ao seu irmão, o rei Afonso V de Aragão, mas este nada faz de forma direta para além de “apresentar-lhes condolências, em razão do falecimento de el-rei D. Duarte, a recomendar-lhes fidelidade e amor ao rei de Portugal e a sua irmã a rainha D. Leonor e a oferecer-lhes os seus préstimos pelo portador, Afonso de Olivares (...)”⁸⁷, provavelmente para não piorar as relações de aliança entre os dois reinos.

D. Leonor tenta fugir para Almeirim e depois para o Crato onde leva a sua filha, a infanta D. Joana, mas é cercada pelas tropas do novo regente. Por fim, a partir de dezembro de 1440⁸⁸ refugia-se em Toledo, no reino de Castela, onde permanece até à sua morte em 1445. Dois anos antes da sua morte, em 1443, já exilada voluntariamente em Castela, a rainha consorte de Aragão e esposa do rei Afonso V de Aragão, cunhada de D. Leonor, Maria de Castela, vai em auxílio da rainha portuguesa e princesa aragonesa, por carta real escrita ao seu conselheiro real Juan de Muntayo⁸⁹.

Em 1445, Afonso V de Aragão após a morte da sua irmã, passa a estar mais presente nos assuntos administrativos reais portugueses, talvez para evitar um novo incidente de afastamento de membros da sua família de ascenderem ao poder real, como ocorreu em

⁸⁶ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1438*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, 1ª edição, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, pp. 34-35.

⁸⁷ *Monumenta Henricina*, Volume VII (1439-1443), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1965, pp. 8-9.

⁸⁸ *Ibidem*, Volume VIII (1443-1445), 1967, p. 9.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 9.

1439, com a rainha D. Leonor, no reino de Portugal. Deste modo, o monarca aragonês oferece-se em arranjar acordos matrimoniais vantajosos para as suas três sobrinhas, as infantas D. Leonor, D. Catarina e D. Joana de Portugal. Após a sucessão do seu irmão como rei D. Afonso V de Portugal, o tio e monarca de Aragão consegue à infanta D. Leonor, por meio de embaixada “o casamento dela com o rei dos romanos, assunto que terá na maior consideração, como lho assegura pelo referido embaixador”⁹⁰. A partir de 1452, D. Leonor torna-se Imperatriz Consorte do Sacro Império Romano-Germânico e rainha consorte da Germânia, ao lado do novo marido, o imperador e rei Frederico III.

Após esta união e aliança matrimonial bem sucedida entre Portugal, Aragão e o império germânico, no mesmo ano e de novo por carta real, D. Afonso V de Aragão faz a mesma oferta “às infantas D. Catarina e D. Joana de Portugal (...), em que (...), lhes assegura que assim como se preocupou em colocar em alto e honrado matrimónio a infanta D. Leonor, (...), assim as terá em conta, quando se oferecer oportunidade”⁹¹.

D. Afonso V de Aragão com a ajuda do seu sobrinho, o rei D. Afonso V de Portugal, selam um acordo fortalecendo as alianças entre Portugal, Aragão e Castela pela via matrimonial, aquando D. Joana de Portugal se casa com o rei Henrique IV de Castela⁹² em 1455. Torna-se rainha do trono castelhano no mesmo ano, apesar do monarca de Castela aquando de tal matrimónio celebrado, “procurase com el Papa divorcio del casamento hecho entre él y ella, porque aquel no se habia podido celebrar entre ellos legitimamente en derogacion del primero matrimonio que habia celebrado con la Princesa Doña Blanca su primer muger”^{93,94}. É de salientar que a situação matrimonial entre o monarca castelhano e a infanta portuguesa era delicada, tendo em conta que Henrique IV

⁹⁰ *Monumenta Henricina*, Volume XI (1451-1454), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1970, p. 1.

⁹¹ *Ibidem*, p. 2.

⁹² PINA, Rui de, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. II., Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1901, pp. 135-137.

⁹³ Como é referido na crónica onde se encontra este excerto, quando Henrique IV de Castela se casa com a infanta D. Joana de Portugal em 1455, a autorização papal do divórcio entre o monarca castelhano e a sua primeira esposa, Branca II de Navarra, ainda não chegara a Castela, o que implicava a um incumprimento ilegal do mesmo trato, tendo em conta que ambos os monarcas castelhanos ainda tecnicamente não estariam divorciados. Como solução, o Papa Nicolau V autoriza Henrique IV de Castela, a se divorciar e novamente a se casar com a infanta portuguesa num prazo de quatro anos, com a condição de criar sucessão, e consecutivamente voltar para Portugal nos quatro meses seguintes após ficar grávida.

⁹⁴ PULGAR, Hernando del, *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragon*, Cotexada com Antiguos Manuscritos y Aumentada de varias Ilustraciones y Enmiendas, en la Imprenta de Benito Monfort, Valencia, 1780, p. 6.

de Castela e Leão era impotente⁹⁵, apesar da intenção de fortalecer as ligações de aliança entre as duas coroas.

A infanta D. Catarina, apesar de também ter sido prometida ao príncipe de Viana, Carlos IV de Navarra, este morre em 1461, e sem novas tentativas matrimoniais entre o seu irmão e o seu tio, os monarcas Afonsos V de Portugal e de Aragão, respetivamente, a infanta acaba por levar uma vida religiosa onde morre apenas dois anos depois, em 1463.

Após os acontecimentos que conduzem à Batalha de Alfarrobeira em 1449 e consequentemente à morte do infante regente do reino de D. Pedro, Duque de Coimbra, o seu filho, Pedro de Coimbra, Condestável de Portugal, exila-se em Castela com receio de ter o mesmo desfecho do pai, perdendo todos os títulos e terras a que tinha direito⁹⁶. Permaneciam rumores de deslealdade por parte do Duque contra o rei D. Afonso V de Portugal, em que “davam fama pelo reino para mais indinação do povo, que o Infante D. Pedro tinha ordenado com ajuda de Castella prender El-Rei e se senhorear do reino”⁹⁷.

Tais rumores são impulsionados pelo Duque de Bragança, Afonso I, tio do monarca, em virtude da relação próxima que o regente português tinha com Álvaro de Luna, um dos nobres mais poderosos e influentes no reino de Castela e na Corte real castelhana, condestável do mesmo reino⁹⁸, devido ao facto de existir uma inimizade entre o Duque de Bragança e o Duque de Coimbra, que dura até à maioridade do monarca português. Por conseguinte, verificou-se um incidente nesta rivalidade: quando a pedido de D. Afonso V de Portugal, já assumindo o governo do seu reino, o Duque de Bragança parte para Lisboa com três mil homens, foi obrigado a passar pelos domínios senhoriais de Coimbra do infante D. Pedro, que entretanto tinha já saído da corte do seu sobrinho, depois de perder a regência do reino. O Duque de Coimbra recusou a passagem do seu inimigo político pelo seu ducado e perante tal sinal de desrespeito e de deslealdade, o Duque de Bragança conta o sucedido a D. Afonso V de Portugal. O monarca, também considerando este episódio como um claro ato de rebeldia contra a coroa portuguesa, e acumulando aos restantes rumores de falta de fidelidade, decide, juntamente com um dos

⁹⁵ PALENCIA, Alonso de, *Crónica de Enrique IV*, Traducción Castellana por D. A. Paz y Meliá, Colección de Escritores Castellanos, Tomo I, Imp. Revista de Archivos, Madrid, 1904, p. 168.

⁹⁶ PINA, Rui de, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. II., Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escripatorio, Lisboa, 1901, pp. 71-72.

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 70.

⁹⁸ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, p. 103.

seus tios, o Duque de Bragança, guerrear contra o infante D. Pedro, conduzindo assim à Batalha de Alfarrobeira em maio de 1449⁹⁹.

Anos mais tarde, a partir de 1454, Pedro de Portugal alcança a reconciliação com o monarca português e com o Duque de Bragança, recuperando todos os seus bens e cargos de família e ducado de Coimbra, herdados do falecido pai, com a ajuda da sua irmã, a rainha portuguesa D. Isabel de Avis, primeira esposa do rei D. Afonso V de Portugal. Tal é evidenciado, por carta régia em julho do mesmo ano, em que a rainha de Portugal pede “a Cosme e Pedro de Medicis, na qual lhes roga entreguem a seu irmão o infante D. Pedro o rendimento anual do seu crédito do comum do Monte de Florença, como aliás já lhes havia ordenado por escrito”¹⁰⁰.

Posteriormente à morte do rei João II de Castela em 1454 e durante os primeiros anos de reinado de D. Afonso V de Portugal, acentua-se a situação tensa diplomática entre os embaixadores dos reinos de Portugal e Castela. Tal ocorre, em virtude da ligação do mesmo monarca à coroa de Aragão, como já foi mostrado anteriormente, em que “seus cunhados, que então picavam com elle, e governavam o reino, como fundamenio de meter este reino em necessidade, (...) e esperando que por isso carregariam maior obrigação a El-Rei de Portugal (...), para as necessidades suas (...)”¹⁰¹.

A partir de dezembro de 1474 e já nos últimos anos do reinado de D. Afonso V, Portugal adquire um novo conflito político no panorama ibérico, focalizado no reino rival vizinho castelhano, quando Henrique IV de Castela morre devido a problemas intestinais¹⁰². Surge então, uma nova disputa pelo trono castelhano entre a filha do futuro D. João II de Portugal, a Infanta D. Isabel (meia-irmã do falecido rei) e D. Joana de Trastâmara (esposa e sobrinha do rei D. Afonso V de Portugal), futura rainha consorte de Portugal após a morte do mesmo monarca.

D. Joana de Trastâmara seria a herdeira legítima à coroa castelhana, sendo filha da rainha D. Joana, Infanta de Portugal (esposa de Henrique IV de Castela). Por sua vez, D. Joana era filha do falecido rei D. Duarte e irmã de D. Afonso V, tendo se casado com Henrique IV na tentativa do seu irmão e rei de Portugal, aproximar as duas coroas e

⁹⁹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, coord. de Rui Ramos, 1ª edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, novembro de 2009, pp. 155-156.

¹⁰⁰ *Monumenta Henricina*, Volume XII (1454-1456), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1971, p. 20.

¹⁰¹ PINA, Rui de, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. I, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1901, p. 41.

¹⁰² GOMES, Saul António, *D. Afonso V: O Africano*, Coleção Reis de Portugal, Temas & Debates, Lisboa, março de 2009, p. 254.

ganhar pontos territoriais transfronteiriços a seu favor pelo meio de sucessão e pela via da diplomacia, como é exposto por Enriquez de Castillo¹⁰³.

Devido a esta genealogia e linhagem, D. Joana de Trastâmara sempre foi considerada em vida como uma ameaça aos futuros reis Católicos¹⁰⁴. Mas, desde cedo na vida da jovem princesa surgiram boatos na Corte de Castela, muitas vezes instigadas pelos inimigos de sua mãe e da sua pessoa. Esses boatos, referiam que Joana de Trastâmara não era filha legítima do rei de Castela, apenas bastarda, era na realidade fruto da relação que sua mãe, D. Joana, tinha com o seu amante Beltrán de la Cueva¹⁰⁵, chegando mesmo a apelidar a princesa castelhana de Joana a *Beltraneja*¹⁰⁶. Sendo assim, a legitimidade do seu sangue real castelhano poderia ser disputada pela sua tia, a Infanta D. Isabel, cuja aclamação ao trono chegou mesmo a ser idealizada pelo próprio Henrique IV entre 1466 e 1468, depois de escutar estes mesmos boatos¹⁰⁷.

Tal conflito só acabaria em abril de 1479, em que D. Afonso V e D. Joana renunciariam à pretensão do trono castelhano. Em troca, a Infanta D. Isabel concomitantemente com o seu marido e primo em segundo-grau, o príncipe Fernando de Aragão, renunciariam à coroa portuguesa¹⁰⁸. Em janeiro, o príncipe é coroado rei de Aragão, com o nome de Fernando II de Aragão.

Em época de expansão marítima e em período de guerra, Portugal e Castela disputam o arquipélago das Canárias em diversas situações ao longo do período medieval, servindo não só como reivindicação de um novo território descoberto, mas também como porto seguro para as rotas de comércio de ambos os reinos ibéricos. Apesar da documentação portuguesa referir apenas no reinado de D. Afonso IV de Portugal, no século XIV, a partir de 1341, as primeiras expedições a este arquipélago, em que ainda eram denominadas como Ilhas Afortunadas¹⁰⁹, teoriza-se que a rivalidade e disputa de ocupação entre Portugal e Castela por estas ilhas seja anterior a este período, tendo em conta que no século XIII, ambos os reinos rivais, bem como alguns mercadores e navegadores florentinos e genovenses, já tinham conhecimento da existência do mesmo

¹⁰³ ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego, *Cronica del Rey Enrique el Cuarto deste Nombre*, por su Capellan y cronista (...), Segunda Edicion, Imprenta de D. Antonio de Sancha, Madrid, 1787, p. 26.

¹⁰⁴ GOMES, Saul António, *D. Afonso V: O Africano*, Coleção Reis de Portugal, Temas & Debates, Lisboa, março de 2009, p. 294.

¹⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 254.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 294.

¹⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 255.

¹⁰⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa, abril de 2005, pp. 44-48.

¹⁰⁹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 71.

arquipélago¹¹⁰. A partir do reinado de D. Afonso V de Portugal, mais uma vez este arquipélago irá servir como pano de fundo, para o conflito da guerra ultramarina acima mencionada, através do comércio e contrabando de armas e outros bens, quer na Península, quer no referido arquipélago¹¹¹ e nos mares da Guiné¹¹².

No mesmo ano e ainda em período de Guerra de Sucessão de Castela, ocorre a Batalha de Toro, em que Castela e Aragão saem vitoriosas, apesar do resultado final da mesma batalha acabar por ser mostrar algo dúbio, levando assim a inúmeras interpretações diferentes por parte de historiadores que estudaram esta batalha¹¹³. Durante este período conturbado e apesar deste conflito bélico entre Portugal, Castela e Aragão, em que a nobreza castelhana continua a insistir que se faça guerra na fronteira da Extremadura com Portugal, sabe-se que ainda se mantêm algumas relações comerciais entre os três reinos, especialmente entre Aragão e Portugal. A existência de um salvo-conduto, autorizado pelo próprio Fernando de Aragão em 1478, comprova a intenção de manter o comércio de sedas, por parte de mercadores castelhanos nos portos de Bragança e Guimarães¹¹⁴.

Em fevereiro de 1477¹¹⁵ e ainda em período de guerra, o jovem infante português e futuro rei D. João II é obrigado a ceder as praças fronteiriças castelhanas de Castro Nuño e Cantalapedra ao rei D. Fernando II de Aragão, após longos períodos de cerco a estas vilas (incluindo Toro, Villalba, Portillo e Mayorga). Ainda no mesmo ano, surge um novo acordo entre Castela e Portugal, no que concerne à posse de estruturas de defesa fronteiriças. Neste acordo Portugal toma posse dos castelos castelhanos de Piedra Buena e de Zagalla e em troca cede a vila de Santiago do Cacém¹¹⁶. Em agosto, D. Isabel de Castela cria tréguas de paz com Portugal, mas apenas na zona fronteiriça entre Albuquerque e a Andaluzia, continuando assim a guerra marítima fora do continente, como é o caso da captura da caravela portuguesa *Boa Vista* por parte de Castela¹¹⁷.

¹¹⁰ [https://www.infopedia.pt/\\$questao-das-canarias-\(sec.-xiv-xv\)](https://www.infopedia.pt/$questao-das-canarias-(sec.-xiv-xv))

¹¹¹ GOMES, Saul António, *D. Afonso V: O Africano*, Coleção Reis de Portugal, Temas & Debates, Lisboa, março de 2009, p. 294.

¹¹² ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 121.

¹¹³ Idem, *Ibidem*, p. 271.

¹¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 294-295.

¹¹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 295.

¹¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 295.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 296.

Para pôr termo a este conflito, em setembro de 1479¹¹⁸, após a Batalha de Toledo¹¹⁹, foi assinado o Tratado das Alcáçovas (também conhecido como Tratado das Alcáçovas-Toledo). Neste Tratado é determinado por intervenção papal de Sisto IV¹²⁰, que as Canárias, redescobertas por navegadores italianos no século XIII, passariam a pertencer definitivamente a Castela, mas que em contrapartida, a partir desse momento, todos os territórios descobertos a sul destas ilhas passariam a ser controlados por Portugal¹²¹.

Ao longo do século XV e após a morte de D. Fernando I de Portugal, Castela continua a recordar as suas “cicatrices”, da gorada tentativa de conquistar o trono português. Castela também não esquece do embaraço sofrido através das batalhas de Aljubarrota e de Valverde em 1385 com Portugal, continuando por isso, a manter um clima de paz armada com o seu reino vizinho¹²², especialmente nos reinados de D. João I, D. Afonso V e de D. João II de Portugal.

Ao mesmo tempo que é mantido um clima de desconfiança entre os dois reinos (ocorrendo em diversas situações e em séculos anteriores), indiretamente ou não, Portugal consegue manter boas relações de aliança e de paz com Aragão e especialmente com Inglaterra no reinado conturbado de D. João II de Portugal. Tal situação é exibida, através dos envios de embaixadas portuguesas ao mesmo reino aliado, indo “em nome de el-rei confirmar as ligas antigas com Inglaterra, a que por condição delas o novo sucessor de uma parte e da outra é obrigado”¹²³.

Contudo, estas relações tensas com Castela usufruem dum reforço positivo quando o rei D. Manuel I, nos últimos anos do século XV, sobe ao trono português em 1495, após a morte do seu primo, o falecido rei D. João II de Portugal, em outubro do mesmo ano¹²⁴. Em 1496, D. Manuel I casa-se com a infanta D. Isabel, Princesa das Astúrias e filha do rei Fernando II de Aragão e de Isabel I de Castela. Este acordo

¹¹⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa, abril de 2005, p. 48.

¹¹⁹ GOMES, Saul António, *D. Afonso V: O Africano*, Coleção Reis de Portugal, Temas & Debates, Lisboa, março de 2009, p. 296.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 296.

¹²¹ Idem, *Ibidem*, p. 301.

¹²² ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 5.

¹²³ PINA, Rui de, *Crónica de D. João II*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, p. 18.

¹²⁴ *Conflito Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 246, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

matrimonial ocorre antes do futuro monarca português subir ao trono, pois a coroa portuguesa, através do laço matrimonial com a infanta D. Isabel, inicialmente estava destinada a ser concretizada com o príncipe D. Afonso, filho herdeiro de D. João II de Portugal, que morre em 1491 com 16 anos de idade, e por isso esse acordo inicial sofre complicações e desconfianças¹²⁵.

Contudo, D. João II não consegue criar um acordo matrimonial vantajoso para o filho bastardo, Jorge de Lencastre. Neste acordo seria suposto que a infanta castelhana casasse com o futuro sucessor da coroa portuguesa. Mas, como D. João II morre sem deixar descendentes herdeiros, D. Manuel I passa torna-se o novo monarca português.

Todavia, este século ficará para sempre marcado como tendo sido a época dos descobrimentos e o período da expansão marítima, quer para Castela como para Portugal. Rapidamente os conflitos armados e militares são substituídos por conflitos políticos e comerciais, especialmente de forma bastante menos direta do que nos séculos anteriores.

No século XV, o infante D. Henrique foi um dos principais impulsionadores nos descobrimentos e expansão comercial marítima portuguesa. A infante reforma a arte de navegação em Portugal, e graças ao mesmo, até à sua morte em novembro de 1460, em Sagres¹²⁶, os navegadores portugueses através do sistema de navegação à bolina e paralelo à costa africana, conseguem chegar a Serra Leoa pela via marítima¹²⁷.

No reinado de D. João I, Portugal acaba também por descobrir a Madeira em 1419 e os Açores em 1427, tendo se tornado portos seguros comerciais fundamentais para o sucesso da circulação das rotas marítimas portuguesas, sendo considerados como entrepostos comerciais entre Portugal e a Ásia.

Em 1488, já no reinado de D. João II de Portugal, Bartolomeu Dias consegue finalmente contornar o Cabo das Tormentas, passando-se a chamar simbolicamente de Cabo da Boa Esperança¹²⁸.

Durante este período, as importações vindas de Castela para Portugal centravam-se em artigos e produtos de tecelagem de boa qualidade, especialmente panos de linho, um dos produtos de maior importância. A partir do século XV, a coroa portuguesa¹²⁹

¹²⁵ PINA, Rui de, *Crónica de D. João II*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, p. 21.

¹²⁶ Idem, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. III, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1901, pp. 14-15.

¹²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 17.

¹²⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 17-18.

¹²⁹ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 82.

apresenta particular interesse nestes rendimentos, bem como na circulação de soldados pela via marítima, com a intenção de proteger o porto seguro e entreposto comercial português em Tânger, de possíveis ataques de pirataria.

Capítulo II

Alfândegas, fronteiras, portagens e portos terrestres e marítimos comerciais entre Portugal e Castela

1. Conceito e Tipos de Fronteira

Antes de se poder falar em alfândegas ou portos comerciais existentes entre Portugal e Castela na Idade Média, é necessário primeiramente definir o conceito de fronteira, distinção com limite e que tipo de fronteiras podem existir entre estes dois reinos durante este período.

No que concerne à definição de fronteira propriamente dita, tal designação diz respeito a uma faixa regional e (normalmente) territorial dentro de limites internacionais¹³⁰. Uma fronteira diferencia-se de limite, no sentido de que, limite normalmente está conotado a um termo físico, como no caso dos limites naturais, os rios e montanhas, e no caso dos limites artificiais, os muros ou as estradas¹³¹, enquanto que o termo de “fronteira” está relacionado a um conceito simbólico ou imaginário¹³². No que diz respeito ao tipo de fronteiras existentes, a mesma designação pode albergar campos diversos, tendo em conta que ao longo da história da humanidade, o Homem teoriza diferentes tipos de fronteira, dependendo das circunstâncias, local e tempo em que vive e se insere¹³³.

Uma fronteira pode-se definir politicamente, onde um reino pode exercer sob um determinado território específico e que através de conflitos armados e/ou de tratados de paz, podem resultar em divergências culturais resultando em uma ou mais fronteiras entre reinos e impérios consoante a lógica medieval europeia estabelecida¹³⁴.

Essencialmente, existem assim dois tipos de fronteira: as fronteiras naturais e as fronteiras humanas ou artificiais, assim como os seus limites fronteiriços¹³⁵.

¹³⁰ <https://conceito.de/fronteira>

¹³¹ <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diferenca-entre-limite-fronteira.htm>

¹³² <https://www.estudokids.com.br/limite-e-fronteira-saiba-qual-e-a-diferenca/>

¹³³ SEABRA, Miguel Pascoal Costa Saldanha, *O Conceito de Fronteira: Uma Abordagem Multifacetada*, Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior, Curso de Estado-Maior do Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012, p. 4, disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10023/1/MAJ%20Saldanha%20Seabra.pdf>

¹³⁴ <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diferenca-entre-limite-fronteira.htm>

¹³⁵ <https://www.estudokids.com.br/limite-e-fronteira-saiba-qual-e-a-diferenca/>

Uma fronteira também se pode definir segundo a ideia de Estado-Nação, através de três elementos principais: Povo, Território e Soberania. Ou seja, pode ser considerada fronteira como sendo, uma fronteira interna dentro do mesmo reino, em que num ambiente em sociedade, diversas cidades e vilas estão subdivididas entre si, criando uma autonomia local pelas leis senhoriais (apesar de não ser muito óbvio no caso português, cuja nobreza permanecesse dependente do seu monarca), mas ao mesmo tempo são controladas e dependentes da cidade capital e que, por sua vez estão todas interligadas pelo meio de leis e regras de Estado, partilhando religiões¹³⁶, culturas, a mesma língua, tradições e história em sociedade medieval. Também pode ter conotações militares, delimitando-se por castelos estrategicamente colocados ao longo de um caminho territorial, nos extremos de um determinado reino¹³⁷, situação que se observa especialmente ao longo da Idade Média e Idade Moderna¹³⁸.

Assim, podem existir fronteiras políticas e também fronteiras económicas e geopolíticas, que são casos de fronteira com designações mais globalizantes, e mais uma vez no panorama medieval, significa neste caso a separação da Europa com o resto do mundo. E se a definição simplista de fronteira leva a conotações relacionadas à territorialidade, é necessário obrigatoriamente mencionar as fronteiras naturais, físicas e geográficas, em que tal como o próprio termo indica, refere-se às faixas de transições naturais entre diferentes ecossistemas, isto é, montanhas, rios, florestas, desertos, mares, entre outras inúmeras barreiras e obstáculos territoriais que separam diversos contactos civilizacionais.

No que diz respeito às fronteiras naturais, podiam-se estabelecer diversas comunidades ou “marcas” territoriais de colonos, que muitas vezes usavam estas zonas transfronteiriças num ambiente rural e ligado à agricultura, a mando do rei ou de um nobre responsável por determinado território, estabelecendo assim determinadas regras, tendo em conta que, tais comunidades viviam quase sempre num clima hostil e móvel¹³⁹.

É de realçar que, os termos “fronteira” e “limite”, estão quase sempre interligados entre si, quer a nível territorial quer político¹⁴⁰. Na Idade Média, apesar destas

¹³⁶ RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Coleção Nova História, nº21, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 273.

¹³⁷ <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diferenca-entre-limite-fronteira.htm>

¹³⁸ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Terceiro Volume – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, dezembro de 1993, p. 24.

¹³⁹ BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008, p. 68.

¹⁴⁰ <https://www.estudokids.com.br/limite-e-fronteira-saiba-qual-e-a-diferenca/>

circunstâncias em redor do conceito de fronteira, não são postas em causa estas conotações, pelo menos no aspeto físico. Por isso, abundantemente as fronteiras territoriais, nesta época, podem-se tornar bastante maleáveis¹⁴¹ ou mesmo abstratas.

Como já foi referido anteriormente e especialmente no caso ibérico, em que Portugal e Castela habitualmente permanecem em conflito militar nas zonas raianas. O mesmo ocorre nos casos de conflito da Reconquista Cristã contra o Al-Andaluz¹⁴² até 1492, data da capitulação do reino nasrida de Granada aos Reis Católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela¹⁴³. Consequentemente, o mundo cristão é separado do mundo árabe, entre norte e sul da Hispânia¹⁴⁴.

Amiúde, as divisões naturais de fronteira não eram impostas automaticamente como marcos divisórios entre os diversos reinos ibéricos, levando à criação de acordos e até alianças entre os mesmos. Deste modo, Portugal apresenta uma tendência de se aliar a Aragão e Castela a Leão em termos territoriais. Assim, ambos os lados aliados alcançariam influência, sobretudo em termos comerciais, através de produtos importados e exportados, graças à maior facilidade territorial sobre os reinos inimigos¹⁴⁵. Esta flexibilidade das zonas de fronteira entre Portugal e Castela no período medieval terminam por ser proveitosas para os circuitos comerciais e de gado (e outros animais) entre os dois reinos, destacando o circuito partilhado entre o reino português e a cidade de Sória¹⁴⁶, cujo território era por sua vez, um ponto fronteiriço entre os reinos de Castela (e Leão), Navarra e Aragão.

Segundo o conde D. Pedro Afonso de Barcelos, o conceito de fronteira entre os reinos cristãos ibéricos nem sequer deve existir, uma vez que, Portugal, Leão, Castela e Aragão são considerados reinos cristãos e por isso, devem ser classificados como um todo, segundo as normas e moral de cavalaria. Seria apenas possível, a separação entre os

¹⁴¹ BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008, pp. 65-66.

¹⁴² RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Coleção Nova História, nº21, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 273.

¹⁴³ METRI, Maurício Medici, *Poder, Moeda e Riqueza na Europa Medieval*, Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia, Instituto de Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Económicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 80, disponível em http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2007/poder_moeda_e_riqueza_na_europa_medieval.pdf

¹⁴⁴ RUCQUOI, Adeline, *op. cit.*, p. 274.

¹⁴⁵ MATTOSO, José, *Identificação de um País – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Volume II – composição, Editorial Estampa, Lisboa, setembro de 1988, p. 195.

¹⁴⁶ ARAÚJO, Julieta, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018, p. 10.

povos cristãos e o mundo muçulmano, assim como, a separação entre o mundo dos vivos e dos mortos¹⁴⁷. Apesar do autor desta obra não concordar com a divisão dos reinos cristãos ibéricos, numa perspetiva política e de código de honra cristão e cavaleiresco, o mesmo faz uma breve descrição geográfica, com o propósito de separar os reinos de Castela e de Portugal e ser possível identificá-los entre si, na região norte do mesmo território: “Os Reis cristaaos ouuerõ seu acordo que fossem partidos é duas partes. El Rei de castella pela riba do mar. El Rei de portogal per entre as mōtanhas e o câpo (...) Os Reis partirõse ali e huu foy a destro e o outro ao seestro”¹⁴⁸.

A partir do século XV, a delimitação de fronteira, pelo menos no caso ibérico, passa a ser considerada como sendo uma linha territorial, governadas por diferentes monarcas¹⁴⁹. De facto, na Idade Média e até ao século XIII, as linhas fronteiriças entre Portugal e Castela, nunca foram muito claras devido a vários fatores descritos no subcapítulo anterior. Estas linhas fronteiriças eram bastante instáveis e expandidas temporariamente, em termos territoriais usando maioritariamente meios bélicos e violentos para as atingirem e conquistarem¹⁵⁰. No entanto, as fronteiras medievais ibéricas, quer entre reinos cristãos ou com povos mouros, não eram consideradas ainda como sendo zonas fronteiriças estáveis. Estas mesmas zonas eram utilizadas com intuito militar, separando geograficamente o resto do território inimigo através de uma fina faixa territorial. Subsiste também a existência de fronteiras defensivas, com o intuito de separar reinos em termos económicos, políticos e sociais, pois como o próprio nome indica, ocupa-se de zonas territoriais de defesa dos reinos.

Tais zonas servem como espaços de organização defensiva, através da localização de diversas fortalezas e amuralhados¹⁵¹, especialmente no caso português, da zona da Estremadura¹⁵². De salientar ainda que, as linhas primárias de fronteira medieval militar

¹⁴⁷ AFONSO, Pedro, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV), INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Coleção filologia portuguesa, ed. de Teresa Brocardo, Lisboa, setembro de 2006, p. 43.

¹⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 42.

¹⁴⁹ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Terceiro Volume – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, dezembro de 1993, p. 24.

¹⁵⁰ MATA, Joel Silva Ferreira, “Os alcaides na zona de fronteira entre Portugal e Castela no despertar do século XVI: criminalidade e usurpação de funções”, in *Revista Direito Lusitana*, nº 12, Universidade Lusitana do Porto, Porto, outubro de 2015, p. 120, disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1686/1/LD_12_4.pdf

¹⁵¹ BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008, pp. 66-67.

¹⁵² Idem, *Ibidem*, p. 70.

nem sempre coincidiam com o espaço transfronteiriço administrativo, nomeadamente no panorama dos espaços ibéricos cristãos¹⁵³.

Posto isto, na situação da Península Ibérica, não só os limites fronteiriços físicos entre Portugal e Castela não eram claros, como também o caso fronteiriço entre Portugal e a Galiza. Inicialmente estes limites só eram visíveis através da linha do rio Minho, em Trás os Montes, bem como as ligações de fronteira territorial entre Portugal e Leão, à custa das inúmeras tentativas de conquista de parcela de território entre ambos os lados, exemplificados nas cidades de Badajoz ou na zona de Riba Côa¹⁵⁴.

Durante o período medieval, para além destas fronteiras temporais e instáveis concebidas pelo homem, é necessário realçar que existia uma fronteira natural, (excetuando as montanhas e rios), incluída no ambiente em sociedade, entre os reinos ibéricos: as florestas. As florestas eram comuns na Idade Média Ocidental, nomeadamente na subdivisão de reinos e normalmente não só dividia reinos ou vilas rurais específicas, mas frequentemente simbolizavam a divisão entre o mundo urbano e rural, entre o mundo organizado e caótico e entre o mundo cristão do mundo profano¹⁵⁵.

No caso de Portugal, os cruzados apoiaram a delimitação territorial do jovem reino de Portugal, particularmente na época de Reconquista e na guerra norte-sul com os muçulmanos e povos berberes do Al-Andaluz¹⁵⁶, até à conquista do Algarve.

De facto, durante todo o período medieval da Reconquista Cristã, existia uma delimitação fronteiriça mais clara entre os territórios norte e sul, em comparação com os territórios de noroeste e nordeste, quer da perspetiva portuguesa ou castelhana. Tal situação ocorre desde o reinado de D. Afonso III das Astúrias, aquando o jovem reino nortenho cristão só terminava ao sul do território de Coimbra, em termos fronteiriços. O rei D. Pedro Afonso, consegue em vida conquistar variados territórios espanhóis, as cidades de Toro e de Campos, tendo oferecido a primeira ao seu filho, bem como as vilas de Simanca e Donas: “(...) – e estes som terra de Campos e Touro – e outrossy logares que estavam hermos e desprovados pollo destroimento dos mouros – e som estes

¹⁵³ BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008, p. 68.

¹⁵⁴ MATTOSO, José, *Identificação de um País – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Volume II – composição, Editorial Estampa, Lisboa, setembro de 1988, pp. 194-195.

¹⁵⁵ LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, 3ª Edição, Coleção Nova História, nº 13, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 89.

¹⁵⁶ *As fronteiras luso-espanholas: das questões de soberania aos fatores de união*, org. Francisco Pereira Coutinho, Mateus Kowalski, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2014, p. 27.

Symancas e Donas e outras villas muytas”¹⁵⁷. No que concerne ao território português, conseguiu conquistar as cidades de Braga, do Porto, Viseu, Edamã, Lamego e ao rio Tejo¹⁵⁸, ainda que temporariamente.

Ainda em Portugal, a reconquista definitiva da cidade de Beja, por parte das tropas do rei D. Afonso Henriques de Portugal, em novembro de 1162, torna-se decisiva para a delimitação fronteiriça com o que resta do Al-Andaluz (antes da conquista do Algarve), e para a delimitação fronteiriça com os reinos de Leão e Castela. A cidade de Beja encontrava-se em posse moura desde o século VIII. Segundo Pedro Afonso, após um longo cerco a esta cidade e à rendição muçulmana sob o território a favor dos portugueses, o rei D. Afonso I de Portugal outorga a administração da vila e do castelo de Beja, ao arcebispo D. Rodrigo e ao nobre D. Afonso Mirangelo. A função de D. Rodrigo era de teor económico, oferecendo “grande algo aos freires en dinheiros e muitas viandas, por tal que non ficasse desemparado”¹⁵⁹, ao passo que o papel de D. Afonso Mirangelo era militar e de defesa do território circundante ao castelo de Beja: “seteçentos cavaleiros e dous mil homees de pee e combateron o castello todo huu dia, e tal guisa que poucos ficaram no castello que non fossen mortos ou feridos”¹⁶⁰. Juntos, ficaram encarregues de “defender a frontarya e davalhes ainda de comer en cada huu dia”¹⁶¹.

Relativamente às fronteiras de rio, estas fronteiras marítimas eram essenciais para a circulação harmoniosa comercial entre Portugal, Castela, Leão e Aragão mais a norte. Eram desimpedidas com a ajuda dos cruzados, com a constante ameaça transfronteiriça muçulmana mais a sul, possibilitando o abastecimento local e aumento das trocas comerciais¹⁶². Contudo, no início do reino português as circulações fluviais não eram utilizadas frequentemente. Os rios, Sado, Vouga ou Mondego tornam-se rapidamente meios de transporte para tráfego de pessoas e produtos a nível local, promovendo assim

¹⁵⁷ AFONSO, Pedro, *Crónica geral de Espanha de 1344*, Edição crítica do texto português pelo académico correspondente Luís Filipe Lindley Cintra, Volume II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Academia Portuguesa da História, Lisboa, dezembro de 1954, p. 451.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 450.

¹⁵⁹ Idem, *Ibidem*, Volume IV, outubro de 1990, p. 340.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 340.

¹⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 340.

¹⁶² *As fronteiras luso-espanholas: das questões de soberania aos fatores de união*, org. Francisco Pereira Coutinho, Mateus Kowalski, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2014, pp. 27-28.

o crescimento populacional dos territórios ribeirinhos¹⁶³, bem como a produção, cultivo, criação agrícola de gado nas fronteiras de rio, entre Portugal e Castela¹⁶⁴.

Um dos primordiais conflitos ibéricos referentes aos limites fronteiriços, entre os diferentes reinos cristãos, remonta ao reinado de D. Afonso Henriques, vinte e dois anos após a sua coroação como primeiro rei de Portugal em 1139. Sendo assim, a partir de 1161, o rei português inicia um conflito de disputa territorial com o rei Fernando II de Leão¹⁶⁵, pelas terras fronteiriças de Riba Côa, território que vai ser alvo de discussão fronteiriça até sensivelmente ao reinado de D. Dinis de Portugal.

D. Afonso I de Portugal pretendia que, as terras de Riba Côa integrassem o território português, pois a maioria da população já pertencia ao novo reino ibérico, nomeadamente a vila, denominada Cidade Rodrigo. Mas, no mesmo ano Fernando II de Leão cria uma cidade nesta vila junto ao reino de Castela, que se situa perto das terras portuguesas de Riba Côa.

D. Afonso Henriques sentindo-se ameaçado, por esta cidade se situar perto do território português, envia o seu filho, o infante D. Sancho, a fim de atacar a dita vila, sendo rapidamente contra-atacada e defendida pelo rei de Leão e pelas suas tropas, tendo sido vitoriosos. Em consequência, verificou-se um elevado número de prisioneiros capturados, pertencentes às tropas portuguesas de D. Afonso I de Portugal.

Entre 1162 e 1163, surge um novo conflito por discordâncias de fronteiras entre os dois monarcas, quando D. Afonso Henriques invade o território da Galiza, reino vassalo de Leão e conquista a Límia. Em seguida, é conquistada a cidade de Salamanca, também pertencente a Leão.

A partir de 1166, o monarca português volta a invadir a Galiza, conquistando Tui e outras povoações estratégicas¹⁶⁶. Apesar das inúmeras tentativas por parte de Fernando II de manter relações diplomáticas e de paz entre Portugal e Leão por toda a década de 60 do século XII e, tendo em conta que o rei leonês é casado com D. Urraca desde

¹⁶³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I (1080-1415) – Estado, Pátria e Nação, Editorial Verbo, Lisboa, novembro de 1978, p. 202.

¹⁶⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, pp. 82-83.

¹⁶⁵ Antes deste conflito, D. Afonso I de Portugal e Fernando II de Leão eram na realidade aliados políticos através das relações de paz estabelecidas em 1160/1165 pelo meio matrimonial entre o rei leonês e uma das filhas de D. Afonso Henriques, D. Urraca, fazendo com que D. Afonso Henriques de Portugal se tornasse sogro de Fernando II de Leão.

¹⁶⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, p. 103.

1159¹⁶⁷/1160¹⁶⁸/1165¹⁶⁹¹⁷⁰, filha de D. Afonso Henriques, D. Afonso I de Portugal tenta cercar e conquistar a cidade de Badajoz em 1169, afim de dominar o território fronteiriço do reino de Leão. Nessa época, Badajoz estaria ocupada por tropas muçulmanas, mas pertencentes ao reino de Leão através do acordo realizado entre Fernando II de Leão e o seu irmão Sancho III de Castela, no Tratado de Sahagún assinado em 1153¹⁷¹/1158¹⁷². Este Tratado ditava que, todos os territórios do Alentejo e do Algarve conquistados aos povos árabes do Al-Andaluz, revertiam automaticamente para o reino de Leão.

Enquanto ocorria o cerco à mesma cidade entre os sarracenos e os exércitos do rei português, entre eles e supostamente o mercenário Geraldo Geraldês, mais conhecido como “Geraldo sem Pavor”, as tropas de Fernando II de Leão chegam para socorrer a cidade, derrotando severamente os exércitos portugueses, incluindo D. Afonso Henriques. Segundo a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, o monarca português para além de ter sido derrotado juntamente com os seus exércitos, teria sido humilhado quando ao bater em retirada, o mesmo cai do seu cavalo e bate com a perna num dos ferros dos portões, sendo capturado pelo seu genro¹⁷³ durante dois meses, e nunca mais pôde montar a cavalo¹⁷⁴¹⁷⁵.

No reinado de D. Dinis são estabelecidas as primeiras linhas gerais de fronteira física, entre Portugal e o reino de Castela e Leão de Fernando IV, através do Tratado de

¹⁶⁷ HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo I, Livraria Bertrand, Lisboa, março de 1980, p. 680.

¹⁶⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I (1080-1415) – Estado, Pátria e Nação, Editorial Verbo, Lisboa, novembro de 1978, p. 102.

¹⁶⁹ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Segundo Volume – A Monarquia Feudal (1096-1480), 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março de 1993, pp. 87-88.

¹⁷⁰ Segundo Alexandre Herculano, não existe um consenso entre os historiadores sobre a data concreta do casamento realizado entre a princesa D. Urraca e o rei leonês Fernando II, devido aos testemunhos criados nos documentos entre 1159 e 1353 em que envolvem ambas as figuras históricas não serem exatos e fidedignos, bem como o facto de se desconhecer a idade de D. Urraca quando se casara. No entanto, a teoria mais comum entre os historiadores é que o casamento entre ambos terá ocorrido por volta de 1165, tendo em conta que é a partir deste ano que surge documentação que mostra D. Urraca como rainha de Leão.

¹⁷¹ MATTOSO, José, *op. cit.*, p. 78.

¹⁷² <https://cronologiahistorica.com/tag/tratado-de-sahagun/>

¹⁷³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, p. 103.

¹⁷⁴ MOREIRA, Filipe Alves, “Os Reis de Portugal na «Versão Crítica da Estoria de España» e na «Crónica de Castela»”, in *Actas del XIII Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, coord. de José Manuel Fradejas Rueda, Déborah Anne Dietrick Smithbauer, Maria Jesús Díez Garretas e Demetrio Martín Sanz, Volume II, Universidad de Valladolid, Valladolid, setembro de 2009, p. 1434, disponível em

https://www.academia.edu/932843/Os_Reis_de_Portugal_na_Vers%C3%A3o_Cr%C3%ADtica_da_Estoria_de_Espa%C3%B1a_e_na_Cr%C3%B3nica_de_Castela

¹⁷⁵ AFONSO, Pedro, *Crónica geral de Espanha de 1344*, Edição crítica do texto português pelo académico correspondente Luís Filipe Lindley Cintra, Volume IV, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Academia Portuguesa da História, Lisboa, outubro de 1990, pp. 287-288.

Alcanizes¹⁷⁶, em 1297¹⁷⁷. Este Tratado refere-se sobretudo à zona fronteiriça do rio Guadiana¹⁷⁸, situada no território mais a sul em ambos os reinos, e como tal era menos definida territorialmente que a zona norte. Tal tratado teve a intenção de aumentar a independência de Portugal face a Castela¹⁷⁹, criando uma identidade cultural cada vez mais distanciada do mesmo reino¹⁸⁰, ainda que tais linhas ainda não delimitassem completamente todo o perímetro da linha fronteiriça entre Portugal e Castela. Razão pela qual, até ao século XIV, alguns territórios em que eram incluídas dioceses ou paróquias junto à fronteira, ainda não se encontravam delimitados, como sendo parte de um reino ou de outro¹⁸¹.

Até à data do presente Tratado, entre os séculos XI e XIII, a povoação de ambos os reinos era algo mal estruturada, especialmente na zona de *estremaduras*. Neste território situado entre o rio Douro e o centro da Península Ibérica, o ordenamento do território para Portugal, Castela, Leão e Aragão era organizado sobretudo pela localização e circuito de rios, estabelecendo assim os seus reinos à volta dos mesmos.

Antes da conquista do Algarve, o território do reino português era compreendido entre a zona da Beira e do rio Tejo, estando a meio do mesmo território, a Estremadura fronteiriça com Castela e Leão.

No reino castelhano e leonês são construídas cidades, na mesma região paralela às conquistas e ocupações territoriais portuguesas, designadamente as cidades, Sória, Salamanca, Sepúlveda, Ciudad Rodrigo, Segóvia e Ávila. Mais tarde foi conquistado o reino de Toledo e anexando-o como Castilla la Nueva, usando como limites fronteiriços os rios Llobregat e Ebro com Aragão. Na Extremadura do reino de Aragão, a sua povoação encontra-se entre as vilas de Saragoça e Teruel¹⁸².

¹⁷⁶ Anexo, p. 121, fig. 2.

¹⁷⁷ MARQUES, José, *Relações Entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Braga, junho de 1994, p. 351.

¹⁷⁸ *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade*, I Encontro Internacional, coord. de Adriano Moreira, Alberto A. Herrero de la Fuente, Carlos Gaspar, Celso Almúñia Fernández, Eloy Fernández Clemente, Fernando de Sousa, Jorge Carvalho Arroiteia, José António Rocamora, João Cosme, João Paulo Avelãs Nunes, Lorenzo López Trigal, Maria João Guardado Moreira, Maria da Conceição Meireles Pereira, Paloma de Villota, Teresa Rodrigues e Álvaro Santos, Zamora, outubro de 1999, p. 84, disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/relacoes-portugal-espanha-cooperacao-e-identidade>

¹⁷⁹ BOURDON, Albert-Alain, *História de Portugal*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº1, Edições Texto & Grafia, Lisboa, junho de 2013, p. 28.

¹⁸⁰ *As fronteiras luso-espanholas: das questões de soberania aos fatores de união*, org. Francisco Pereira Coutinho, Mateus Kowalski, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2014, p. 27.

¹⁸¹ MATTOSO, José, *Identificação de um País – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Volume II – composição, Editorial Estampa, Lisboa, setembro de 1988, p. 194.

¹⁸² QUESADA, Miguel Ángel Ladero, “Población de las Ciudades en la Baja Edad Media (Castilla, Aragón, Navarra)”, in *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, coord. técnica de

Uma das primordiais fronteiras estabelecidas, trata-se da zona fronteiriça dos castelos e terras de Riba Côa, delimitando-se como centro de união entre os três reinos ibéricos, tendo ainda sido criadas outras quarenta e nove fortalezas, a separar Portugal de Castela¹⁸³:

«(...)e todas estas couzas de suso ditas vos faço, por que vos quitades vós dos ditos Castellos, e Villas de Arouche, e de Aracena, e de seus Termos, e dos frutos, que ende ouvemos El rey Dom Affonso meu Avoo, e El Rey Dom sancho meu padre, e eu. E outro si eu El Rey Dom Fernando, entendendo, e conocendo, que vós aviades direito en aluns Lugares dos Castellos, e Villas de Sabugal, e de Alfayates, e de Castel Rodrigo, e de Villa Mayor, e de Castel Boom, e de Almeida, e de Castel Melhor. e de Monforte, e dos outros Lugares de Riba Coa, que vós Rey Dom Diniz teendes agora en vossa mão, e por que me vós partades do direito, que aviedes en Vallença, e em Ferreira, e en no Sparagal, que agora tem a Ordem d'Alcantara asá mão, e que aviades en Ayamonte, e en outros Lugares dos Reinos de Leon e de Galiza. (...) E outro si por que me vós partades das demandas que me faziades sobre razon dos termos, que som antre meu Seniorio, e vosso por esso me vos parto do ditos Castellos, e Villas, e Lugares de Sabugal, e de Alfayates, e de Castel Rodrigo, e de Villa Maior, e de Castel Boom, e de Almeida, e de Castel Melhor e de Monforte, e dos outors Lugares de Riba Coa que vós agora teendes à vossa mãao, com todas seus Termos, e Direitos, e perteenças, e partome de toda demanda, que eu hei, ou poderia aver contra vós, ou contra vossos sucessores per razom destes Lugares sobreditos de Riba Coa, e de cada hum deles»¹⁸⁴.

Neste Tratado também ficaram acordados os casamentos de aliança, entre D. Fernando IV de Castela e Leão com D. Constança, filha de D. Diniz e, entre o futuro D. Afonso IV de Portugal com a irmã do rei leonês e castelhano, D. Beatriz¹⁸⁵.

Até ao momento, as fronteiras entre estes dois reinos ibéricos (em simultâneo com Aragão), pelo menos em caso de conflito, eram definidas igualmente como na época de conflitos entre norte e sul da Península Ibérica, com os Muçulmanos do Al-Andaluz. Em particular. Sobretudo na zona ocidental do território do reino de Portugal, a existência de

Antero Ferreira, João Abreu, Isabel Pinho e João Costa, Volume I – Discursos, Câmara Municipal de Guimarães, GRECA – Artes Gráficas, Guimarães, outubro de 2012, p. 170, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CHI/vol1/1chi-vol1-007.pdf>

¹⁸³ BOURDON, Albert-Alain, *História de Portugal*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº1, Edições Texto & Grafia, Lisboa, junho de 2013, p. 28.

¹⁸⁴ D. DINIS, rei de Portugal, FERNANDO IV, rei de Leão e de Castela, MOLINA, Maria de, *Tratado de Alcanises*, Gav. 18, mç. 9, nº 13 das Gavetas de Arquivos da Torre do Tombo, Alcanises, setembro de 1297, fl. 2.

¹⁸⁵ AMARAL, Luís Carlos, GARCIA, João Carlos, “O Tratado de Alcañices (1297): Uma Construção Historiográfica”, in *Revista de História da Faculdade de Letras*, nº 15-2 (2ª Série), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 968, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4045.pdf>

“fossados”, “presúrias” e “algaras”¹⁸⁶, bem como de outros elementos transfronteiriços anteriormente abordados como Riba Côa, era considerado como um “deserto” territorial¹⁸⁷.

Uma “presúria” trata-se de uma mobilização militar permanente, num determinado ponto territorial fronteiriço, em zonas de fronteira defensiva avançada. Como o nome indica, procurava defender os povoados fronteiriços locais, sendo frequentemente localizada em terras abandonadas ou incultas¹⁸⁸, provavelmente em zonas de fronteira naturais.

Os “fossados” e “algaras” são mobilizações bélicas, normalmente localizadas nas zonas de raia e ao contrário das “presúrias”, estas últimas têm um intuito temporário e/ou sazonal, já que se tratava de zonas de expedição militar e por isso envolveria ocasiões de expansão e retrocesso temporário de território¹⁸⁹. Distinguem-se por a “algaras” tinha intenções como finalidade a mobilização temporária bélica com interesse de saque local, enquanto que, os “fossados” estariam focalizados em zonas avançadas de patrulha temporária, para os exércitos mobilizados¹⁹⁰.

Retornando à definição de fronteiras no panorama ibérico no século XIII, especialmente na região norte, Portugal e Castela não eram os únicos reinos ibéricos neste período a terem uma má e instável delimitação de fronteiras entre si.

O reino de Aragão também apresentava dificuldades, na definição fronteiriça junto dos reinos de Navarra e de França, sobretudo porque os três reinos se situam entre si territorialmente na zona dos Pirenéus, sendo esta cordilheira montanhosa a única fronteira natural entre os mesmos três reinos europeus¹⁹¹. Tal facto irá se revelar um problema no reinado de Pedro III de Aragão, cujas fronteiras do reino de Navarra servem de base para uma invasão e guerra fronteiriça entre o seu reino, Navarra e França, nas quais estas duas últimas se aliam contra Aragão¹⁹².

Volvendo de novo ao panorama político e fronteiriço de Portugal e Castela, a conquista e ocupação portuguesa da região do Algarve foi a causa principal que conduzirá

¹⁸⁶ BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008, p. 73.

¹⁸⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 86-87.

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 73-74.

¹⁸⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 75-76.

¹⁹⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 76-77.

¹⁹¹ Anexo, p. 123, mapa 1.

¹⁹² ZURITA, Jerónimo, *Los cinco libros primeros de la primera parte de los Anales de la Corona de Aragon*, en la casa que fue de Jorge Coci, que ahora es de Pedro Bernuz, Universidad Complutense de Madrid, maio de 1562, p. 183.

à assinatura do Tratado de Alcanizes, devido ao incumprimento por parte de D. Afonso III de Portugal, de ocupar um território ibérico. Outrora, esse território era ocupado por mouros sem o consentimento do rei castelhano e sem a divisão justa entre as duas coroas sobre o mesmo território, acordo que remonta às fundações do reino português criado entre D. Afonso Henriques e Fernando II de Leão.

Em 1250, um ano depois de D. Afonso III conquistar Santa Maria de Faro, o rei português cede as terras conquistadas ao rei muçulmano de Niebla, estabelecendo um acordo de paz com o rei castelhano. D. Afonso III usa como argumento que, aquando da conquista portuguesa de Faro, o mesmo rei mouro terá supostamente cedido por escrito o mesmo território a Fernando III de Leão e Castela, sendo assim ilegal a ocupação dos exércitos de D. Dinis no mesmo local.

Antes deste tratado, apesar de os reinos cristãos ibéricos estarem minimamente naturalmente divididos entre si, existiam poucas subdivisões territoriais em redor dos reinos de Castela e especialmente Leão, a não ser a separação raiana com Portugal¹⁹³. Como já foi mencionado, estas lacunas são corrigidas, no início do século XIV, com o Tratado de Alcanizes. Este Tratado representa as medidas políticas e económicas de D. Afonso III, melhorando o controlo comercial. Esta situação é aperfeiçoada no reinado de D. Dinis, ao delimitar com este tratado praticamente e de maneira definitiva o território português¹⁹⁴. No entanto, no reinado do seu pai, o acordo de paz acabou por não ser definitivo, pois em maio de 1252, dois anos após a resolução de tréguas, Fernando III de Leão e Castela morre e, D. Afonso III tenta reclamar o território que anteriormente tinha conquistado. Naturalmente surge uma reativação da guerra com Leão e Castela, agora sob a sombra de um novo monarca, Afonso X, cujo conflito acabaria por cessar pelo papel arbitral do papa Inocêncio IV.

Um ano depois, em 1253¹⁹⁵, através de outro acordo estabelecido entre os dois monarcas ibéricos, fica estipulado que Portugal poderá ocupar as terras algarvias (em harmonia com a ocupação castelhana e lionesa), mas que em troca, todo o território dos Algarves ocupado e estabelecido como sendo parte do reino de Portugal, teria que pagar uma renda, revertendo a favor de Afonso X¹⁹⁶. No mesmo ano elabora-se um novo acordo

¹⁹³ BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008, p. 87.

¹⁹⁴ MATTOSO, José, *Identificação de um País – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Volume II – composição, Editorial Estampa, Lisboa, setembro de 1988, p. 196.

¹⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 195.

¹⁹⁶ CRUZ, Manuel Braga da, *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, junho de 1998, p. 42.

de paz, através da união matrimonial entre D. Afonso III de Portugal e D. Beatriz (filha ilegítima de Afonso X, *o Sábio*, e de Maria de Guzman). Contudo, nessa época, D. Afonso III já era casado com Matilde de Bolonha e, existia uma significativa diferença de idades entre o rei português e D. Beatriz, sendo a jovem princesa ainda uma criança¹⁹⁷.

Durante o reinado de D. Afonso III de Portugal, Castela vive um período conturbado. Afonso X apresenta dificuldades internas com os seus nobres ao rebelarem-se em tom de descontentamento contra as decisões políticas do rei de Castela, aliando-se a Granada e prestando homenagem a Muhammad ibn Nasr, entre 1271-1273¹⁹⁸. Similarmente entre 1279 e 1383, os últimos quatro reis da Dinastia de Borgonha, tentam fazer um esforço de melhorar a organização interna do reino de Portugal, administrando e desenvolvendo diversos setores da economia e do comércio interno e internacional e proporcionar os primeiros passos para o comércio marítimo¹⁹⁹.

No entanto, é a partir do século XIII que o poder do reino nasrida de Granada começa a enfraquecer, abundantemente pela pressão de expansão territorial por parte dos reinos de Castela, de Leão e de Portugal. O Al-Andaluz ibérico enfraquece, quando surge uma emigração exponencial da população deste reino muçulmano. O mesmo acontece com os emigrantes nas regiões da Andaluzia, do Algarve e de Múrcia, partindo para o norte de África. Existe um aumento desta situação, à medida que os reinos cristãos ibéricos de Portugal e especialmente de Castela, se aproximam do território fronteiriço junto à linha do rio Guadalquivir²⁰⁰. No caso português, quando Castela consegue conquistar e ocupar a região da Andaluzia e de Múrcia, Portugal antes de chegar ao Algarve, ocupa a zona alentejana, região de Extremadura partilhada com Castela.

Com o auxílio das ordens militares-religiosas portuguesas e castelhanas, estas zonas de fronteira a sul dos seus territórios são defendidas, como a Ordem de Calatrava, de San Juan, de Alcântara e de Santiago²⁰¹.

¹⁹⁷ CRUZ, Manuel Braga da, *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, junho de 1998, p. 42.

¹⁹⁸ RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Coleção Nova História, nº21, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 274.

¹⁹⁹ BOURDON, Albert-Alain, *História de Portugal*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº1, Edições Texto & Grafia, Lisboa, junho de 2013, p. 27.

²⁰⁰ QUESADA, Miguel Ángel Ladero, “Población de las Ciudades en la Baja Edad Media (Castilla, Aragón, Navarra)”, in *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, coord. técnica de Antero Ferreira, João Abreu, Isabel Pinho e João Costa, Volume I – Discursos, Câmara Municipal de Guimarães, GRECA – Artes Gráficas, Guimarães, outubro de 2012, p. 171, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CHI/vol1/1chi-vol1-007.pdf>

²⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 171, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CHI/vol1/1chi-vol1-007.pdf>

No reinado de D. Afonso III de Portugal, após a conquista e ocupação portuguesa do Algarve, existe um aumento na distribuição de poder pelas regiões e localidades mais a sul de forma homogénea. No caso algarvio, após a assinatura do Tratado de Badajoz, em 1267, o filho do mesmo monarca, o futuro rei D. Dinis I de Portugal, bem como os seus sucessores, passa a usufruir do título de rei de Portugal e dos Algarves²⁰², tornando esta região ocupada e conquistada como um reino nominal pertencente ao reino e coroa portuguesa.

Com a conquista cristã destes territórios na Extremadura da Península Ibérica e graças à ajuda das ordens militares e religiosas acima mencionadas, surge um rejuvenescimento das zonas urbanas. Assim sendo, a Ordem de Santa Clara é um exemplo concreto, ocorrendo entre os séculos XIII e XIV²⁰³.

Até aos finais do século XII, considerado como o “verão” do período económico medieval desde o século XI²⁰⁴, o comércio português era meramente local e desenvolvia-se pela via terrestre²⁰⁵. Portugal sendo um reino cujo território se localiza no extremo da Eurásia, nunca teve a necessidade de comercializar pela via marítima, situação que se repetia com a maioria dos reinos europeus. O Oceano Atlântico era menos utilizado comparado com os Oceanos Pacífico ou Índico. Esta utilização era desenvolvida de forma algo tímida e junto à costa, devido às superstições que os europeus tinham caso se aventurassem durante muito tempo em mar aberto²⁰⁶ e, em virtude da grande dificuldade de navegação em mar alto comparado com a navegação no Mar Mediterrâneo²⁰⁷.

Contudo, a partir do século XIII tal situação começa lentamente a se modificar, surgindo os primeiros portos marítimos comerciais no reino de Portugal, nomeadamente na região norte da Extremadura. Leiria, Alcobaça, Óbidos, passam a ser sinónimos de afluência comercial, devido principalmente à comunicação que estas cidades tinham com

²⁰² QUESADA, Miguel Ángel Ladero, “Población de las Ciudades en la Baja Edad Media (Castilla, Aragón, Navarra)”, in *I Congreso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, coord. técnica de Antero Ferreira, João Abreu, Isabel Pinho e João Costa, Volume I – Discursos, Câmara Municipal de Guimarães, GRECA – Artes Gráficas, Guimarães, outubro de 2012, p. 172, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CHI/vol1/1chi-vol1-007.pdf>

²⁰³ *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 71, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

²⁰⁴ BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014, p. 61.

²⁰⁵ RODRIGUES, José Damião, OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Portugueses*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, 1ª Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, novembro de 2014, p. 21.

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 19.

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 20.

o litoral, ainda que, fossem considerados por serem portos marítimos meramente perto da costa e não junto ao mar²⁰⁸.

Devido a este argumento, a atividade piscatória aumenta, sendo a base de consumo e de comercialização local, destacando-se o porto de Salir em Óbidos, fazendo fronteira natural com Alcobaça através do rio Salir²⁰⁹. Os pescadores que fizessem a sua atividade neste rio, eram igualmente obrigados a entregar no porto local, pelo menos 1/3 da sua produtividade, mesmo se os mesmos pescassem com a intenção de consumo próprio e se por isso, a produtividade fosse escassa²¹⁰.

Apesar da globalidade dos produtos de exportação que saía do porto de Salir, mais conhecido por Salir do Porto, serem recursos à base do peixe, mesmo assim eram exportados em abundância não só para outros portos do litoral português, mas também para Castela pela via terrestre. Todavia, as importações para este mesmo porto e para as feiras e mercados de Óbidos, era abundante e mais diversificado.

Desde o reinado de D. Dinis e a partir da doação deste porto à sua esposa, a rainha D. Isabel de Aragão em 1287, Salir do Porto transforma-se numa das primeiras alfândegas comerciais no reino português, tendo em conta que, todos os produtos que atravessavam por este porto contendo cobre, panos ricos, estanho, armas, chumbo, ouro, aço, prata, ferro, pimenta e açafrão passariam a ser propriedade exclusiva do rei, frequentemente vindos de Castela e de Aragão²¹¹.

O porto de Setúbal, era igualmente considerado importante neste período medieval português, tornando-se mais um exemplo onde eram aplicadas taxas tributárias impostas pela Igreja local e as suas dízimas. Da mesma forma, que era também conhecido pelo seu comércio do açúcar, bem como pelas taxas alfandegárias (denominadas por dízimos) que, os mercadores tinham de pagar à Ordem de Santiago de Espada²¹² ao atravessar este porto. Tal como em Óbidos, a presença senhorial é menor neste local. sem

²⁰⁸ RODRIGUES, José Damião, OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, 1ª Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, novembro de 2014, p. 22.

²⁰⁹ SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1ª Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994, p. 35.

²¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 36.

²¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 36.

²¹² *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 282, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

contar com a presença do clero²¹³. Por essa razão, não são necessárias tributações obrigatórias de mercadorias importadas, como o pescado e outros produtos de primeira necessidade, como a madeira ou a lenha, caso fossem para consumo próprio e não para vender, segundo o foral desta vila de 1249²¹⁴:

«Et nos debemus habere de foro decimas de omnibus illis que venerint per mare vel que arquisiuerint per illud exceptis iste, scilicet, de madeira quam duxerint ad domos suas faciendum et de lenha quam duxerint ad cremandum et de pinnas quas duxerint pera comedere»²¹⁵.

Se tais produtos tivessem como finalidade a venda, as leis impostas neste foral seriam as mesmas que as impostas no foral de Lisboa²¹⁶, de 1179²¹⁷, ou seja, era exigido o pagamento da dízima²¹⁸. Porém, a presença da Coroa Portuguesa, ao contrário do caso de Óbidos, é menor e menos severa, e como tal, a presença das Ordens Religiosas e dos seus poderes tributários sob os mercadores locais torna-se predominante, interferindo assim na economia do comércio local²¹⁹.

2. Século XIV

A partir do reinado de D. Dinis de Portugal e de Fernando IV de Leão e Castela e, através da assinatura do Tratado de Alcanizes, é empreendido um esforço em que os territórios fronteiriços entre os dois reinos ibéricos fossem mais bem formados e indicados. Contudo, ao longo do período medieval, tal avanço de definição de territórios não ocorre de maneira linear para todos os reinos cristãos, como já foi referido anteriormente. Exemplo disso é, a definição de fronteiras entre Castela e Aragão no século XIV, no reinado de Henrique II de Castela e de Pedro IV de Aragão (e ainda de D. Fernando I de Portugal e dos Algarves). Segundo Fernão Lopes, um dia após o rei castelhano terminar as conversações diplomáticas que realizara com D. Guilherme

²¹³ SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1ª Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994, p. 37.

²¹⁴ Anexo, p. 120, fig. 1.

²¹⁵ CORREIA, D. Paio Peres, *Foral de Setúbal de 1249*, Setúbal, março de 1249, fólio 284 vº, fl. 2.

²¹⁶ Anexo, p. 122, fig. 3.

²¹⁷ CORREIA, D. Paio Peres, *op. cit.*, fólio 284 vº, fl. 2.

²¹⁸ HENRIQUES, Afonso, rei de Portugal, *Foral de Lisboa de 1179*, Coimbra, maio de 1179, fl. 1.

²¹⁹ COSTA, João, *Os Forais de Setúbal - 1249 | 1514. Estudo, transcrição e fac-símile*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2015, p. 13-14.

(cardeal de Bolonha) e o duque d'Anjou na vila de Aguas Mortas, o mesmo monarca decide regressar a Castela com a sua família real.

No entanto, para chegar a Castela, Henrique II tinha que passar pelas alfândegas territoriais de Aragão. O monarca aragonês queria evitar esta situação, a fim de não serem criados conflitos territoriais e políticos em tom de desconfiança, caso não fosse uma emboscada criada pelo rei castelhano, mesmo que ambos fossem aliados. Por isso, o rei aragonês envia um mensageiro a dizer o mesmo ao rei castelhano, antes do último chegar às proximidades do reino de Leão²²⁰. Henrique II de Castela responde a Pedro IV de Aragão, dizendo que se sente desrespeitado, por tal sentimento de desconfiança contra si, referindo os acordos de paz realizados no passado entre as duas coroas e que, perante tal facto, necessitava atravessar Aragão para chegar a Castela²²¹.

Pedro IV de Aragão cede ao monarca castelhano e, pede ao conde de Denia, o infante D. Pedro, que envie um escudeiro com o intuito de guiar a família real castelhana e os seus cavaleiros pelas terras de Aragão. Não obstante de, serem vigiados por cavaleiros e mensageiros do rei de Leão por toda a viagem até aos limites do reino, passando também pelo reino de Navarra.

Quando Henrique II de Castela chega finalmente à fronteira do seu reino, a escolta do rei de Aragão afasta-se e, segundo Fernão Lopes, já em território castelhano, o rei castelhano após experienciar este episódio juntamente com a sua família real, terá se colocado de joelhos e jurado que “nunca em minha vida, por mester que me avenha, saio do reino de Castella, e que antes espere minha morte, ou qualquer ventura que me avier, que jamais sahir d’elle”²²². Apesar de, no seu reinado o comércio local e internacional assim com as alfândegas e portos marítimos relacionados haverem enfraquecido, graças ao período de guerras e de crise conturbado, já se encontravam definidos e estabelecidos no século XIV, no reinado do rei D. Fernando, em Portugal.

No reinado do mesmo monarca são estabelecidas relações comerciais com a cidade da Corunha, agora pertencente ao reino de Castela, sendo exportadas para a mesma cidade produtos portugueses como o vinho, trigo e cevada, apesar da produção do primeiro produto mencionado ser menor no século XIV do que nos séculos anteriores²²³.

²²⁰ LOPES, Fernão, *Chronica de el-rei D. Fernando*, Vol. I, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1895, pp. 57-58.

²²¹ Idem, *Ibidem*, p. 58.

²²² Idem, *Ibidem*, p. 59.

²²³ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, 1ª Edição, Coleção História Medieval – N.º 2, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990, pp. 127-128.

No entanto, e como já foi referido, o reinado de D. Fernando embarga um período conturbado para o reino português, quer em termos de relações comerciais quer em relações diplomáticas e políticas com outros reinos ibéricos, especialmente Castela, que entra em guerra com Portugal a partir de 1369, ano da sua coroação. Dito isto, as barcas e naus portuguesas em cais e portos castelhanos são assaltadas muitas vezes. Por essa razão, o rei D. Fernando pede aos comerciantes atacados que se dirigissem às cidades de Tuy, Baiona de Minhor e “d’outros logares como quem os entendia de possuir longamente”²²⁴ a fim de, efetuar as mesmas ações aos comerciantes castelhanos. Isto é, atacar e ocupar o porto e cidade de Monte-rei, cuja ocupação foi comandada pelo conde D. Fernando de Castro, João Perez de Novoa, Vasco Fernandes Coutinho, Fernão Rodrigues de Sousa, Vasco Martins Porto Carreiro, Gil Fernandez de Carvalho, Martim Ferreira, Fernão Rodriguez do Valle e Mem Rodrigues de Seabra, fidalgos do rei D. Fernando I de Portugal e do filho ilegítimo do falecido rei D. Pedro I de Portugal, o infante D. João, Mestre de Avis²²⁵.

Há medida que, estes conflitos comerciais locais e internos ocorrem nos portos de ambos os reinos, a guerra fronteiriça entre Portugal e Castela inicia-se em grande escala. A última fase mais intensa das guerras fernandinas é realizada entre 1381 e 1382 em que do lado castelhano, o rei Henrique II de Castela morre em 1379 e é sucedido pelo seu filho, o agora rei João I de Castela e de Leão. Este, continua o trabalho do seu pai, com a finalidade de reclamar de maneira definitiva a coroa castelhana em oposição ao rei português D. Fernando. Ao mesmo tempo, D. Fernando de Portugal, pede ao nobre e general português “Nuno Alvares, para estar na fronteira com D. Pedralvares, seu irmão”²²⁶.

Como tal, Nuno Álvares Pereira passa a proteger as vilas fronteiriças portuguesas e arma as populações para possíveis ataques castelhanos, até à morte do rei D. Fernando I de Portugal, em 1383. Inicialmente, o general português parte para Montemor-o-Novo, onde é elogiado pelos seus discursos frente às tropas locais recém nomeadas: “E porque os homens bons do lugar não eram ainda bem firmes no serviço do Mestre, folgou ahi um dia e falou com eles dizendo-lhes muitas razões boas por parte do Mestre, de guisa que

²²⁴ LOPES, Fernão, *Chronica de el-rei D. Fernando*, Vol. I, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1895, p. 99.

²²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 100.

²²⁶ Idem, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. I, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897, p. 109.

foram mui contentes e firmes de em todo manter sua voz”²²⁷. Seguidamente, Álvares Pereira segue para Évora, onde ocorre um resultado semelhante por parte da população local, sendo “bem recebido e lhe fizeram muita honra, e falou com os da cidade aquello que cumpria por sua guarda e defesa do reino, da qual cousa foram todos mui contentes”²²⁸. Em Estremoz, Pereira recebe notícias de que existia um exército castelhano que se estaria a formar de forma organizada e em grande número na vila do Crato. Este exército teria a intenção de atacar a zona fronteiriça portuguesa, vindo em direção da vila portuguesa de Fronteira, na região interior alentejana, pelo que o general português decide ir a Elvas e Beja recrutar mais soldados, para a guerra que se advinha com Castela²²⁹.

Após este discurso eloquente, Álvares Pereira terá comandado as suas tropas rumo à Fronteira, apesar da discordância que alguns nobres portugueses tinham e que o seguiam²³⁰. Assim. Sendo, com esta batalha inicia-se a terceira e última fase das guerras fernandinas, terminando unicamente com o Tratado de paz entre Portugal e Castela de Salvaterra de Magos, em 1383.

Quando os exércitos de D. Nuno Álvares chegam junto à zona de Fronteira, o comandante português é surpreendido pelo escudeiro Rui Gonçalves, seu antigo amigo, que representando e sendo porta-voz do exército castelhano, informa Álvares Pereira que as tropas de Castela já se encontravam no território e “que ficavam em fronteira, que seria légua e meia d’onde elle achou Nuno Álvares, o qual lhe perguntou que fazia, e elle lhe disse que tinha tenção de combater o lugar”²³¹.

No período em que se encontra esta batalha, o irmão de Álvares Pereira, D. Pedralvares, trai o irmão e alia-se à causa castelhana. Antes da ocorrência da mesma batalha, Rui Gonçalves pede a D. Nuno para se render a Castela, situação que de imediato Álvares Pereira recusa, dizendo que “da tenção que tenho tomada, não me mudarei em nenhuma guisa, senão com ajuda de Deus leval-a a deante, mas que se apercebam pera a batalha, que eu com esses poucos de portuguezes que comigo tenho, lh’a entendo ir poer”²³².

Tal como ocorrera em inúmeras batalhas comandadas por D. Nuno Álvares Pereira, nomeadamente nos casos em que o exército castelhano era significativamente

²²⁷ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. II, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897, p. 59.

²²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 59.

²²⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 60-61.

²³⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 61-65.

²³¹ Idem, *Ibidem*, p. 66.

²³² Idem, *Ibidem*, p. 67.

mais numeroso que o português, segundo Fernão Lopes, Álvares Pereira terá primeiramente apresentado, mais uma vez, um discurso eloquente às suas tropas, explicando os motivos por que estariam a guerrear contra Castela naquele momento²³³.

Posteriormente, segundo o mesmo cronista, o comandante português terá realizado uma oração para que a batalha fosse bem sucedida, como o já tinha feito por diversas vezes, antes de sair vitorioso de importantes batalhas, apesar de apresentar desvantagem numérica “á imagem do crucifixo e da sua preciosa madre, que trazia pintada na sua bandeira, e isso mesmo todos os seus, os gíolhos em terra, com as mãos alçadas, fizeram suas orações, e muitos d’elles choravam, e beijou a terra”²³⁴.

Apesar de, encontrar-se em inferioridade numérica, o pequeno exército de D. Nuno Álvares Pereira, montado a cavalo e com vontade de vencer o numeroso exército castelhano, consegue fazer dispersar as mesmas tropas inimigas. Foram mortos diversos nobres de Castela, “o Mestre d’Alcantara e Pero Gonçalves de Sevilha, e Ruy Gonçalves, o Craveiro e outros bons fidalgos que não eram de tamanha conta, e foram feridos o almirante e o priol, e Garcia Gonçalves de Grijalva”²³⁵. D. Nuno Álvares consegue assim vencer a batalha de Fronteira.

Após este evento e conquista do território fronteiriço contra Castela, D. Nuno volta para Évora, permanecendo na mesma linha territorial, onde concentra as suas forças militares. No entanto, passados alguns anos, pouco antes da morte do rei D. Fernando I de Portugal, a vila de Portel (uma região fronteiriça portuguesa junto a Castela) é novamente ocupada por forças castelhanas, cujo local e castelo são conhecidos por recorrentes ataques bélicos castelhanos e mouros durante a maior parte do período medieval português, só terminando com o reinado de D. João I de Portugal.

O alcaide da mesma vila, Fernão Gonçalves de Sousa, alia-se a D. Garcia Alvares, nobre castelhano de (uma das) Vila Garcia e ocupa militarmente o castelo de Portel, reclamando todas as armas que a vila possuía, não existindo assim qualquer possibilidade de defesa por parte dos habitantes locais. João Matheus, um clérigo da igreja local, tendo conhecimento do sucedido, viaja até Évora e, leva cópias das chaves dos portões do castelo de Portel a Nuno Álvares Pereira, explicando-lhe o sucedido.

²³³ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. II, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897, p. 69.

²³⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 69-70.

²³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 71.

Álvares Pereira, após receber as cópias das chaves entregues por João Matheus, agradecendo-o pelo serviço prestado e referindo que o Mestre de Avis iria recompensá-lo de alguma forma no futuro, parte para Portel com as suas tropas. Quando chega pela calada da noite, o exército português diz o sinal “Eis a raposa vae, eis a raposa vae”²³⁶, para o clérigo aliado lhes abrir a porta, situação que é interrompida quando é soado o alarme para o exército ocupante.

Após uma breve discussão entre as forças ocupadoras castelhanas e as forças cercantes portuguesas, especialmente entre Álvares Pereira e Fernão Gonçalves, fica acordado que as forças de Castela abandonam de livre vontade o castelo de Portel e as tropas de Pereira deixam que os exércitos inimigos partam, entre eles Fernão Gonçalves fugirem para Castela²³⁷. É assegurado assim e, mais uma vez, um ponto estratégico fronteiro português contra Castela, nas Guerras Fernandinas, no final deste período conturbado e caótico.

Entre 1383 e 1385, após a morte do rei D. Fernando I de Portugal, surge nova época caótica aquando da Guerra de Sucessão de Portugal e de Crise de Interregno, ocorrendo nomeadamente antes do primeiro ataque realizado pelo rei João I de Castela que conduzirá ao cerco de Lisboa de 1384. Tal como na generalidade dos episódios ao longo do reinado do monarca português antecessor, a definição de fronteiras entre Portugal e Castela continua a ser estabelecida com grande instabilidade, através de conflitos bélicos por parte de ambos os reinos em conflito.

O futuro rei D. João I de Portugal, Mestre de Avis tem receio de regressar ao seu reino e afastar-se da zona fronteira da Galiza, Alcantara e Cidade Rodrigo. Estas regiões fronteiriças castelhanas com Portugal, eram consideradas como sendo, desprotegidas e apresentarem elevado risco de novo ataque por parte das forças de João I de Castela, e consequentemente perder vastas parcelas de território fronteiro para o reino vizinho. Segundo o conselho de guerra do mesmo monarca, era necessário abandonar as zonas de fronteira para que pudesse apoiar militarmente as zonas de Lisboa e de Coimbra, locais-alvo de João I de Castela ao invadir Portugal.

²³⁶ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. III, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897, p. 94.

²³⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 95-98.

Pouco depois, o rei de Castela invade Portugal, rumo à sua capital²³⁸. Rapidamente as forças castelhanas conquistam e destroem Santarém e as zonas de fronteira desta com outros territórios rumando a Lisboa²³⁹.

No mesmo período, no final da Crise de 1383-1385, já no reinado de D. João I de Portugal e após a sua coroação em abril de 1385 e o cerco a Lisboa, em 1384, por João I de Castela e os seus exércitos, a definição de fronteiras continua instável. A causa principal baseia-se nos conflitos bélicos e políticos em que eram envoltas crises de sucessão, quer em Portugal quer em Castela ao longo deste século. Por essa razão, nas zonas fronteiriças ainda ocorrem algumas pilhagens e movimentos territoriais. Uma das últimas pilhagens e ataques portugueses de que se tem conhecimento, ocorreu em território fronteiriço castelhano, antes da batalha de Aljubarrota em agosto de 1385. Trata-se do cerco a Tui, comandado pelo Mestre de Avis, o rei D. João I de Portugal, com a intenção de impedir os exércitos de João I de Castela de voltarem a entrar em Portugal.

Quando D. João I chega aos limites de Tui, na zona da Galiza com o território português, o monarca avisa os exércitos castelhanos que não é sua intenção sair daquele posto territorial caso os mesmos exércitos de Castela não se retirem daquele local, pois “ca aqui me hão de achar sem duvida”²⁴⁰. Ao mesmo tempo, o rei de Portugal refere às tropas inimigas que não tem qualquer intenção de conquistar a mesma cidade, mas por obrigação “me tem minhas villas forçadas e me fazem guerra muito direito, e eu assim é por força que assim faça a eles, e porém cada um se avise que seja apercebido como cumpre”²⁴¹, situação que o exército castelhano acaba por ceder e recua para território de Castela mais interior.

No final do século XIV, já firmada a guerra acesa com Castela (mas apenas oficialmente terminada em 1411), volta a ser estabelecido com mais regularidade o comércio local e internacional na Península Ibérica. Algumas alfândegas marítimas e terrestres voltam a ser instituídas e depois atacadas, no período de crise português.

Novas alfândegas são criadas, dando poderio aos portos destas vilas, como foi o caso dos portos e vilas de Viana²⁴² e de Caminha, duas vilas raianas portuguesas que ganham alfândegas em 1391 e em 1392, respetivamente, por ordem de carta real de D.

²³⁸ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. IV, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, 1897, pp. 100-104.

²³⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 203-207.

²⁴⁰ Idem, *Ibidem*, Vol. VII, 1898, p. 18.

²⁴¹ Idem, *Ibidem*, pp. 18-19.

²⁴² A futura cidade de Viana do Castelo, que até ao século XIX era apenas conhecida como “Viana”, antes da sua elevação a cidade em 1848.

João I de Portugal, concedendo privilégios aos mesmos portos de livre circulação e de passagem de navios. Se atravessassem os rios Minho e Lima e suas respectivas alfândegas, as mesmas embarcações seriam obrigadas a pagar dízima caso desejassem realizar comércio de mercadorias na zona local. Esta situação acaba por ser vantajosa para Portugal durante a Guerra dos Cem Anos, enquanto o comércio externo de França era fortemente reduzido durante este período²⁴³.

3. Século XV

No início do século XV, Portugal expande o território do seu reino para além da Península Ibérica, ao conquistar a cidade norte-africana de Ceuta em 1415. Ao mesmo tempo, começa a ser apresentado um dos primeiros sinais de centralização régia estabelecida na monarquia portuguesa pela imagem do rei D. João I de Portugal²⁴⁴. De facto, no século XV a economia portuguesa fortalece-se graças ao incremento do comércio estabelecido com Marrocos e com outros territórios exteriores ao reino. Denota-se um crescimento também a sul da Península, graças aos descobrimentos e à expansão territorial pela via marítima, mostrando o seu intuito pelas cobiçadas especiarias orientais, desejadas também por outros Estados mercadores europeus como Veneza e Génova e, enriquecendo através da troca de produtos africanos como cereais, madeiras, dentes de elefante, plantas de tinturaria, ouro em pó, couros, marfim e óleo de peixe²⁴⁵.

Neste século, o pescado local continua a ser uma indústria bastante ativa e produtiva a nível comercial local em Portugal, sendo administrada pelo próprio rei D. João I de Portugal e o seu filho, o infante D. Henrique. Ambos os monarcas também detinham o controle em torno de canais e de estacadas para reter o peixe, mesmo que em certas situações o monarca e o infante não estivessem de acordo em relação em algumas das decisões tomadas. Em 1421, por carta de el-rei, D. João I contraria as decisões tomadas pelo seu filho e “proíbe que alguém faça canal ou estacada no Ródão, onde o infante mandara fazer canal e ia colocar estacada, para reter o peixe”²⁴⁶.

²⁴³ PEREIRA, João Cordeiro, *Portugal na Era de Quinhentos: estudos vários*, Patrimonia Historica, Cascais, 2003, pp. 9-10.

²⁴⁴ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 12.

²⁴⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume II (1415-1495) – A Formação do Estado Moderno, Editorial Verbo, Lisboa, março de 1978, p. 198.

²⁴⁶ *Monumenta Henricina*, Volume III (1421-1431), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1961, p. 1.

Apesar de tais empreendimentos no comércio e expansão territorial e ultramarina no seu reinado, D. João I de Portugal granjeia alguns conflitos nas relações internas com a Igreja e Nobreza portuguesa. Tal acontece sobretudo, a partir da convocação de Cortes em Coimbra entre os três elementos, simultaneamente com os procuradores dos concelhos, realizado entre dezembro de 1397 e janeiro de 1398²⁴⁷, referindo os mesmos ao monarca português que devido às consequências da guerra com Castela:

«fom muy agravados em muitas coufas; primeiramente na parte das Sifas, que lhes fazedes pagar das coufas, que vendem, ca aquelas coufas, que elles vendem, que ham de fuas Herdades, nom he fenom pera comprarem cavallos, e armas para vos fervirem, nas quaes coufas dizem, que fom muito agravados: porque vos pedem, Senhor, por mercee, que os façades francos, que nom paguem as ditas Sifas, e os mantenhades, affy como mantinha ElRey Dom Affonfo voffo Avoo os que eram em aquelle tempo»²⁴⁸.

Após o conflito decorrido entre Portugal e Castela e apesar dos acordos realizados entre ambos os reinos (no século anterior), nomeadamente as tréguas realizadas entre 1400 e 1403²⁴⁹ e com a assinatura do Tratado paz de Ayllón em 1411 (e retificada em 1423, em 1427 e em 1431), persiste uma desconfiança e um clima de paz armado no que concerne às zonas de fronteira.

D. João I de Portugal continua a não confiar em Castela, sinal que é apresentado nos assuntos debatidos entre os embaixadores de ambos os reinos a fim de discutirem os termos dos acordos de paz, tendo ficado determinado que tal acordo só seria estabelecido se cada reino enviasse por cada lado reinante um embaixador “(...) de la parte del Rey de Castilla, é otro de la parte del Rey de Portugal, para que oyesen é librasen é determinasen las demandas que ante ellos fuesen puestas, é diesen sentencias en ellas segun por derecho hallasen (...)”²⁵⁰ em zonas fronteiriças de ambos os reinos.

Após a criação deste Tratado, Portugal ainda apresenta desconfiança acerca da reimplementação do comércio fronteiriço. E, por isso na véspera do ataque a Ceuta, numa

²⁴⁷ MORENO, Humberto Baquero, *Exilados, Marginais e Contestáveis na Sociedade Portuguesa Medieval*, 1ª Edição, Estudos de História, Editorial Presença, Lisboa, 1990, p. 13.

²⁴⁸ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, org. Ivone Susana Cortesão Heitor, Edição fac-similada, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1792, pp. 339-340.

²⁴⁹ FERNÁNDEZ, Luis Suárez, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante don Enrique: 1393-1460*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, Madrid, 1960, pp. 28-29.

²⁵⁰ PEREZ DE GUZMÁN, Fernán, MARIA, Alvar García de Santa, CARVAJAL, Lorenzo Galíndez de, *Crónica del Señor Rey Don Juan Segundo de este nombre en Castilla y en Leon*, Coleção Boston Public Library, Imprenta de Benito Monfort, Valencia, 1779, p. 220.

carta que o monarca envia aos seus filhos, o mesmo apresenta dúvidas sobre o que aconteceria aos exércitos portugueses se fossem vitoriosos após a conquista da mesma cidade. O seu receio baseava-se na insegurança sentida ao deixar desprotegidas as fronteiras portuguesas junto a Castela. Pois, sem a vigia atenta de D. João I (tendo em conta que parte para o norte de África, ajudando assim na incursão realizada pelos seus filhos e infantes), apresentava-se um risco elevado de serem novamente atacados por João II de Castela²⁵¹ e os seus exércitos.

Tais desconfianças acabam por serem corroboradas e confirmadas, não nas questões fronteiriças entre os dois reinos na Península Ibérica, mas na transposição e ocupação castelhana em territórios portugueses além-mar. Tal se passa aquando no reinado de D. João I de Portugal, algumas galés e navios castelhanos, vindos maioritariamente da guerra com o reino nasrida de Granada, chegam a aportar e até pilhar, servindo como porto de abrigo para os mesmos. O mesmo se verifica num episódio em 1424, quando “duas gales do rreino de Castela aa çidade de Çepta, hua de que hera patrão Gomçallo de Quadros, e outro avia nome Affomso d’Eça”²⁵² e, quando Gonçalo de Quadros, um dos capitães dos navios castelhanos, chega a Ceuta, a fim de destabilizar a moral dos emigrantes portugueses (tendo viajado do continente para a cidade africana), e recrutar elementos para a sua tripulação do seu navio. Gonçalo de Quadros, pede que: “que lleixey esta maa vida que llevais e vos vades comigo, caa me parecee que estais aquy como catyveiro, onde vos aviais jaa de enfadar de comer milho e beber vinagre”²⁵³.

A resposta de um dos locais ao mesmo capitão refere em tom sarcástico “como a bõa naçam dos portugueses amtepoe as delleytações aos feitos da homrra”²⁵⁴, e que em nome de “Deus merçes, e a ell rrey de Portugal²⁵⁵, e ao comde com que vive os que aquy estão presentes²⁵⁶, nunca o comemos, e que ho comessemos allgua vez, ysso nos trazia mais louvor que doesto”²⁵⁷. Refere ainda e em tom de ataque, que apesar de o capitão castelhano e a maioria dos locais serem “cristãos e termos firmeza de pazés amtre nos,

²⁵¹ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. VII, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escripatorio, 1898, p. 63.

²⁵² ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Edição e Estudo de Maria Teresa Brocardo, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Braga, novembro de 1997, p. 642.

²⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 643.

²⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 643.

²⁵⁵ O rei D. João I de Portugal.

²⁵⁶ D. Pedro de Menezes, Conde de Viana, 1º Conde de Vila Real e 1º governador de Ceuta por dois mandatos entre 1415 e 1424 e novamente entre 1425 e 1430.

²⁵⁷ ZURARA, Gomes Eanes de, *op. cit.*, p. 643.

mas que foram os ymfies, nõ obrarais de tal vilania filhando a gemte (...), que, se aynda aomeçera a hu cossario vilão, fora menos culpa (...)"²⁵⁸. Após ter sofrido tamanha humilhação, Gonçalo de Quadros decide partir de Ceuta na sua galé, pilhando, entretanto, "hu navio que acharã de Portugal"²⁵⁹ e fugindo para Castela.

De regresso à administração interna do reino de Portugal, o poderio local continua a diminuir frente ao centralismo régio. Esta situação já se tinha iniciado no século anterior e a apresentar alguns sinais no final do século XIII.

No reinado de D. João I de Portugal, o monarca português proíbe em 1384, por carta régia, a dízima na vila alentejana interior de Estremoz. Não invés de aquando o monarca era mestre da Ordem de Avis e tinha instalado e implementado no mesmo local aos seus moradores, como taxa comercial de circulação de azeite pela mesma zona²⁶⁰.

Tal situação é similar ao ocorrido em Coimbra no mesmo período e reinado. Até ao reinado de D. João I, era expressamente proibido o comércio e circulação comercial de azeite em Coimbra, quer entre mercadores do mesmo reino, quer com comerciantes estrangeiros (entre eles comerciantes castelhanos), sem que levassem uma certa pena. Apenas em Lisboa era permitido o livre comércio do azeite. Doravante, no reinado do mesmo monarca, por carta régia de 1399, "quaãesquer mercadores assy strangeiros como da terra pudesem hi comprar e carregar os dictos azeites, nom embarcando as dictas hordenações e defesas e sentenças"²⁶¹.

No decurso do reinado D. João I, o porto principal na construção, compra e venda de embarcações de rio e seu respetivo carregamento de mercadorias vindas do interior do mesmo reino, e conseqüentemente mercadorias estas vindas de territórios fronteiriços como Castela, era o porto de punhete. Situava-se junto à vila de Constância, em território ribatejano, servindo assim como porto de ligação e seguro entre o comércio interior com o comércio litoral em Portugal. O mesmo é exposto numa carta régia do mesmo monarca em 1385, a outorgar tais ações no mesmo porto, tendo em conta que estas mercadorias passariam por sua vez "pera / lixboa segundo esto e outras cousas mais compridamente

²⁵⁸ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Edição e Estudo de Maria Teresa Brocardo, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Braga, novembro de 1997, p. 643.

²⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 644.

²⁶⁰ *Chancelarias portuguesas: D. João I*, Volume I, Tomo 1 (1384-1385), 1ª Edição, organização e revisão geral por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2004, pp. 11-12.

²⁶¹ *Ibidem*, Volume II, Tomo 3 (1391-1407), 2005, p. 111.

era contheudo na dicta carta porquanto lhe foe dada em tempo que nos assy aujamos o dicto regimento (...)”²⁶².

No entanto, nem sempre o território norte africano seria alvo de disputas e de provocações entre os dois reinos ibéricos, sendo por vezes responsável pelo fortalecimento de alianças e de entreaajuda. Tal acontece no reinado de D. Duarte I de Portugal, em 1437, após a tentativa gorada dos dois irmãos do monarca português, o infante D. Henrique, e o príncipe D. Fernando, o *infante Santo*²⁶³, através de uma campanha de conquistar de Tânger, em Marrocos. Pretendia-se com tal ação, expandir a ocupação portuguesa no norte de África, em que o infante D. Fernando, além de perder a batalha com elevadíssimas mortes, acaba por ser capturado pelo próprio rei de Marrocos, Çalla Bemçalla.

Após tal desastre, o infante D. Henrique, que sobrevivera ao ataque e cerco gorado a Tânger, suplica a D. Duarte (seu irmão), que peça auxílio e apoio do rei João II de Castela a fim de entregarem Ceuta ao monarca marroquino, em troca da libertação e segurança de fuga, do príncipe D. Fernando e dos seus exércitos²⁶⁴. D. Duarte I acaba por recusar este pedido, de entregar a cidade de Ceuta em troca da vida do príncipe D. Fernando. Assim, em 1443, D. Fernando morre no cativeiro²⁶⁵, na capital marroquina de Fez.

De regresso à administração interna no reinado de D. Duarte I, o vinho passa a ser alvo de novas taxas de circulação e de comércio, impondo anualmente ao concelho da cidade a partir de 1434 “aJa em cada huu anno per essa Renda des primeiro día de Julho que ora uem da Era desta carta em deante seis contos de lliuras E esto pera a obra de billa Noua”²⁶⁶. Esta situação já ocorrera no reinado do seu pai, o rei D. João I de Portugal, na cidade de Lisboa.

²⁶² *Chancelarias portuguesas: D. João I*, Volume I, Tomo 2 (1385), 1ª Edição, organização e revisão geral por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2005, p. 37.

²⁶³ O príncipe D. Fernando, irmão do rei D. Duarte I de Portugal, ganha o cognome de *infante Santo* por ter-se sacrificado em nome de Portugal, tendo em conta que o mesmo infante acaba por não ser libertado do seu cativeiro em Marrocos em troca da cidade de Ceuta, ocupada por Portugal desde 1415, onde morre em 1443.

²⁶⁴ PINA, Rui de, *Chronica d’El-Rei D. Duarte*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1901, p. 135.

²⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 136.

²⁶⁶ *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Volume II, Livro da Casa dos Coutos, 1ª Edição, organização por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Centro Gráfico dos Restauradores, Gabinete de Artes Gráficas, Lda., Lisboa, 1999, p. 25.

As desconfianças junto às zonas fronteiriças com Castela vão-se manter após a morte do rei D. Duarte I de Portugal, principalmente durante a regência do infante D. Pedro, duque de Coimbra, enquanto o infante D. Afonso não atinge a maioridade para exercer as funções de próximo monarca português.

Após a fuga da rainha portuguesa D. Leonor de Aragão para Castela, em 1440 e, após um conflito que a mesma tivera com o Duque de Coimbra, acerca de quem deveria ter o papel de regente do reino de Portugal após a morte do seu marido (conduzindo a uma decisão controversa do conselho régio que vai contra os desejos testamentais de D. Duarte I de Portugal), existe um ataque a Alter do Chão e Cabeço de Vide (zona alentejana), em 1443. Tal ataque é liderado por Alfonso Enriques pertencente ao pequeno exército castelhano, que teve como intenção defender a honra da rainha²⁶⁷, que após a sua retirada do reino português, perdera as terras a que tinha direito por herança de sua mãe. Para evitar que tais episódios se repitam futuramente na mesma região, o regente do reino D. Pedro de Portugal, 1^a Duque de Coimbra, no mesmo ano, gasta “125.272 reais brancos, despendidos sobretudo na reparação dos castelos da comarca de Entre Tejo e Guadiana, na prevenção da fronteira, nas entregas a Castela e em missões especiais (...) nos anos de 1441 e 1442”²⁶⁸.

No século XV, no que diz respeito às alfandegas terrestres e portuárias, os senhores locais já não impõem taxas nos mercados locais. Mas tal não ocorria em Óbidos, isto é, os mercadores locais continuavam a aplicar pesadas taxas aos pescadores, devido à liberdade comercial. Por essa razão, estes últimos referidos tentavam sempre comercializar os seus produtos adquiridos em outros portos comerciais.

Tal situação haveria de se modificar quando Salir torna-se legalmente uma povoação, diminuindo a autonomia comercial que outrora tivera. A maioria dos pescadores do povoado deste porto, passa a ser obrigado a pagar anualmente tributos ao juiz, bem como ao senhor nobre do território local. Os produtos tributados eram essencialmente, peixe (base de riqueza local), o vinho e o pão²⁶⁹, pois eram as bases económicas rurais no Portugal medieval. Particularmente, o produto de bem primário

²⁶⁷ *Monumenta Henricina*, Volume VIII (1443-1445), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1965, p. 5.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 5.

²⁶⁹ SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1^a Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994, pp. 36-37.

mais utilizado neste território era o pão de centeio, já que a produção de trigo, de aveia e de painço era escassa.

A causalidade desta tributação faz-nos evocar a lei de almotaçaria de 1253²⁷⁰. Uma medida criada pelo rei D. Afonso III de Portugal, com a intenção de proibir a exportação de cereais (e de metais preciosos como o ouro ou a prata), e como tal, fixar os preços dos mesmos em território português. Consequentemente, esta deliberação revelou-se como sendo um problema constante na economia rural de Portugal ao longo da história²⁷¹. O centeio e o milho, eram os cereais utilizados com mais frequência na fabricação do pão em Portugal no século XIV.

De facto, o pão sempre foi um dos bens de primeira necessidade mais utilizado no comércio e mercados locais do reino português. Também era considerado como sendo um meio de alimentação básico, de quase todos os elementos da complexa estrutura piramidal da sociedade medieval, desde o povo até à família real. Este alimento era nutritivo e ao mesmo tempo simples e de fácil preparação e conservação. Cada vila e cidade portuguesa exigia ao respetivo monarca reinante, o abastecimento e comércio de pão.

Nas cartas régias de novembro e de dezembro de 1485, no reinado de D. João II, é outorgado e autorizado o abastecimento e comércio do pão em Sintra, mas os mercadores eram obrigados a “pagarem dizima os que trouxeren pão à cidade”²⁷² e “os estantes de fora e residen na çidade seirão bem tractados; E que se não trouxeren o pão, [a] que se obrigarão dentro em tempo se proceda contra eles”²⁷³.

No que concerne à população local de Óbidos, esta era obrigada a pagar o dízimo à Igreja de S. Pedro de Óbidos, representando a Sé de Lisboa neste local, designadamente 1/30 dos produtos piscatórios e 1/10 sobre o pão e o vinho. Acontecimento este motivado pela dependência económica das cidades do jovem reino para com a capital. Se tais taxas “religiosas” não fossem pagas, a Sé de Lisboa excomungava os devidos infratores²⁷⁴.

²⁷⁰ VIANA, Mário, *Economia e instituições na Idade Média: Novas abordagens*, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Ponta Delgada, 2013, p. 42, disponível em <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2669/1/VIANA%20%28M.%29%2C%202013a.pdf>

²⁷¹ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 82.

²⁷² *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, Volume III, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1959, p. 102.

²⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 103.

²⁷⁴ SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1ª Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994, pp. 37-38.

Perante tais pesadas taxas do dízimo, o povoado local começa a dar sinais de rebelião e ameaça S. Pedro de Óbidos de emigrarem para outra vila ou cidade. Assim, em 1447, a igreja de Óbidos, perante as queixas dos comerciantes de Salir, apenas transfere o valor das taxas do povoado local para os pescadores²⁷⁵.

Apesar dos conflitos políticos presentes durante o reinado de D. Afonso V de Portugal, aparentemente as relações comerciais, fronteiriças e alfandegárias entre Portugal e Castela melhoram, comparadas com as mesmas relações estabelecidas no reinado do seu pai e avô. Exemplo disso, é apresentado numa carta régia do mesmo monarca de junho de 1456, em que D. Afonso V nomeia “João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, para recebedor das coisas sujeitas ao pagamento de dízima e sisa vindas de Castela pelo porto de Mourão, como o era do porto de Serpa, por el-rei agora encerrado^{276,277}.

Em 1458, existe um novo conflito entre a população local e o grupo eclesiástico de Óbidos. Após ter efetuado um pedido exigindo a presença de um novo capelão à igreja local, pois os elementos da Igreja de S. Pedro tinham prometido à mesma população caso a dízima fosse paga, tal oferta acabou por não ser cumprida. Este pedido era justificado por terem que se deslocar até Óbidos para ir à missa.

De salientar que para além dos conflitos económicos locais entre a população de Salir, o respetivo senhor da propriedade e a representação eclesiástica da Sé de Lisboa na mesma vila, a família real portuguesa sempre considerou este porto alfandegário meramente como sendo um entreposto económico a seu favor. Foram raras as figuras monárquicas portuguesas que ajudaram a população local de Salir do Porto perante estas dificuldades na Idade Média, entre elas a rainha D. Leonor de Aragão e a rainha D. Isabel de Avis²⁷⁸. Sendo assim, é possível concluir que, durante o predomínio da Idade Média portuguesa, a estrutura administrativa de Salir do Porto sempre deteve um clima conflituoso, chegando mesmo os almozarifes do rei a saquearem os tributos da vila para

²⁷⁵ SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1ª Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994, p. 38.

²⁷⁶ É provável que uma das razões que leva ao encerramento do porto de Serpa por ordem do rei D. Afonso V tenha sido o facto do mesmo porto se encontrar na zona alentejana e fronteiriça com Castela, mesma zona que fora alvo de um ataque castelhano em 1443 após a sua mãe, a rainha D. Leonor, ter fugido para Castela em 1439, enquanto D. Afonso V de Portugal ainda era infante e ainda não tinha atingido a maioridade suficiente para assumir governo como monarca reinante português.

²⁷⁷ *Monumenta Henricina*, Volume XIII (1456-1460), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1972, p. 3.

²⁷⁸ SILVA, Manuela Santos, *op. cit.*, pp. 38-39.

si mesmo, o que ocorreu em 1467, sobretudo devido à riqueza dos recursos piscatórios locais, levando à cobiça das autoridades senhoriais²⁷⁹.

Em contrapartida, a população mercantil era extremamente unida e flexível, talvez com o intuito de pagar as rendas e dízimas a tempo e em conjunto, tornar-se numa vila comunitária. Os pescadores locais em épocas não sazonais, dedicavam-se inúmeras vezes ao cultivo do pão e do vinho, a fim de puderem pagar os direitos que tinham sobre as mesmas terras.

De realçar que, o vinho no contexto medieval português sempre teve diretamente conectado ao comércio local, especialmente desde o surgimento de cultura em sociedade dos povos cristãos no início da época de Reconquista, sendo impulsionado no comércio e na produção da agricultura portuguesa a partir do século XII²⁸⁰.

Na transição do século XIV para o século XV, constata-se um crescimento mercantil, comercial e económico no porto de Salir, bem como as melhores condições de vida da população, apesar de todas as adversidades anteriormente apresentadas.

Em 1475, durante o reinado de D. Afonso V de Portugal e de Isabel I de Castela, surge um novo conflito alfandegário e territorial entre os dois reinos. No mesmo ano, a população do ducado de Arévalo, junto a Burgos, em Castela, pede vassalagem ao rei de Portugal, D. Afonso V, chegando mesmo a pedir a invasão do mesmo território, devido à sua extrema importância para Castela.

Burgos, além da sua posição estratégica territorial e militar e, pelo motivo da sua fortaleza se encontrar na zona norte-centro do território castelhano, também era considerada uma importante cidade comercial em Castela, no século XV. sendo encarada como zona defensiva da mesma região. Neste local eram realizadas inúmeras feiras e, câmaras reais de Castela, os conselhos régios dos monarcas do mesmo reino, similares às Cortes régias portuguesas, sendo assim denominada como a “Cabeça de Castela”²⁸¹, sendo encarada como uma importante região política para o reino.

²⁷⁹ SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1ª Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994, p. 39.

²⁸⁰ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 82.

²⁸¹ *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 54, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

No final do século XV, no reinado de D. João II de Portugal, sobretudo a partir de 1483, com o aprisionamento e morte do duque de Bragança, D. Fernando II, a administração das alfândegas das zonas de fronteira deixa de ser controlada localmente, para passar a ser controlada pela própria coroa portuguesa. Por essa razão, D. João II envia emissários para cobrar as alfândegas nas fortalezas e vilas do inimigo do rei. Por conseguinte, outros elementos da nobreza dispõem-se a entregar livremente os rendimentos alfandegários, das parcelas de territórios ao rei português²⁸².

²⁸² MATTOSO, José, *História de Portugal*, Terceiro Volume – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, dezembro de 1993, p. 25.

Capítulo III

Mercados e feiras medievais

1. Distinção entre Mercado e Feira Medieval

Tal e qual como foi apresentado no capítulo anterior, antes de se poder falar na evolução dos mercados e feiras medievais entre Portugal e Castela durante este período de estudo, e de que forma as relações e crescimento comercial entre ambos os reinos peninsulares a partir destes pontos económicos se desenvolveu, é necessário primeiramente admitir que existe uma diferença entre um mercado e uma feira medieval. Contudo, ambos os termos, como foi também verificado no capítulo anteriormente analisado, acabam por estarem correlacionados entre si.

De facto, um mercado distinguia-se de uma feira no sentido que o primeiro tratava-se de um posto comercial relacionado à venda em retalho, ou seja, à venda de alguns produtos e cingindo-se a bens de primeira necessidade como carne, peixe, pão, etc. Por isso, limitava-se às trocas comerciais locais, especialmente em zonas de fronteira, ocorrendo semanalmente ou mensalmente, consoante a região²⁸³.

Uma feira medieval destinava-se a um público-alvo mais abrangente. Tratava-se de um posto comercial direccionado à venda grossista, isto é, à venda de produtos de grande quantidade. Os mercadores de feiras podiam vender não só comida e outros bens alimentares à população local, mas também vender roupas, tapeçarias, túnicas, ou utensílios de teor relacionado com a moda medieval. Devido à diversidade de produtos comerciais vendidos e comprados nas feiras, estes postos comerciais de dimensão superior, eram mais raros que os mercados locais, ocorrendo normalmente e meramente uma vez por ano. Mas em contrapartida, em vez de se cingir a áreas comerciais locais e pequenas perto de fronteiras terrestres, como era o caso dos mercados, estas feiras ocorriam em urbes e vilas de grande dimensão e, até a cidades do litoral.

Também é necessário referir que não ocorreu uma evolução espontânea e linear dos mercados e da expansão comercial. Tendo em conta a natureza da evolução social na

²⁸³ CORTAZAR, Garcia de, *História Rural Medieval*, Coleção Nova História, nº 28, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, p. 164.

Idade Média, os mercadores acabam por alcançar um enorme protagonismo, competindo com os mesterais locais²⁸⁴.

Nomeadamente no caso da Península Ibérica, desde o início do processo da Reconquista Cristã, a organização territorial foi bastante mais contida e conservadora, comparando ao que ocorre no final deste período da História de Portugal. Esta organização territorial refere-se à economia dos reinos ibéricos.

No caso europeu, é possível classificar três fases distintas da economia medieval: a primeira fase remete-se naturalmente ao início do período medieval, no período dos *tempos bárbaros*, situado principalmente em redor do território da Gália e compreendendo entre a queda do Império Romano do Ocidente até ao século VIII; o segundo período económico europeu medieval é traçado pelo período dos *tempos carolíngios*, correspondendo à Alta Idade Média, entre os séculos VIII e XI; por fim, o período económico que se pretende abordar nesta dissertação, trata-se do período final medieval dos *tempos feudais*, correspondendo à Baixa Idade Média entre os séculos XI e os séculos XIV/XV²⁸⁵.

É neste período feudal e senhorial, que persiste um comércio fechado e os territórios locais não passam de domínios autossuficientes entre si. A economia mediterrânea surgida na Antiguidade Clássica é lentamente substituída por uma economia europeia medieval, em que o comércio decresce com o surgimento de diversas invasões de povos árabe a territórios cristãos, como foi o caso da invasão árabe e muçulmana à Península Ibérica²⁸⁶.

Mais concretamente no caso castelhano, o comércio local entre o campo e a cidade torna-se bastante equilibrado. A partir do século X e, como comumente se acredita, é a partir deste século que surgem as primeiras grandes cidades europeias na cristandade medieval²⁸⁷, incluindo na Península ibérica, embora inicialmente no período medieval, as

²⁸⁴ SERRÃO, Joel, MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325) – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Volume III, 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa, maio de 1996, p. 284.

²⁸⁵ BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014, p. 61.

²⁸⁶ Idem, *Ibidem*, p. 62.

²⁸⁷ HEERS, Jacques, *História Universal – o mundo medieval*, Segundo Volume, Terceira Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março de 1977, p. 117.

idades europeias do período medieval fossem consideradas como sendo apenas aldeias de grandes dimensões²⁸⁸.

Desde as origens do reino de Portugal, os monarcas reinantes apostam na expansão do comércio local. No reinado de D. Afonso Henriques de Portugal são realizadas duas feiras: a feira de Melgaço, realizada em 1181²⁸⁹ e a feira de Constantim. Esta última feira apresentou circunstâncias obscuras e como tal só se sabe que foi realizada algures no final do século XII²⁹⁰, no final do reinado do mesmo monarca. Dito isto, em todo o período medieval, o modelo comercial português nunca se desvincula do modelo comercial castelhano, e vice-versa, especialmente a partir do século XIII²⁹¹.

Este apoio denotado pelos monarcas reinantes remonta ainda mais cedo em território português enquanto era meramente um condado em Portucale. A feira mais antiga que se tenha conhecimento, realizada e outorgada no mesmo território que mais tarde tornar-se-á o futuro reino de Portugal, foi a feira de Ponte de Lima em 1125²⁹². Esta feira foi outorgada por D. Teresa de Leão, mãe de D. Afonso Henriques de Portugal, e condessa de Portucale.

Apesar do território português durante este período ser ainda um mero condado, a sua distribuição económica já era equilibrada entre a sua população, através de mercadores na zona litoral de Portucale, juntamente com os pescadores e artesãos²⁹³.

No panorama ibérico, a partir do século XII chegam mercadorias a grandes cidades como Barcelona, Nágera ou Leão, aumentando significativamente as trocas comerciais com o surgimento dos grandes mercados, e desenvolvendo-se até ao século XV. Entre estes dois mundos (sendo utilizadas as florestas como rotas de ligação) eram comercializados produtos predominantemente de setor primário e produtos de setor

²⁸⁸ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 1ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 15.

²⁸⁹ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 65-66.

²⁹⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 66-67.

²⁹¹ SOPENA, Pascual Martínez, “El Mercado en la España Cristiana de los Siglos XI y XII”, in *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa Maria la Real*, nº13, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1998, pp. 128-129, disponível em http://www.romanicodigital.com/documentos_web/documentos/C13-6_Pascual%20Mart%C3%ADnez.pdf

²⁹² RAU, Virgínia, *op. cit.*, pp. 63-64.

²⁹³ <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-portugues---o-reino-de-portugal-da-guerra-da-reconquista-a-dinastia-de-avis.htm>

secundário como o ferro, tecidos e panos ricos, bordados e joias (dependendo do local por onde atravessavam)²⁹⁴.

No início do período medieval europeu, este comércio fechado e meramente local, era classificado por Marc Bloch como *a primeira idade feudal*, surgindo devido à desconfiança e instabilidade dos povos cristãos ocidentais, especialmente junto aos Pirenéus. Estes reinos tinham poucos contactos comerciais internacionais e a grandes distâncias. Exemplo disso, constata-se no caso dos mercadores de Veneza, que graças à queda do Império Romano do Ocidente e com o corte de relações com o império Bizantino, só tinham conhecimento de duas rotas marítimas: a rota do Adriático e a rota de Danúbio, sendo durante muitos séculos praticamente inutilizada²⁹⁵.

As relações comerciais que o ocidente estabelecia com o oriente também eram escassas. O mesmo acontecia no caso ibérico, em que as relações comerciais que o norte estabelecia com o sul, realizavam-se principalmente no caso do território portugalense, mais a ocidente. Entre os mundos árabes e mais orientais do continente europeu com o ocidente eram raros os produtos luxuosos. As viagens realizadas por parte da primeira vertente face à segunda vertente, eram dispendiosas e perigosas.

Os povos cristãos apenas disponibilizavam os mercados locais, não conseguindo criar trocas comerciais tão tentadoras como os comerciantes viajantes. Predominantemente, os povos cristãos apenas podiam pagar com mão de obra escrava, sobretudo nas trocas comerciais no território da Britânia, não sendo compensatória para os mercadores viajantes orientais, pois era escassa mesmo nos grandes mercados bizantinos ou asiáticos. Em consequência, constatava-se pouca afluência em prata e ouro entre estes os dois mundos e, como já foi referido anteriormente, não era compensatório sobretudo as grandes viagens realizadas entre territórios vastos, do continente europeu, norte de África e Ásia²⁹⁶.

De facto, o oriente europeu conseguiu manter mais satisfatoriamente as rotas e contactos comerciais do que o ocidente, entre povos cristãos ou pagãos. Exemplo disso é o grande mercado de Praga, que por sua vez comunicava com Constantinopla e até com o continente asiático, através dos produtos vindos desses locais. A única exceção destaca-se nas relações comerciais do Al-Andaluz oriental, em que foram descobertas moedas de

²⁹⁴ CORTAZAR, Garcia de, *História Rural Medieval*, Coleção Nova História, nº 28, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, pp. 164-165.

²⁹⁵ BLOCH, Marc, *A Sociedade Feudal*, Coleção Lugar da História, nº 6, Edições 70, Lisboa, 2009, p. 89.

²⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 90.

ouro em circulação neste território. Este facto é demonstrativo da mentalidade isoladora dos povos cristãos mais a ocidente, ao invés da mentalidade dos povos berberes e árabes concentrados no mesmo local e em contacto com outras civilizações árabes, em África ou mais a oriente²⁹⁷.

Tais realidades europeias e ibéricas cristãs isoladas, vão sendo lentamente modificadas à medida que surge um rejuvenescimento político e social na sociedade medieval, inicialmente derrubadas pelo impacto das invasões muçulmanas e viquingues e reconstruídas a partir do século X²⁹⁸. Entre os séculos XI e XIII, surge um florescimento económico em Portugal, especialmente entre 1210 e 1250²⁹⁹.

Uma das principais razões deste aumento económico constata-se na criação de pequenos mercados locais com a intenção de trocas de bens essenciais, criando assim os pequenos passos para trocas comerciais terrestres no reino português, especialmente nas zonas de Lisboa, Évora e Coimbra.

A partir do reinado de D. Afonso II, estas regiões foram encorajadas a expandirem-se, apesar de continuarem dependentes dos seus senhorios³⁰⁰ a nível regional. Em consequência, verificou-se uma expansão do comércio internacional português passando de um comércio limitado interno para um aumento do comércio externo com a generalidade dos reinos europeus ocidentais³⁰¹. Contudo, no reinado do mesmo monarca não se sabe da realização de quaisquer feiras em território português. Sabe-se ainda que, no reinado do seu filho e sucessor, o rei D. Sancho II de Portugal, realizou-se, embora unicamente, a feira de Vila Mendo em 1229³⁰². No reinado de D. Sancho I de Portugal, pai de D. Afonso II de Portugal, aconteceu exatamente o mesmo, ao criar uma carta de feira para Vila Nova/Vila Nova de Famalicão³⁰³, em 1205³⁰⁴.

²⁹⁷ BLOCH, Marc, *A Sociedade Feudal*, Coleção Lugar da História, nº 6, Edições 70, Lisboa, 2009, p. 89.

²⁹⁸ DIOGO, António Dias, XAVIER, Ângela Maria Barreto, SANTOS, Maria Catarina Madeira Henriques dos, REZOLA, Maria Inácia, SOARES, Maria João da Silva Rodrigues, *História da Vida Quotidiana*, 1ª Edição, Seleções do Reader's Digest, Lisboa, outubro, p. 134.

²⁹⁹ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Segundo Volume – A Monarquia Feudal (1096-1480), 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março de 1993, p. 252.

³⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 252.

³⁰¹ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, Edições Ágora, Lisboa, março de 1973, p. 132.

³⁰² RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 69-70.

³⁰³ Como é referido em nota de rodapé em *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo* onde é referenciado esta carta de feira, no foral de Guimarães é descrito e/ou confundido os locais de Vila Nova e de Vila Nova de Famalicão como sendo o mesmo local.

³⁰⁴ RAU, Virgínia, *op. cit.*, p. 68.

Como já foi referido, este comércio externo apresenta um incremento das exportações com o resto da Europa até ao século XV, incluindo Castela (se bem que em menor número porque Castela não necessitava dos produtos de exportação portuguesa³⁰⁵). Destacam-se os seguintes produtos: sal, vinho, peles, azeite (cuja produção é desde cedo referida na documentação medieval portuguesa, como nas cartas de foral de Lisboa em 1179³⁰⁶ e de Almada em 1190³⁰⁷), couros, cera, grão e cortiça.

Como moeda de troca de importação (em situações em que não haveria de facto abundância de moeda de troca física de ouro ou de prata³⁰⁸) eram recebidos produtos como: madeira, cavalos, tinta de Flandres e de França, mas principalmente tecidos e outros têxteis de Inglaterra³⁰⁹, sendo os mais ricos da Europa.

No século XIII verifica-se esta situação (apesar de já se desenvolverem no século anterior), onde se alastram os mercados de proporção superior pelo predomínio do reino, sendo criadas quarenta e três feiras no reinado de D. Dinis³¹⁰. Foi considerada a era de ouro das feiras em Portugal.

D. Dinis foi o impulsionador dos mercados e feiras no território português, como já foi referido anteriormente³¹¹, situação que tinha iniciado a partir do reinado de D. Afonso III, pai e antecessor de D. Dinis I de Portugal. Nessa época, o comércio local começa a se expandir e a ter mais sucesso em território português, surgindo mais feiras distinguidas dos mercados de pequena dimensão, sendo outorgadas e autorizadas dezasseis feiras³¹² ao longo do reinado de D. Afonso III³¹³. De salientar, as feiras da Guarda em 1255³¹⁴, de Guimarães, de Ferrarias e do Porto por volta de 1258³¹⁵, de Covilhã em 1260³¹⁶, de Beja em 1261³¹⁷, de Penamacor e de Elvas em 1262³¹⁸, de Vila Real e de

³⁰⁵ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, Edições Ágora, Lisboa, março de 1973, p. 134.

³⁰⁶ HENRIQUES, Afonso, rei de Portugal, *Foral de Lisboa de 1179*, Coimbra, maio de 1179, fl. 1.

³⁰⁷ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 82.

³⁰⁸ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *op. cit.*, p. 134.

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 134.

³¹⁰ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 96-129.

³¹¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 3.

³¹² RAU, Virgínia, *op. cit.*, pp. 71-95.

³¹³ COELHO, Maria Helena da Cruz, *op. cit.*, pp. 3-4.

³¹⁴ RAU, Virgínia, *op. cit.*, pp. 71-73.

³¹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 73-95.

³¹⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 76-77.

³¹⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 77-80.

³¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 80-81.

Bragança em 1272³¹⁹, de Trancoso, de Montalegre, de Monforte de Rio Livre e de Torres Novas em 1273³²⁰, de Évora em 1275³²¹ e de Ancilões em 1277³²².

Este fenómeno acaba por ser revertido a partir dos séculos XIV e XV, com a intensão de incrementar um aumento do comércio externo³²³, criada pela coroa portuguesa com o início da época dos descobrimentos portugueses e da sua expansão marítima. À custa do clima de guerra em que o século XIV ficou conhecido no panorama ibérico, são apenas realizadas anualmente cerca de vinte e sete e vinte e três feiras respetivamente nestes dois últimos séculos medievais³²⁴, sendo que no reinado D. Afonso IV não se realizar nenhuma feira mercante³²⁵.

Apesar de a partir do século XIII, considerado por alguns historiadores como sendo o período de “outono” da economia medieval europeia³²⁶, os mercadores portugueses se conseguem espalhar pela pluralidade dos quatro cantos da Europa, a influência portuguesa no norte do mesmo continente nunca se desenvolveu comparando com os casos italianos ou ingleses, talvez pela fraca concentração de monopólios comerciais desenvolvida nestes territórios³²⁷.

2. Século XIV

As feiras medievais tornam-se assim na sociedade medieval, espaços centrais e económicos das cidades. Com a modificação de mentalidades políticas, culturais e económicas na Europa, o comércio local e internacional cresce cada vez mais com o surgimento do Renascimento em meados do século XIV e, com este novo movimento, a cunhagem de moeda torna-se mais frequente como base de troca comercial, surgindo novas rotas comerciais, especialmente vindas do oriente.

³¹⁹ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 81-85.

³²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 85-93.

³²¹ Idem, *Ibidem*, p. 91.

³²² Idem, *Ibidem*, p. 93.

³²³ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 4.

³²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 3.

³²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 4.

³²⁶ BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014, p. 61.

³²⁷ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, Edições Ágora, Lisboa, março de 1973, p. 134.

Teoriza-se que, o início da cunhagem de moeda em Portugal tenha principiado no reinado de D. Sancho I de Portugal³²⁸ e que, a primeira cidade portuguesa onde tenha sido alvo de primeira produção frequente fora a cidade do Porto ou de Braga³²⁹. No entanto sabe-se que a cunhagem de moeda em Portugal já era frequente no reinado de D. Fernando I de Portugal, especialmente na cidade do Porto³³⁰.

É graças a estas feiras que são estabelecidos um dos principais meios de contacto entre várias culturas, em locais e datas específicas, entre consumidores e produtores durante este período, não só no reino de Portugal e na restante Península Ibérica, mas no resto da Europa. O mercador ganha a imagem de vendedor estrangeiro, com as novidades das últimas modas de vestuário, comida, etc., e é graças ao mesmo que são estabelecidos os primeiros meios de comunicação medievais sobre a sociedade europeia, sendo uma das personagens principais na transição do período medieval, para o período moderno europeu em sociedade³³¹.

Os mercados medievais também se tornam responsáveis como meios de fortalecimento do comércio europeu no período das cruzadas, como novas mentalidades entre os servos e os seus senhores, sendo os seus mercadores a figura social centralizadora entre a oferta e a procura em sociedade³³². A figura do mercador medieval torna-se tão importante na sociedade do reino de Portugal que, os mesmos chegam mesmo a ter lugares de destaque nas cortes dos reis portugueses, reunindo-se com os monarcas ocasionalmente, juntamente com a maioria da população, em vez de serem vistos como forasteiros, como foi o caso do mercador Affonso André na Corte de D. Pedro I, que apesar de ter um destino cruel, caso do cognome do mesmo rei ligado à justiça, juntamente com a sua esposa do mesmo mercador, até esse momento celebrava com o rei em dias de festa quando D. Pedro I passava pelas ruas de Lisboa³³³.

Devido a incidentes de tal natureza entre o monarca português e os mercadores do mesmo reino, possibilita-se uma fraca relação entre ambas as personagens-tipo ao longo do seu reinado. Como tal, desconhece-se qualquer tipo de outorgamento e autorização por

³²⁸ «Vereações»: *Anos de 1390-1395*, O mais antigo dos *Livros de Vereações* do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo, Comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Documentos e Memórias para a História do Pôrto-II, Publicações da Câmara Municipal do Pôrto, Gabinete de História da Cidade, Porto, 1937, p. 310.

³²⁹ *Ibidem*, pp. 310-311.

³³⁰ *Ibidem*, p. 311.

³³¹ <https://www.historiadomundo.com.br/idade-media/a-figura-mercador-na-idade-media.htm>

³³² <https://www.historiadomundo.com.br/idade-media/a-figura-mercador-na-idade-media.htm>

³³³ LOPES, Fernão, *Chronica de el-Rei D. Pedro I*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1895, p. 40.

parte de D. Pedro I de Portugal para a realização de feiras, tal como ocorrera anteriormente, no reinado do seu pai, o rei D. Afonso IV de Portugal, devido a problemas de administração interna dentro do próprio reino. Entre eles, saliente-se o caso do surto de Peste Negra de 1348, que pode explicar a quase inexistência de documentação régia durante este período, especialmente chancelarias³³⁴, contribuindo assim para o enfraquecimento mercante no território português no início e meados do século XIV. Este panorama é ligeiramente modificado positivamente e até revitalizado no reinado do filho de D. Pedro I, D. Fernando I de Portugal, mas em termos económicos é similar até ao início da Dinastia de Avis.

Uma das primeiras feiras francas de que se tem conhecimento, foi realizada em Portugal no século XIV, graças a uma carta de feira em Portugal datada de junho de 1377³³⁵. Esta carta de feira, diz respeito a uma das grandes cidades do território do jovem reino a se desenvolver localmente em termos económicos durante o século XIV, a cidade de Coimbra³³⁶. Também sinónimo como segunda capital do reino de Portugal em séculos anteriores, a nível comercial, no reinado de D. Fernando I de Portugal. O mesmo monarca português, devido ao período conturbado do seu reinado, só outorga em vida mais duas cartas para feiras francas: Castelo Rodrigo em 1373³³⁷ e, Abrantes por volta de 1379³³⁸. Além destas três feiras francas, juntamente com Coimbra, D. Fernando de Portugal ainda outorga a eliminação e transferência da feira de Vila Pouca de Aguiar para Vila Real por volta de 1369³³⁹.

Até em períodos de crise económica portuguesa como o período de conflito bélico entre os monarcas D. Fernando I de Portugal e Henrique II de Castela, referido como Guerras Fernandinas, e apesar de, no reinado do mesmo monarca português ter sido verificada uma quase inexistência de feiras locais, existem relatos de alianças e de trocas comerciais entre ambos em época de paz armada em ambiente de grandes mercados locais, especialmente no caso dos mercados de Lisboa e de Sevilha, dois dos maiores da Europa neste período.

³³⁴ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *D. Afonso IV*, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa e Porto, junho de 2013, p. 77.

³³⁵ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, p. 131.

³³⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 2.

³³⁷ RAU, Virgínia, *op. cit.*, pp. 130-131.

³³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 134.

³³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 134.

No caso de Lisboa, eram importados de Castela para Portugal “pannos de sirgo e de lã de desvairadas maneiras”³⁴⁰, armas, moeda de troca local, bem como produtos de elevada qualidade de “sorlogiões e boticários, e não somente tinham prestes as cousas necessárias pera conservar, e assucares e conservas lhe achareis em muita fartura, e agua rosada e outras destiladas aguas de que os viçosos homens uzavam no tempo da paz”³⁴¹.

Também se verifica que, neste século o comércio de mercado e de feira é afluente na cidade do Porto, como sempre foi desde a formação do reino de Portugal³⁴², especialmente entre o reinado de D. Afonso IV e de D. Fernando I de Portugal, período de construção das muralhas fernandinas para fortalecer a mesma cidade. Eram importadas para esta cidade panos, vidros, ouro e prata, queijos, pimenta e açúcar, enquanto eram exportadas para outros reinos, entre eles Castela, mercadorias como os cereais, ferro, vinhos, sal e peixe. Este comércio ocorria principalmente na feira da Rua Formosa e no mercado junto à Sé do Porto³⁴³, situação que se vai manter com poucas alterações pelo menos até ao reinado de D. Afonso V de Portugal, já no século XV.

O período de interregno político entre 1383 e 1385, é considerado como sendo um período de crise e de caos económico e político do século XIV, em que continua a ser possível o estabelecimento de mercado local ibérico. No último ano desta guerra acesa entre Portugal e Castela, Fernão Lopes relata que, do mercado para a festa de “Santiago de Galiza, que se chegava no mez de julho”³⁴⁴, cujos mercadores e almocreves eram obrigados a passar por Bragança até chegar à Galiza.

3. Século XV

Após o período de interregno português e o fim da guerra com Castela em 1385, nos finais do século XIV e inícios do século XV, surge uma prosperidade económica a nível nacional após o início de um novo clima de paz ibérica³⁴⁵. Surge também a tentativa de estabelecer novas relações comerciais fora do mesmo reino, nomeadamente com

³⁴⁰ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. II, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1897, p. 126.

³⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 125.

³⁴² <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-portugues---o-reino-de-portugal-da-guerra-da-reconquista-a-dinastia-de-avis.htm>

³⁴³ «*Vereações*» – Vol. II: *Anos de 1401-1449*, O segundo *Livro de Vereações* do Município do Porto existente no seu arquivo, Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, Documentos e Memória para a História do Porto-XL, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete da História da Cidade, Porto, 1980, pp. 98-99.

³⁴⁴ LOPES, Fernão, *op. cit.*, Vol. V, p. 61.

³⁴⁵ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 80.

Castela e Inglaterra, especialmente na exportação de têxteis. Contudo, verificou-se lentidão nesta prosperidade e alguma instabilidade na Península Ibérica nos seus primeiros anos, quer pela via terrestre para Castela, quer pela via marítima para Inglaterra ou outros reinos mais a norte da Europa³⁴⁶.

No Paço do Concelho de Lisboa, o cavaleiro Pellamedes Vaasques e o conservador da cidade de Lisboa, Vasco Gil, com a ajuda do procurador Pero Annes, fazem referência a uma carta régia de janeiro de 1421, em que se tinha pedido a el-rei a permissão de venda de vinho em Vila Nova. Pelo que, Vasco Gil e Pellamedes Vaasques pedem a mesma permissão a D. João I para a venda legal de álcool em Lisboa³⁴⁷. Consequentemente, o vinho português passará a ser exportado em grande quantidade para o resto da Europa, especialmente a partir do reinado do mesmo monarca, como é apresentada numa carta régia de janeiro de 1421.

É graças a D. João I que, as feiras mercantes voltam a ser autorizadas e outorgadas em território nacional, instituindo dezasseis cartas de feira no seu reinado, após um período conturbado nos reinados de D. Afonso IV e de D. Fernando³⁴⁸.

Apesar das “marcas” implementadas no seio da mentalidade castelhana, após as inúmeras tentativas goradas de conquistar Portugal ao longo do século XIV, quer no parâmetro das Guerras Fernandinas ou do período de Crise de 1383-1385, Castela nunca deixa nem abandona possíveis ligações comerciais e mercadoras de forma internacional, quer com aliados de longa data e já existentes como a França, mas também com reinos rivais e inimigos antigos, como é o caso de Portugal e o de Inglaterra.

Inglaterra identifica-se como sendo mais tumultuoso que Portugal, devido ao facto de Inglaterra ter perdido o controlo da rota comercial do Golfo da Biscaia para Castela e França, ficando o mesmo território subjogado pelos últimos entre o final do século XIV e início do século XV³⁴⁹.

Após a coroação do Mestre de Avis como novo rei D. João I de Portugal de uma nova dinastia, bem como dos acordos de paz estabelecidos entre Portugal e Castela depois de um longo período de guerra ibérico, Castela tentou retomar as relações políticas e comerciais que o reino oriental ibérico unido a Leão usufruía com Portugal antes do

³⁴⁶ FERREIRA, Ana Maria Pereira, *A Importação e o Comércio Têxtil em Portugal no Século XV (1385 a 1481)*, temas portuguesas, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983, pp. 29-30.

³⁴⁷ *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, Volume I, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1957, p. 15.

³⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 4.

³⁴⁹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 80.

reinado de D. Fernando I de Portugal³⁵⁰. Destaca-se entre eles, o Tratado paz de Ayllón-Segóvia assinado em 1411 e retificado em 1423, em 1427³⁵¹ e em 1431³⁵², como já foi referido anteriormente,

Castela também tentou reparar a ténue relação comercial com Inglaterra após o assinado do Tratado de Windsor entre Portugal e Inglaterra em 1386. Segundo Fernão Lopes, Portugal deixaria passar os “mercadores e romeiros de Castela e de Inglaterra fossem seguros por mar e por terra, especialmente os que quisessem vir a Santiago”³⁵³.

Com o aumento da distribuição, especialmente de alimentos, naturalmente é aumentado o consumismo local em centros urbanos de média e grande dimensão, crescendo assim também a sua população local. Pequenas vilas se tornam rapidamente em grandes cidades, burgos e centros/núcleos essenciais de comércio local e externo, ao passo que estes mercados se tornam nas primeiras e mais fulcrais instituições portuguesas durante a Idade Média, enquanto o conceito de cidade medieval muda de sendo algo insólito e raro, para algo mais comum e visível em sociedade, enquanto os centros urbanos são mais desenvolvidos³⁵⁴, juntamente com os seus burgos, graças aos patrocínios régios³⁵⁵ e nobres em Portugal e Castela, especialmente a partir do século XV³⁵⁶.

É também durante este período que o sistema feudal e senhorial entra em declínio, tendo os começado a dar sinais no panorama ibérico, especialmente em Portugal, a partir do final do século XIII e início do século XIV, tendo em conta que antes do surgimento dos burgos, estas cidades e vilas eram meramente propriedades de um senhor local, sendo muitas vezes representado como centros militares ou religiosos que surgiram graças à união do mundo económico romano com o mundo germânico³⁵⁷, cujos mundos rurais

³⁵⁰ *Monumenta Henricina*, Volume II (1411-1421), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960, p. 8.

³⁵¹ [https://www.infopedia.pt/\\$portugal-e-espanha-\(relacoes\)](https://www.infopedia.pt/$portugal-e-espanha-(relacoes))

³⁵² *Monumenta Henricina*, Volume IV (1431-1434), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1962, pp. 14-16.

³⁵³ LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. VI, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1898, p. 7.

³⁵⁴ LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Volume II, 2ª Edição, Coleção Nova História, nº15, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 50.

³⁵⁵ *Conflito Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 23, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 13, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁵⁷ BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014, p. 61.

eram separados dos mundos urbanos através dos territórios do mesmo nobre, sendo as últimas consideradas no início da Idade Média como locais escandalosos, de tentação, de pecado³⁵⁸, bem como locais de intriga e sem valores de honra³⁵⁹ e de princípios de lealdade para com os fidalgos locais³⁶⁰, e que segundo Pedro Afonso, conde de Barcelos, deveriam ser evitados e comparados com a vida rural, locais de harmonia onde era preservado o nível de vida senhorial, sendo porta-voz do mesmo grupo social durante o século XIV em Portugal³⁶¹.

De facto, apesar do sistema administrativo em Portugal ser controlado pelos senhores nobres locais, a partir do século XIV e XV, muito devido à promoção régia para o crescimento das vilas e cidades ao longo dos séculos desde a origem do mesmo reino, os mesmos mundos urbanos passam a serem lentamente controlados, especialmente economicamente, pela coroa portuguesa³⁶², ocorrendo assim um centralismo régio inevitável e constante dependência dos nobres portugueses face ao seu monarca. Com este declínio do feudalismo e do senhorialismo, surge um novo grupo de mercadores ricos dentro do Terceiro Estado dos burgos, a Burguesia.

No entanto, com a entrada do século XV, considerado como um dos séculos de período de “inverno” juntamente com o século XIV do período económico medieval europeu, surgem as maiores crises económicas³⁶³. Estas crises surgem principalmente pela produção precoce de cunhagem de moeda, face à escassa descoberta e circulação de metais preciosos, assim como acontecera anteriormente no século XIII em Portugal³⁶⁴, bem como do aumento dos preços de produtos vindos do oriente, devido principalmente aos pesados impostos que os mercadores tinham de pagar por passar por uma determinada vila ou cidade aos respetivos nobres locais.

³⁵⁸ LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Volume II, 2ª Edição, Coleção Nova História, nº15, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 50.

³⁵⁹ *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 23, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 35, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁶¹ *Ibidem*, p. 24, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁶² *Ibidem*, p. 35, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

³⁶³ BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014, p. 61.

³⁶⁴ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, DIAS, João José Alves, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspetos de Vida Quotidiana*, 6ª Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, setembro de 2010, p. 167.

Consequentemente, os principais reinos europeus, incluindo Portugal e Castela, adotam circuitos de comércio internacional e externo ao invés do habitual comércio local e fechado existente até ao século XIV. Outrora, realizado pelo meio das feiras mercantes e proveniente do antigo sistema de domínio senhorial das vilas romanas durando até ao século VII, entretanto adulteradas com costumes germânicos³⁶⁵, afim de desenvolverem o comércio urbano e com a intenção de terem melhores resultados económicos. Começa-se assim a desenvolver diversas rotas comerciais e de descobertas pelo meio marítimo.

Esta ideia é principalmente concretizada no final deste século pelas empresas de Vasco da Gama, ao serviço de Portugal, com a descoberta de um novo caminho comercial marítimo para as Índias em 1498 e de Cristóvão Colombo, ao serviço de Castela, com a descoberta das Américas em 1492. Com os primeiros sinais, não só de um mundo bastante mais abrangente para o comércio internacional, mas também de um crescimento de partilha de culturas com uma visão além-europeia, os reinos europeus são substituídos, com a ajuda da burguesia, por autênticos Estados centralizados e fortes economicamente, bem como uma certa, porém ainda indireta neste século, substituição das ideologias económicas feudalistas por capitalistas.

Apesar de uma visão mais abrangente do comércio internacional no século XV, em Portugal continua-se a apostar nos mercados e feiras locais, mesmo que tais instituições comerciais estivessem em declínio e não fossem tão apostadas como foram nos séculos XII e XIII.

No reinado de D. João I, são outorgados um elevado número de cartas de feira, especialmente feiras francas de grande dimensão locais e anuais, como é o caso da autorização concebida pelo monarca português em outubro de 1420³⁶⁶ e, de novo em abril de 1421³⁶⁷. Esta última referindo por carta de el-rei, a deixar o infante D. Henrique, seu filho, “a mandar fazer feira franca anual na sua vila de Tomar, de 16 de Julho a 1 de Agosto, com os privilégios para os feirantes constantes do mesmo diploma”³⁶⁸, entre eles o privilégio concedido a estes feirantes e mercadores de poder andar armado³⁶⁹ e de não

³⁶⁵ BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014, pp. 61-62.

³⁶⁶ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 141-142.

³⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 142.

³⁶⁸ *Monumenta Henricina*, Volume III (1421-1431), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1961, p. 12.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 14.

ser preso por crimes cometidos, a não ser que tenham sido realizados localmente ou mesmo no espaço de feira³⁷⁰.

Além da feira de Tomar, D. João I de Portugal outorga ao longo do seu reinado outras quinze cartas de feira francas anuais para as regiões de Castelo Branco e de Sertã em 1390³⁷¹, de Amarante em 1391³⁷², de Viseu em 1392³⁷³, de Fonte Arcada em 1401³⁷⁴, na região de Feira em 1407³⁷⁵, de Barcelos e de Salzedas em 1412³⁷⁶, de Batalha por volta de 1413³⁷⁷, de Lanhoso e de Pena por volta de 1417³⁷⁸ e de Montemor-o-Velho em 1426³⁷⁹. Além destas feiras francas, o monarca português ainda outorga as feiras do Prado e de Caria por volta de 1404³⁸⁰ e a do Ladario³⁸¹ por volta de 1427³⁸².

Tal situação continua no reinado do seu neto, o rei D. Afonso V de Portugal, como é o caso da confirmação em que o mesmo monarca realiza por carta régia ao apoiar a decisão anterior do seu tio e antigo regente até à sua maioridade, o infante e Duque de Coimbra D. Pedro de Portugal, em que o último concedeu a “22 de Fevereiro de 1444 sobre a feira de Viseu, por ele concedida ao infante D. Henrique, e redigida quase nos precisos termos daquela, posto lhe não refira”³⁸³ e, como tal autorizar e outorgar nova carta de feira para ser realizada em Viseu, em 1449.

Ambas as feiras realizadas em Viseu durante o primeiro reinado de D. Afonso V de Portugal (enquanto é menor e quando sobe ao poder) em 1444 e em 1449, supervisionadas e controladas pelo infante D. Henrique, duque da mesma cidade, acabam por serem proveitosas economicamente e comercialmente para a zona local, chegando mesmo a sé de Viseu a passar a poder controlar e administrar os rendimentos de outras

³⁷⁰ *Monumenta Henricina*, Volume III (1421-1431), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1961, p. 13.

³⁷¹ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 135-136.

³⁷² Idem, *Ibidem*, p. 136.

³⁷³ Idem, *Ibidem*, pp. 137-138.

³⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 138-139.

³⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 139.

³⁷⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 139-141.

³⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 141.

³⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 141.

³⁷⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 143-144.

³⁸⁰ Idem, *Ibidem*, p. 144.

³⁸¹ Ou «ladaairo», como é referido e descrito originalmente no pedido do Conde de Barcelos ao rei D. João I de Portugal para mudar a data desta feira e ao mesmo tempo referenciado em *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*.

³⁸² RAU, Virgínia, *op. cit.*, p. 144.

³⁸³ *Monumenta Henricina*, Volume X (1449-1451), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1969, p. 3.

feiras realizadas em zonas fronteiriças com a mesma cidade, como é mostrado numa carta testamentária do infante, em que D. Henrique doa “ao cabido da sé de Viseu o rendimento das suas barracas da feira de Cava³⁸⁴, junto da cidade, sob compromisso, para a congregação capitular, de determinados sufrágios por alma do infante”³⁸⁵.

Tal situação também ocorre de forma semelhante para a cidade de Tomar, cujas feiras francas eram administradas também pelo infante D. Henrique anualmente, e autorizadas inicialmente por D. João I de Portugal por carta de feira, são doadas por testamento de setembro de 1460, como o caso de Viseu, por parte de D. Henrique ao Convento de Cristo de Tomar³⁸⁶.

No entanto, tais aumentos de rendimentos para ambas as cidades (e muitas como estas) resultantes do comércio realizado nas suas feiras, não ocorreram de forma linear entre ambas, especialmente no caso das feiras de Viseu que acabam por terem menos sucesso do que as feiras realizadas em Tomar neste século. As feiras de Viseu eram realizadas anualmente, enquanto o infante D. Henrique fosse vivo e duque da mesma povoação, no dia de Santa Iria, cujo mesmo dia santo português “vijnha em tempo que os mercadores da Beira som todos na feira de Medina³⁸⁷ e nom podiam vijnr aa dicta feira, e asy outros eram emtam ocupados em suas vendimas, de maneira que a dicta feira nom rendiaao dicto cabijdoo cousa allguu”³⁸⁸.

Como tal, a sé de Viseu, já após a morte do infante D. Henrique, Duque de Viseu e, após a doação do mesmo infante dos rendimentos das barracas das feiras de Viseu à mesma sé em questão, pede ao rei D. Afonso V de Portugal para mudar a data da dita feira anual local, cujo monarca responde em julho de 1471, e que autoriza a mudança da feira de Viseu do dia de Santa Iria para o dia de Todos os Santos³⁸⁹.

Ao mesmo tempo, em Castela, ocorria, tal como é mostrado mais acima, as feiras de Medina del Campo, duas principais feiras castelhanas que se realizavam anualmente,

³⁸⁴ O local de “Cava” em que é referido nesta carta testamental e onde é realizado feira, diz respeito à “Cava do Viriato”, uma antiga fortificação e fortaleza de origem possivelmente romana ou muçulmana, localizada a norte da cidade de Viseu.

³⁸⁵ *Monumenta Henricina*, Volume XIV (1460-1469), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1973, p. 3.

³⁸⁶ *Ibidem*, p. 5.

³⁸⁷ A feira referida neste documento e citação diz respeito à feira realizada anualmente em Medina del Campo, uma das principais feiras realizadas no reino de Castela.

³⁸⁸ *Monumenta Henricina*, Volume XV (1469-1620), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra 1974, p. 16.

³⁸⁹ *Ibidem*, pp. 15-16.

normalmente nos meses de maio e de outubro, durando cinquenta dias cada uma. O rendimento principal baseava-se na elevada exportação de lã. Tais feiras ficam conhecidas comercialmente nos séculos XIV e XV, por serem entrepostos comerciais ligando as cidades castelhanas de Ávila, Salamanca, Segóvia, Zamora, Cuéllar, Benavente, Aranda de Duero, Tordesilhas, Valladolid e Palencia. Também estabelecem relações comerciais com as províncias de Burgos e de Toledo, outras duas importantes feiras de Castela nos séculos XIV e XV e, com o reino de Portugal.

As relações comerciais entre portugueses e castelhanos em território comercial eram consideradas satisfatórias, tendo em conta que quaisquer mercadores estrangeiros não chegavam a pagar qualquer imposto nestas feiras, especialmente no século XV³⁹⁰. Realizavam-se negócios não só com mercadores portugueses, mas também com mercadores vindos dos reinos de Navarra, Itália, Aragão e França³⁹¹, comerciando uma grande variedade de produtos, desde alimentos, como o vinho, especiarias ou azeite e até mercadorias luxuosas, como bordados ou pérolas que eram exportados para o resto da Europa³⁹².

Além das questões em torno das feiras de Tomar e de Viseu, D. Afonso V de Portugal outorga ao longo do seu reinado oito feiras mercantes dentro do seu reino, sendo seis delas feiras francas anuais: a feira de Alcácer por volta e a partir de 1439³⁹³, a de Almendra em 1441³⁹⁴, a de Pombal em 1442³⁹⁵, a de Sintra em 1460³⁹⁶, a de Estremoz em 1463³⁹⁷, a de Pedra Danta em 1467³⁹⁸. As duas restantes feiras outorgadas por carta real foram as feiras de Valdevez por volta de 1456³⁹⁹ e a feira de Monte da Santa por volta de 1468⁴⁰⁰. Já no reinado do seu pai, muito devido ao seu curto de reinado de apenas cinco anos, D. Duarte I de Portugal outorga ao longo do seu reinado apenas três feiras francas anuais: a feira de Penela em 1433⁴⁰¹, a de Salvaterra de Magos em 1434⁴⁰² e por fim a

³⁹⁰ <https://www.historiarum.es/news/medina-del-campo-las-ferias-de-castilla/>

³⁹¹ <http://www.delsolmedina.com/BrevehistoriadelasFeria.htm>

³⁹² <http://www.delsolmedina.com/BrevehistoriadelasFeria.htm>

³⁹³ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, p. 148.

³⁹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 148-149.

³⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 149.

³⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 149.

³⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 149.

³⁹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 149-150.

³⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 150.

⁴⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 151.

⁴⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 145-146.

⁴⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 146-147.

feira de Tarouca em 1435⁴⁰³, sendo esta última pedida pelo seu irmão, o infante D. Henrique⁴⁰⁴.

No final do século XV já em território formalmente conhecido como reino de Espanha, e muito devido à lei acordada no início do século entre Portugal e Castela do impedimento de circulação de moeda de prata e de ouro entre os reinos ibéricos, Castela e Aragão (e Portugal) passam a usufruir no tempo do reinado dos Reis Católicos uma boa afluência de moeda, situação mostrada numa epístola do diplomata e historiador espanhol Diego de Valera datada de 1476, em que o mesmo envia ao rei Fernando II de Aragão a confirmar o pedido do mesmo monarca a repartir a cunhagem de moeda pela sociedade castelhana e aragonesa, incluindo “para lo qual no fuera sin guisa, segun las presentes necesydades, de seruirse de vna parte de las yglesias é de outra de los perlados é clérigos, é no menos de los mercadores é cibdadanos é aljamas de los judíos é moros⁴⁰⁵”⁴⁰⁶. Apesar da circulação de moeda entre estes três reinos ser proibida, o câmbio e troca de crédito entre os mesmos territórios é afluyente, especialmente na feira de Medina del Campo⁴⁰⁷.

No mesmo período, especialmente durante o reinado de Isabel I em Castela, o comércio local no mesmo reino desenvolve-se como um importante entreposto comercial e mercantil, espalhado por inúmeras feiras no seu território, entre elas a feira de Medina del Campo, feira ibérica e destacada ao longo do século XV, como já foi referido anteriormente, bem como as feiras de Madrid, de Barcelona, de Burgos e de Sevilha no restante território espanhol entre Castela e Aragão, especialmente o último reino mencionado, que ao contrário do reino de Castela, cuja base económica do reino é ainda a atividade agropecuária, Aragão se desenvolve economicamente no século XV como uma potência ligada à expansão marítima e ao mercantilismo⁴⁰⁸.

⁴⁰³ RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983, p. 147.

⁴⁰⁴ *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Volume I, Tomo 2 (1435-1438), 1ª Edição, organização por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Centro Gráfico dos Restauradores, Gabinete de Artes Gráficas, Lda., Lisboa, 1998, p. 168.

⁴⁰⁵ Esta epístola foi escrita antes da promulgação do Decreto de Alhambra de 1492, que ordenava a expulsão dos judeus e muçulmanos não convertidos ao cristianismo dos territórios de Castela e Aragão, e como tal Diego de Valera sugere a Fernando II de Aragão uma pequena repartição de moeda para as mesquitas árabes e sinagogas judias no mesmo território espanhol.

⁴⁰⁶ VALERA, Diego de, *Epistolas de Mosen Diego de Valera: Enbiadas en Diversos Tiempos e a Diversas Personas, publicadas juntamente com otros Cinco Tratados del Mismo Autor*, La Sociedad de Bibliófilos Españolas, Imprenta de Miguel Ginesta, Madrid, 1878, p. 28.

⁴⁰⁷ http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comercio-y-ferias-en-tiempos-de-isabel-la-catlica-0/html/007f8f26-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html

⁴⁰⁸ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, pp. 81-82.

Juntos, Castela e Aragão ligavam com os mercados de Marselha e de Lyon, em França, bem como com os circuitos comerciais italianos e portugueses, recebendo dos últimos comerciantes manufaturas e produtos ligados aos têxteis e especialmente sal vindos de Lisboa. Além do sal, também eram importados dos portos portugueses, especialmente para serem comercializados em Sevilha, outras especiarias e produtos orientais, como ervas aromáticas e condimentos exóticos, que tanto poderiam ser para condimentar e conservar os alimentos, como também poderiam ser produtos farmacêuticos e plantas de tingimento e outros corantes do mesmo género para tecidos⁴⁰⁹, e ainda escravos vindos da Guiné⁴¹⁰.

Já do mesmo território do norte da Europa, Castela recebia normalmente e importava mercadorias como madeira, pescado, coro, linho, carvão vegetal, cânhamo⁴¹¹, etc. No caso da feira de Medina del Campo, para além de receber e importar produtos vindos do norte da Europa, como da Inglaterra e de França, este mercado de grandes dimensões também comercializava produtos com Flandres. Como se sabe, o produto principal de exportação neste território eram produtos têxteis, fabricadas em Burgos e em Segóvia, e outros produtos artesanais do mesmo teor fabricados no interior do reino castelhano⁴¹², que circulando pelas principais cidades, chegavam posteriormente ao resto da Península Ibérica e Europa como produtos refeitos e manufaturados, como é o caso dos tecidos de roupa que são enviados e exportados para França e Portugal⁴¹³.

Assim como são exportados e comercializados para o resto da Europa no final do século XV e no reinado dos Reis Católicos uma grande quantidade produtos têxteis de boa qualidade nas suas feiras castelhanas e aragonesas, também são comercializados no auge do Renascimento europeu, um grande número de peças e obras de arte vindas dos próprio reinos de Castela e de Aragão, bem como de Portugal, como esculturas e pinturas, bem como de inúmeras cidades de Flandres como Amberes ou Bruxelas, e ainda importando produtos e conjuntos de servir à mesa requintados vindos do território alemão. Estas obras de arte costumam sere comercializadas nas feiras castelhanas de Valladolid, Córdoba, Burgos, Toledo, Sevilha, esta exportando e comercializando

⁴⁰⁹ http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comercio-y-ferias-en-tiempos-de-isabel-la-catlica-0/html/007f8f26-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html

⁴¹⁰ <http://www.delsolmedina.com/BrevehistoriadelasFeria.htm>

⁴¹¹ http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comercio-y-ferias-en-tiempos-de-isabel-la-catlica-0/html/007f8f26-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html

⁴¹² <http://www.delsolmedina.com/BrevehistoriadelasFeria.htm>

⁴¹³ http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comercio-y-ferias-en-tiempos-de-isabel-la-catlica-0/html/007f8f26-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html

azulejos de produção local e claro, em Medina del Campo. Já a feira aragonesa de Manises controlava o comércio da cerâmica⁴¹⁴.

Portugal torna-se um império comercial além-mar e mercantilista de tal importância e de grandeza graças ao período de descobertas iniciadas no final do século XIV que Lisboa rapidamente se torna num dos portos principais europeus comerciais, especialmente na zona do Terreiro do Paço na Baixa. No reinado de D. Manuel I também se destacou as feiras comerciais no reino e império português além-mar, especialmente na cidade costeira de Safim em Marrocos, onde se torna um importante entreposto comercial português no norte de África controlado por D. Nuno de Mascarenhas, capitão-mor da mesma cidade⁴¹⁵.

No final do século XV, já no início do período estabelecido das colonizações portuguesas e europeias e suas expansões, Portugal consegue conquistar outro porto comercial estratégico em Marrocos, Arzila, em 1471.

⁴¹⁴ http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comercio-y-ferias-en-tiempos-de-isabel-la-catlica-0/html/007f8f26-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html

⁴¹⁵ GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte IV, Nova Edição conforme a Primeira, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1926, pp. 120-121.

Capítulo IV

A circulação pelas rotas de pastoreio, a circulação de gados e gentes. O contrabando, tráfico e comércio ilegal entre Portugal e Castela

Como já foi referido anteriormente, ocorreu um florescimento e renascimento do comércio europeu a partir dos finais do século XIII, onde surge a burguesia. Com este novo grupo social na sociedade medieval, existe cada vez mais um aumento das principais cidades peninsulares e europeias, e no caso português, tal aumento das cidades e burgos acabam por crescer em termos económicos e comerciais com a ajuda da coroa e o outorgamento de inúmeras cartas de foral, elevando assim o estatuto de pequenas vilas a grandes cidades independentemente económicas⁴¹⁶.

Mas para persistir e sustentar estas relações locais entre reinos, especialmente no caso ibérico em questão de estudo, é necessário criarem diversos tipos de rotas de circulação comercial pelo meio terrestre ou marítimo, clandestino ou legítimo. Este capítulo pretende assim falar da perspectiva destes mercadores locais e das suas dificuldades em sociedade e pagamentos na tentativa de circular da forma mais fácil possível os seus mantimentos entre Portugal e Castela, e de que forma a sociedade económica e comercial destes dois reinos em conflito durante a Idade Média se repercute na realidade europeia enquanto ambas as potências comerciais se transportam lentamente para a Idade Moderna.

Apesar de ao longo da História de Portugal, especialmente ao longo do período medieval estudado, persistir uma certa dependência dos nobres portugueses face ao seu monarca, também permanece ao mesmo tempo um grande poder dos nobres locais em Portugal, que lucra através das rendas e taxas dos seus territórios, apesar de ser menos presente nas regiões centro e sul do reino português⁴¹⁷. Com o aumento dos mercados locais e internacionais, muitas vezes os mercadores tinham que pagar certos tributos ao

⁴¹⁶ Anexo, p. 119, quadro 2.

⁴¹⁷ *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, p. 26, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf

nobre de determinada vila para arrendar ou alugar as suas propriedades, especialmente nos casos de vilas que serviam como zona fronteira com o reino de Castela e Leão e vice-versa, que acabavam por se tornar em áreas de alfândegas algo caras para os mesmos mercadores, como foram os casos castelhanos das localidades de Álava e de Biscaia, cujas jurisdições controladas pelo senhor local e pela Coroa Castelhana duram sensivelmente entre os séculos XIV e XV⁴¹⁸. De sublinhar, no entanto, que tais administrações e presenças locais ao nível senhorial e monástico durante estes mesmos séculos já era algo limitado, pois o sistema senhorial em Portugal começa a dar sinais de enfraquecimento a partir do século XIII, dando lugar aos mundos urbanos das cidades, vilas e os seus burgos, como já foi referido anteriormente. Desde as origens do reino português que a aposta e controlo administrativo localmente sempre ocorreu de uma forma centralizadora sem grandes diferenças com o passar dos séculos: inicialmente a partir do reinado de D. Afonso Henriques, os almocreves, agentes comunicativos entre as comunidades locais que transportavam mercadorias e animais de carga pelo meio terrestre até ao mercado mais próximo, desde cedo são apoiados pela coroa portuguesa, bem como as feiras com os seus mercadores que estes representavam e serviam como meio intermediário, e por isso passam a usufruir de legislações e acordos especiais com as vilas e burgos que visitavam, entre elas a ausência de pagamento alfandegário e aprisionamento durante estas rotas terrestres.

As rotas comerciais terrestres entre Portugal e Castela, como já foi referido anteriormente, remontam ao reinado de D. Afonso Henriques no século XII, mais em concreto por volta do período das conquistas das cidades de Santarém e de Lisboa. Por outras palavras, a partir de sensivelmente de 1147. No final do mesmo século, Portugal já consegue estabelecer relações comerciais com Londres, em Inglaterra, e mesmo em Dublin, na Irlanda⁴¹⁹, dando início assim às primeiras rotas marítimas comerciais entre Portugal e Inglaterra. Já a circulação de gado em território ibérico, em termos históricos, remonta aos séculos VII e VIII, especialmente no reino Visigótico, cuja legislação criada no mesmo território aplicava por diversas normas a paz entre os diversos criadores de

⁴¹⁸ CORTAZAR, Garcia de, *História Rural Medieval*, Coleção Nova História, nº 28, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, p. 165.

⁴¹⁹ MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, Edições Ágora, Lisboa, março de 1973, p. 133.

gado, incluindo a delimitação de caminhos e vias de pasto e comércio ou a recompensa aos criadores de gado ofendidos e prejudicados pela parte causadora⁴²⁰.

1. Séculos XIV e XV

Tal exemplo é o caso do Comendador do concelho de fegueira, em que o rei D. Afonso IV de Portugal, já no século XIV, pede por carta real para o mesmo clérigo parar com o ambiente de tirania e de caos que o próprio e os seus homens tinham criado no mesmo concelho e aos seus habitantes⁴²¹. De salientar que as pesadas taxas para a circulação de mercadorias e de seus mercadores nos respetivos portos e alfândegas locais, como os *dízimos* ou as *portagens*, bem como os impostos pela ocupação da propriedade local que os mesmos eram obrigados a enfrentar e pagar aos *siseiros*, *portageiros* e *dizimeiros*, autoridades responsáveis pela administração económica destas alfândegas portuárias e de fronteira⁴²², para ser possível vender os seus produtos nos mercados e feiras de cidades e vilas mercantes entre os reinos de Portugal e Castela não eram só os únicos motivos que favoreciam a prática de comércio e de transporte ilegal, mas também o impedimento de comércio de certos produtos registados como “proibidos” legalmente, especialmente produtos de questão e de valor monetário e de transporte, como o ouro, a prata, moedas cunhadas (que provavelmente, devido à fraca produção de cunhagem neste período por ser demasiado caro, ficava desvalorizada caso saísse do respetivo reino), cavalos e/ou outros animais quadrúpedes de grande porte, situação que ocorre especialmente nos séculos XIV e XV, e é atualizada e clarificada após a assinatura do Tratado de Ayllón em outubro de 1411, onde são referidas tais regras comerciais⁴²³.

Até este momento, tais produtos não eram normalmente considerados como comércio “proibido” e eram autorizados a serem circulados entre os dois reinos, sendo alguns produtos nem ser necessário pagar portagem, pagando ao invés de tal, a dízima, como substituto fronteiriço, como prova o foral da Alfândega do Porto doado pelo rei D.

⁴²⁰ ARAÚJO, Julieta, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018, p. 2-3.

⁴²¹ *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Volume II (1336-1340), 1ª Edição, organizada por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, outubro de 1992, pp. 42-43.

⁴²² DUARTE, Luís Miguel, “Contrabandistas de gado e “Passadores de cousas defesas “para Castela e “Terra de Mouros””, in *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 456, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴²³ *Monumenta Henricina*, Volume II (1411-1421), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960, p. 8.

João I de Portugal em 1410⁴²⁴. No entanto tais circulações legais ou ilegais de metais preciosos, de moeda e de cavalos variava de posição consoante o reinado de cada monarca português.

Se no reinado de D. João I de Portugal antes do Tratado de Ayllón, era possível o comércio e circulação destas mercadorias de forma legal em Portugal, já anteriormente no reinado de D. Afonso IV de Portugal, no início do século XIV, já era considerado a circulação dos mesmos produtos uma ilegalidade, como prova uma lei geral do reino que o monarca português emite devido a um incidente do mesmo teor ocorrido em Elvas em 1341 (Era Hispânica de 1379)⁴²⁵.

As mesmas proibições do comércio de produtos ilegais transfronteiriços entre Portugal e Castela acordados neste tratado de paz de 1411 deveria ser seguido minuciosamente em todo o território ibérico e não só entre os dois reinos, ou seja se os mercadores portugueses quisessem fazer comércio com outros reinos da Península Ibérica com estas mercadorias assinaladas, num posto de vista geográfico, os mesmos mercadores portugueses para poderem viajar de forma terrestre até ao reino de Navarra ou de Aragão e evitar a navegação marítima dando a volta pelo estreito de Gibraltar e entrar no Mar Mediterrâneo, situação perigosa tendo em conta que os mesmos eram obrigados a passar pelo reino sarraceno de Granada, tinham que passar automaticamente pelo território e fronteiras do reino de Leão e Castela, o que implicava a uma violação clara dos termos de paz acordados entre os dois reinos envolventes deste tratado. Tal situação acabou mesmo por ocorrer em 1431, ano da retificação do mesmo tratado de paz⁴²⁶, quando o rei João II de Castela descobre e avisa por carta de seu representante diplomático, o Dr. Diego González Franco, ao rei D. João I de Portugal e ao seu filho, o

⁴²⁴ BARROS, Amândio Jorge Morais, “O grande comércio dos “pequenos actores”. Portuenses e Bascos na construção do sistema atlântico”, in *Revista internacional de los estudios vascos*, Volume 50, nº 2, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, Porto, 2005, p. 336, disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/11499742.pdf>

⁴²⁵ *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Volume III (1340-1344), 1ª Edição, organizada por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, setembro de 1992, p. 199.

⁴²⁶ ARAÚJO, Julieta, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018, p. 15.

infante D. Duarte, que “em Lisboa de que se faziam ali aparelhos de guerra para os infantes D. Henrique e D. Pedro de Aragão⁴²⁷, e do que ele fez sobre isso”⁴²⁸.

Pelos mesmos motivos, surgem algumas rotas de contrabando e comércio ilegal entre a zona fronteiriça de Portugal e Castela, tentando evitar assim a todo o custo estas vilas de tributação, procurando vilas mais numerosas e mais na zona litoral, como é o caso português das grandes Metrópolis de Lisboa, Porto⁴²⁹ e Coimbra. No entanto é necessário referir ainda que assim como as taxas e tributos destas vilas senhoriais fronteiriças entre os reinos ibéricos era pesada, assim também era considerado o peso do crime de infração, caso chegasse a um determinado reino sem pagar a mesma taxa. Também é necessário clarificar que existe uma diferença entre os termos “contrabando” e transporte/circulação de mercadorias “defesas”. A primeira, como o próprio nome indica, leva ao transporte clandestino de mercadorias consideradas ilegais de se circular ou mercadorias em que na globalidade das situações era necessário pagar uma taxa obrigatória ao passar pelas alfândegas e zonas de fronteira, ao passo que as mercadorias “defesas” eram produtos cuja circulação e pagamento condicionava consoante o local por onde eram passados, sendo até umas vezes considerado proibido e outras já não⁴³⁰, e estes últimos produtos que circulam não passam de formas de contornar a lei interna entre os dois reinos, e ao mesmo tempo de formas de aumentar relação de oferta/procura entre os mercados fronteiriços locais, de forma a que aumentem o seu lucro, tendo em conta que no reino vizinho provavelmente não conseguiam⁴³¹.

⁴²⁷ Tal como é referenciado em nota de rodapé no volume da *Monumenta Henricina* em que se encontra este documento e carta, é explicado que apesar de serem descritos como meros “infantes de Aragão”, D. Pedro e D. Henrique são na realidade também infantes de Castela, da mesma família que o monarca João II de Castela, tendo em conta que são filhos do rei Fernando I de Antequera, monarca de Aragão, que por sua vez era irmão do falecido rei Henrique III de Castela e tio do presente monarca castelhano, fazendo com que o seu tio e os seus descendentes tivessem todos origens castelhanas. Apesar das relações de família, ocorreu momentos de discórdia durante todo o reinado de João II de Castela com os seus primos, e como tal o mesmo monarca tenta sempre em documentação negligenciar e evitar qualquer indicação de relação de parentesco que tem com os mesmos.

⁴²⁸ *Monumenta Henricina*, Volume IV (1431-1434), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1962, p. 17.

⁴²⁹ DUARTE, Luís Miguel, “Contrabandistas de gado e “Passadores de cousas defesas “para Castela e “Terra de Mouros””, *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 452, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 451, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴³¹ Idem, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, p. 422, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

Como já foi referido anteriormente, a fronteira natural mais utilizada na generalidade da Europa Ocidental medieval para separar o mundo caótico do mundo civilizacional, em parte devido a legislações e em parte também devido a superstições criadas pela religião, eram as florestas, que por sua vez serviam de refugio aos marginais da sociedade medieval, como os eremitas (desde o início do período medieval)⁴³², assassinos, aventureiros, criminosos, bandidos, salteadores e elementos que adoravam certos cultos pagãos, que graças à sua densidade tornavam-se bastante úteis para estes grupos e ao mesmo tempo bastante inúteis para quem os procuravam⁴³³.

Até elementos que abrigavam as leis económicas e judiciais das províncias locais, como os ferreiros, os apanhadores e cultivadores de mel, os caçadores e os produtores de cinzas para a criação de vidro ou de sabão, eram vistos especialmente no meio rural, como elementos marginais, só porque viviam perto e cujas profissões se entrelaçavam com o meio caótico da floresta, mitificando-se assim as zonas rurais face aos mundos urbanos⁴³⁴, e por isso eram caracterizados como gente suspeita e estando ao mesmo nível que os criminosos que recusavam as mesmas leis, costumes e mentalidades impostas pela sociedade medieval⁴³⁵, em destaque os aventureiros e exploradores destas florestas, que são destes elementos acima mencionados, os que conhecem mais o território florestal e denso sem se perderem, e necessitam das matérias-primas do mesmo meio como forma de obtenção de lucro⁴³⁶. A maioria das pessoas, quer no meio rural em vilas senhoriais ou em grandes aglomerados urbanos de cidades medievais, viam as florestas locais como “desertos” densos onde quem entrasse, muito dificilmente ou de maneira até impossível se conseguisse retornar, e onde não existiriam quaisquer indícios de habitações locais (sem contar com possíveis acampamentos de salteadores ou de outro tipo de criminosos que passavam por aquele local com a intenção de roubar qualquer aventureiro que cortava caminho pela floresta até chegar à cidade ou vila mais próxima), sendo assim considerados como locais incultos, áridos, gastos e vazios⁴³⁷.

⁴³² LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, 3ª Edição, Coleção Nova História, nº 13, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 92.

⁴³³ Idem, *Ibidem*, p. 90.

⁴³⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, *Balanço sobre a História Rural Produzida em Portugal nas Últimas Décadas*, Conferência proferida na Aula Inaugural do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 1997, p. 23, disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/19133653.pdf>

⁴³⁵ LE GOFF, Jacques, *op. cit.*, pp. 90-91.

⁴³⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 91-92.

⁴³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 92.

Outra forma de realizar comércio ilegalmente em Portugal durante o período medieval, além do transporte e comércio de produtos considerados ilícitos ou “proibidos”, era a compra e revenda de produtos (por um preço mais caro que o valor original) num mesmo mercado local. Em caso de exemplo, tal ocorre no reinado de D. Duarte I de Portugal, na cidade do Porto, em 1431⁴³⁸.

O contrabando de produtos ilícitos e considerados como “proibidos” é acentuado quando as relações comerciais são restabelecidas entre Portugal e Castela nos séculos XIV e XV, apesar da já referida rivalidade entre ambas as potências económicas. No entanto, a punição do transporte de produtos ilegais variava consoante a região, produto ou época económica (devido ao aumento e redução do preço das alfândegas).

Tal é o caso no reinado de D. Duarte I em que a circulação comercial do pão, bem como a de primeira necessidade, entre Portugal e Inglaterra, torna-se ilegal, bem como o comércio de cavalos⁴³⁹, este último por ser um bem ligado diretamente à guerra⁴⁴⁰. Também não é segredo das trocas comerciais consideradas ilegais na Península Ibérica nas fronteiras cristãs com o Al-Andaluz islâmico, bem como com os reinos muçulmanos do norte de África, por serem considerados “infieis”⁴⁴¹. Devido a tais motivos, foram outorgadas apenas três cartas de feira no seu reinado⁴⁴².

Também é no reinado do mesmo monarca que as circulações e vendas de vinho nas judiarias portuguesas, especialmente na judiaria de Lisboa, e dos seus mercadores aqui presentes, passa a ser bastante mais controlado e limitado, pois o sobrinho do rei, o conde de Ourém, passa a controlar o vinho da mesma cidade, e se ocorresse comércio e/ou consumo do mesmo produto na judiaria lisboeta sem o seu consentimento, era considerado ilegal, o que poderia levar a pesadas multas e/ou até castigos corporais, no

⁴³⁸ *Vereações (1431-1432) – Livro 1*, Leitura, Índices e Notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Documentos e Memórias para a História do Porto XIV, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1985, p. 37.

⁴³⁹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 102.

⁴⁴⁰ DUARTE, Luís Miguel, “Contrabandistas de gado e “Passadores de cousas defesas “para Castela e “Terra de Mouros””, *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 454, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴⁴¹ Idem, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, pp. 420-421, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

⁴⁴² COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998, p. 4.

último caso para os comerciantes judeus, que no caso dos mesmos era considerado ilegal, como prova uma carta régia de 1434⁴⁴³.

Já foi referido ao longo deste capítulo a ilegalidade de comércio e de circulação de certos produtos e mercadorias ao passar nas alfândegas entre Portugal e Castela nas zonas fronteiriças, como armas, cavalos, dinheiro e restantes metais preciosos, bem como a circulação ilegal em certos territórios portugueses sobre o vinho, que apesar de não serem produtos considerados como *contrabando*, sendo apenas mercadorias cuja circulação e comércio era interdita, tais entradas e saídas de Portugal ainda eram consideradas ilegais⁴⁴⁴, mas o contrabando mais comum ocorrido no período medieval, especialmente nos seus últimos dois séculos, entre estes dois reinos é o contrabando de gado, usando normalmente rotas de pastoreio fronteiriça entre Portugal e Castela em territórios mais a sul, onde existiam menos alfândegas e postos de controle de passagem entre os dois reinos, comparados com a região norte entre Portugal e Castela⁴⁴⁵. Na Idade Média, pelo menos no caso português, tem-se conhecimento da passagem e circulação ilegal de gado de Portugal para Castela usando as zonas raianas do Algarve, a região interior compreendida entre os rios Tejo e Guadiana⁴⁴⁶ e esporadicamente, nas fronteiras nortenhas portuguesas de Trás-os-Montes⁴⁴⁷ e do Gerês⁴⁴⁸. Já na região nortenha da Serra da Estrela, persistia uma circulação livre, sem limitações fronteiriças, comerciais ou políticas, de gado entre os dois reinos no século XV, especialmente pasto este vindo de Castela e de Aragão com as suas Mestas⁴⁴⁹, vindos das regiões de Cuenca, León Segóvia e Sória⁴⁵⁰ para Portugal, com a intenção de manter e aumentar a produção pecuária destes criadores de gado, cuja mesma atividade mantinha os recursos agrícolas no mesmo território nortenho, base da economia medieval europeia e peninsular e que ainda neste

⁴⁴³ *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Volume I, Tomo 1 (1433-1435), 1ª Edição, organização por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Centro Gráfico dos Restauradores, Gabinete de Artes Gráficas, Lda., Lisboa, 1998, pp. 34-35.

⁴⁴⁴ DUARTE, Luís Miguel, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, p. 414, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

⁴⁴⁵ Anexo, p. 124, mapa 2.

⁴⁴⁶ ARAÚJO, Julieta, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018, p. 12.

⁴⁴⁷ DUARTE, Luís Miguel, “Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas "para Castela e "Terra de Mouros"”, in *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 461-462, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴⁴⁸ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 81.

⁴⁴⁹ Segundo Máximo Diago Hernando, a Mesta trata-se do nome dado aos poderosos nobres rurais e outros pequenos grupos de criadores de gado no reino de Castela.

⁴⁵⁰ HERNANDO, Máximo Diago, *Mesta y trashumancia en Castilla, siglos XIII a XIX*, Coleção Cuadernos de Historia, Volume 94, Arco Libros, Madrid, 2002, p. 13.

século era em grande parte explorada em Castela⁴⁵¹ e que durava desde o século XIII, a partir do reinado de Afonso X de Castela⁴⁵², devido à sua importância e influência na economia do mesmo reino⁴⁵³, servindo ainda como uma instituição com privilégios jurisdicionais religiosos⁴⁵⁴.

Também existe documentação que comprova os períodos de máxima incidência em que ocorrem tais casos sejam nos reinados de D. João I⁴⁵⁵, enquanto ocorre a guerra com Castela⁴⁵⁶, e de D. Afonso V de Portugal, no século XV, devido ao elevado número de cartas de perdão coletivas outorgadas pelos mesmos monarcas, especialmente de D. Afonso V de Portugal, de Évora até Bragança⁴⁵⁷, pela importância que a circulação de gado constitui no território português no século XV, destacando o reinado do mesmo monarca⁴⁵⁸. Se no tempo de D. Afonso V, existe uma grande liberdade na circulação pastorícia em Portugal, em contrariedade, também existe uma circulação e comércio restrito ao nível externo dos cereais, pão e embarcações.

Os dois primeiros devido à sua fraca produção em Portugal, bem como o facto de ser um bem primário de consumo para a população, como já foi referido anteriormente. Já o último seria restrito pela sua importância estratégica, pois como os cavalos, os barcos poderiam ser utilizados pelos inimigos do reino de Portugal, entre eles Castela, e serem aproveitados para o comércio marítimo, numa época de descobrimentos e de expansão além-mar⁴⁵⁹.

Com a exportação ilegal para Castela destes produtos e bens para Castela, existia principalmente um produto que era importado também ilegalmente e de forma clandestina de Castela para Portugal: os panos⁴⁶⁰. Estes produtos também eram contrabandeados nas

⁴⁵¹ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 81.

⁴⁵² Idem, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018, p. 7.

⁴⁵³ HERNANDO, Máximo Diago, *Mesta y trashumancia en Castilla, siglos XIII a XIX*, Coleção Cuadernos de Historia, Volume 94, Arco Libros, Madrid, 2002, p. 7.

⁴⁵⁴ Idem, *Ibidem.*, p. 9.

⁴⁵⁵ ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, p. 81.

⁴⁵⁶ Idem, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018, p. 12.

⁴⁵⁷ DUARTE, Luís Miguel, “Contrabandistas de gado e “Passadores de cousas defesas “para Castela e “Terra de Mouros””, in *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 462-472, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴⁵⁸ ARAÚJO, Julieta, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁵⁹ DUARTE, Luís Miguel, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, pp. 415-416, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

⁴⁶⁰ Idem, “Contrabandistas de gado e “Passadores de cousas defesas “para Castela e “Terra de Mouros””, in *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do

zonas de raia de Trás-os-Montes entre os rios Douro e Minho, entre os rios Tejo e Guadiana e na Beira Alta e Baixa⁴⁶¹.

Com a circulação de tais produtos de forma ilegal, incluindo também a circulação ilegal e contrabandista de panos⁴⁶², e especialmente de gado e de moeda entre Portugal e Castela, é inevitável neste período as denúncias anónimas. Apesar, no entanto, da pluralidade de *cartas de denúncia* entre os séculos XIV e XV, muito devido ao aumento das recompensas envolvidas, tais denúncias não eram bem vistas em sociedade, e como tal, até eram por vezes ignoradas, consoante os produtos que do qual eram denunciados de serem circulados⁴⁶³.

Assim como existiam no final do período medieval em Portugal e Castela circulações clandestinas de produtos e de bens, e essencialmente “cousas”, juntamente com os mesmos também circulavam clandestinamente os seus mercadores e almocreves, ou seja, as “gentes”. Mas existia uma categoria circulante entre fronteiras ibéricas que pertencia entre ambos os termos, de pessoa e de posse, os escravos. Com o período de descobrimentos e de expansão portuguesa, mais escravos, especialmente vindos do continente africano, vinham para Portugal para serem comercializados como qualquer outro bem. No entanto, um pequeno número destes escravos tenta fugir de Portugal para Castela, à procura de uma vida melhor que não encontrariam em Portugal, tendo em conta o seu estatuto social, viajando muitas vezes com fugitivos que cometeram algum crime em Portugal e não recebem *cartas de perdão*⁴⁶⁴.

Apesar da abundância dos circuitos comerciais, quer terrestres ou marítimos no século XIV, a Península Ibérica, aparentemente cada vez mais unida e interligada pelos valores comerciais em sociedade com o resto do continente e servindo de vanguarda comercial aquando da realidade política da época, sofre um breve retrocesso e isolamento

Porto, Porto, 1998, pp. 460-461, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴⁶¹ DUARTE, Luís Miguel, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, p. 417, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

⁴⁶² Idem, *Ibidem*, p. 414, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

⁴⁶³ Idem, “Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas "para Castela e "Terra de Mouros"”, in *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 460-461, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>

⁴⁶⁴ Idem, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001, pp. 411-412, disponível em https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

territorial quando a Peste Negra assombra a Europa quando ironicamente comerciantes da China trazem esta grande epidemia a partir de 1348⁴⁶⁵ para a Europa.

Apesar da crise de 1348 ser a mais conhecida e a mais devastadora no panorama europeu geral, em Portugal, os surtos de peste vão voltar em diversas ocasiões entre o resto do século XIV e ao longo do período moderno, sendo muitas vezes equiparadas a períodos de más colheitas agrícolas ou mesmo associada a mudanças climatéricas, e como tal torna-se desde o final da Idade Média como uma representação de breves períodos de crise em determinados locais. Devido ao surgimento de inúmeros surtos breves de peste em Portugal, os documentos que relatam tais pragas no mesmo reino entre os séculos XIV e XV acabam por serem discordantes entre si conforme a região e anos em que ocorrem, dificultando o registo correlacionado entre os vários pontos ocorridos durante estes séculos em estudo⁴⁶⁶.

As trocas comerciais nestas regiões afetadas são temporariamente reduzidas, tendo em conta que durante este período começam as perseguições étnicas, já que se acreditava que era a culpa dos judeus e da comunidade muçulmana dos burgos e que os mesmos envenenavam lentamente o resto da população, sendo estes os múltiplos responsáveis pelo comércio local⁴⁶⁷, especialmente em Portugal⁴⁶⁸, bem como controlando a economia local nas grandes cidades ao posicionarem-se em altos cargos e profissões na sociedade medieval⁴⁶⁹, já que os mesmos continuavam isentos de pagar o dizimo e outros impostos e taxas locais, situação que é modificada no reinado de D. Manuel I, pressionado pelos reis católicos, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, no final do século XV com a conversão forçada de judeus e muçulmanos para o

⁴⁶⁵ TEIXEIRA, Daniel Tomazine, *Enquadramento da Pobreza em Portugal do Baixo Medievo: Assistencialismo e Repressão Estatal (séculos XIV/XV)*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social, Niterói, 2011, p. 19, disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1543.pdf>

⁴⁶⁶ RODRIGUES, Ana Maria S. A., *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996, p. 13.

⁴⁶⁷ SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998, p. 83.

⁴⁶⁸ TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Segunda Edição, Coleção História & Ensaio, Guimarães Editores, Lisboa, janeiro de 2000, p. 103.

⁴⁶⁹ HUTZ, Ana, *Os Cristãos Novos Portugueses no Tráfico de Escravos para a América Espanhola (1580-1640)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Económico na área de concentração de História Económica, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 10, disponível em [http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Os%20crist%C3%A3os%20novos%20portugueses%20no%20trafico%20de%20escravos%20para%20a%20America%20Espanhola%20\(1580-1640\).pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Os%20crist%C3%A3os%20novos%20portugueses%20no%20trafico%20de%20escravos%20para%20a%20America%20Espanhola%20(1580-1640).pdf)

cristianismo a partir de 1496⁴⁷⁰, situação que já tinha ocorrido em Espanha a partir de 1492 através do Decreto de Alhambra, e a criação de um novo título na sociedade medieval portuguesa, os cristãos-novos, a partir de 1497 e que é sublinhada na crónica de Damião de Góis⁴⁷¹.

Entre os locais em que tal ocorre no território castelhano e aragonês, é de sublinhar o caso de Medina del Campo. Em 1492, quando o Decreto de Alhambra é anunciado pelos Reis Católicos, em Medina del Campo as comunidades judaicas e muçulmanas continuam a viver juntamente com a comunidade cristã, embora a partir deste momento estarem bastante mais limitados e condicionados economicamente. Mesmo após Portugal ter aderido à conversão judaica e muçulmana para cristãos-novos pela figura monárquica de D. Manuel I em 1496, em Medina continua a não ter sido implementado a conversão forçada para o cristianismo, vivendo estas três comunidades religiosas em mínima harmonia, crescendo de certa forma as mesmas comunidades, quando judeus convertidos para o cristianismo em Portugal decidem regressar para a mesma vila de onde eram oriundos, tentando fugir assim em parte ao controlo religioso imposto na Península Ibérica durante este período final do século XV⁴⁷².

No entanto, tal entrave no panorama comercial e económico europeu e ibérico não é mostrado no século XV fora do reino de Portugal durante a expansão das descobertas marítimas, e como tal, o aumento dos portos seguros temporários ao longo da costa africana, servindo como entrepostos comerciais leva ao início ao tráfico e comércio português de escravos negreiros, como é mostrado numa das cartas enviadas ao infante D. Henrique em 1445 durante a expedição da Guiné⁴⁷³.

Sendo as minorias étnicas os pilares das indústrias económicas urbanas e os pesados impostos do clero e dos senhores locais (mesmo que tais ordens sociais durante este século já estivessem em decadência), ocorre uma estagnação da economia medieval, especialmente que em troca destes mesmos impostos, a Igreja e os nobres locais, em argumentos de volta da religião e das propriedades rurais locais, prometiam à população

⁴⁷⁰ ANDRADE, Amélia Aguiar, “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, I Volume, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006, p. 144, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4804.pdf>

⁴⁷¹ GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte I, Nova Edição conforme a Primeira, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1926, p. 41.

⁴⁷² <http://www.delsolmedina.com/BrevehistoriadelasFeria.htm>

⁴⁷³ *Monumenta Henricina*, Volume IX (1445-1448), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1968, p. 11.

sinais de esperança, sinais estes, pelo menos no caso das dioceses citadinas, que não passavam de ilusões.

Apenas a circulação de gado e pastoreio é que parece se manter constante ao longo do Idade Média entre Portugal e Castela, não respondendo às mesmas situações e casos ocorridos da circulação comercial de outros produtos e mercadorias.

Conclusão

Podemos concluir que, apesar das relações políticas, económicas, diplomáticas e fronteiriças entre Portugal e Castela não serem ideais ao longo da Idade Média, tal circunstância não impediu a circulação e movimentação comercial internacional marítima ou terrestre, legal ou ilegal entre os dois reinos ibéricos. Por conseguinte, foram desenvolvidas e partilhadas culturas, ideias e ideais entre os povos peninsulares contribuindo para a melhoria das relações comerciais e diplomáticas, quer em tempos de guerra ou de paz.

Durante o reinado de D. Fernando I, mesmo durante os períodos de guerra continuavam a circular gentes e bens, cuja segurança veio a ser assegurada com a paz definitiva. Tal aconteceu com o estabelecimento de uma nova dinastia, D. João I, Mestre de Avis, que restabelece a ordem comercial e diplomática entre estes dois reinos, pois de ambos os lados, havia pedidos da população para tal.

Constatou-se também que, graças ao crescimento dos mercados e feiras medievais locais, Portugal deixa de estar isolado em relação ao resto da Península Ibérica e da Europa, graças à existência de rotas comerciais terrestres e marítimas.

Através dos descobrimentos e da expansão portuguesa e castelhana, desenvolvem-se vias de comunicação na Europa, tornando-a mais informada sobre o que ocorre nos reinos vizinhos, aumentando os contatos e a troca de produtos. A figura do mercador podemos considerar como o fio condutor desta ligação assim como a alteração do conceito de fronteira física, na mentalidade ibérica. Estas alterações peninsulares enquadram-se no que está a acontecer no resto da Europa, como em Inglaterra ou França, transformando o comércio local e de pequena dimensão em internacional. Gradualmente surge assim uma estrutura de importação e de exportação.

Assim sendo, no início do século XV, esta união expansionista modificou aspectos da mentalidade peninsular, focando-se gradualmente no modelo político de monarquia centralizadora, com os reis D. João I e D. Duarte em Portugal ou D. João II e D. Henrique IV de Castela, em oposição ao sistema senhorial, de outrora. Este sistema transato terá conduzido a que, os nobres e senhores de vilas e cidades locais perdessem economicamente o seu poder, para a figura do monarca, bem como para os elementos mais ricos dos burgos, sendo grande parte deles ligada ao comércio: a burguesia.

Ao longo deste período medieval, surgem mudanças na mentalidade sobre a forma como se encara a economia e a importância desta nas relações entre Portugal e Castela. Verificamos no século XIV e o início do século XV que houve várias proibições e dificuldades na circulação comercial de diversos produtos, fluxos e locais, nas zonas alfandegárias. Nomeadamente, a circulação de gado, cavalos, moeda, armas e metais preciosos. Devido a estas dificuldades de circulação comercial entre os dois reinos, apresentadas quer no âmbito internacional ou em território interno reinante, por estes produtos serem raros e lhes serem aplicados impostos, e como resposta às proibições surgem circuitos de comércio clandestino.

A vigilância alfandegária aumenta nas épocas de maior tensão nas relações entre os dois reinos ibéricos sendo mais apertada na região norte e centro, do que a sul da zona raiana, entre Portugal e Castela. Mas vimos que apesar das claras restrições, o número de mercadorias, quer de entrada ou de saída entre os dois reinos, era extenso e as autoridades locais e até mesmo as autoridades régias nem sempre cumpriam os requerimentos, sendo por isso a documentação em torno do mesmo tema durante este período algo contraditória.

Desta forma, as principais mercadorias que circulavam ilegalmente entre Portugal e Castela no século XIV e principalmente no século XV eram o gado e alguns cereais de Portugal para Castela e, a circulação de tecidos de Castela para Portugal.

É fundamental evidenciar que entre Portugal e Castela devido aos vários conflitos durante a Idade Média mesmo nas épocas de paz esta é tensa e vigilante. Não só entre os séculos XIV e XV, linha temporal central para a realização desta obra académica, mas também ao longo de todo o período medieval, foram desencadeadas alterações nos sistemas económicos que influenciaram as estratégias políticas, diplomáticas e até a mentalidade.

Por conseguinte, quer em tempos de aliança ou em períodos de inimizade e em virtude desta mudança, ambas as potências medievais ibéricas fortaleceram o poderio económico interno dos seus reinos. Propositadamente e ao mesmo tempo enfraqueciam o reino vizinho através de “guerras” indiretas, isto é, ao se aliarem indiretamente aos inimigos de ambos. Apesar disso, sempre tiveram como finalidade, o desejo de expansão territorial, quer pela via marítima ou terrestre, tal como a hegemonia do poder político.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

- CORREIA, D. Paio Peres, *Foral de Setúbal de 1249*, Setúbal, março de 1249
- DINIS, rei de Portugal, FERNANDO IV, rei de Leão e de Castela, MOLINA, Maria de, *Tratado de Alcanises*, Gav. 18, mç. 9, nº 13 das Gavetas de Arquivos da Torre do Tombo, Alcanises, setembro de 1297
- HENRIQUES, Afonso, rei de Portugal, *Foral de Lisboa de 1179*, Coimbra, maio de 1179

Fontes Impressas

- AFONSO, Pedro, *Crónica geral de Espanha de 1344*, Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, Volume I-IV, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Academia Portuguesa da História, Lisboa, junho de 1952-outubro de 1990
- -----, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV), INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, Coleção filologia portuguesa, ed. de Teresa Brocardo, Lisboa, setembro de 2006
- *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Volume I-III, 1ª Edição, organizada por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, dezembro de 1990 - setembro de 1992
- *Chancelarias portuguesas: D. João I*, Volume I-II, Tomo 1-3, 1ª Edição, organização e revisão geral por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2004 – 2005
- *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, Volume I-II, Tomo 1-2, 1ª Edição, organização por João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Centro Gráfico dos Restauradores, Gabinete de Artes Gráficas, Lda., Lisboa, 1998 – 1999
- *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I*, Volume I (1367-1380), organizado por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação

- Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990
- *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1438*, organização e revisão geral de João José Alves Dias e Pedro Pinto, 1ª edição, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014
 - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, Volume I e III, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1957-1959
 - ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego, *Cronica del Rey Enrique el Cuarto deste Nombre*, por su Capellan y cronista (...), Segunda Edicion, Imprenta de D. Antonio de Sancha, Madrid, 1787
 - GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte I e IV, Nova Edição conforme a Primeira, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1926
 - LOPES, Fernão, *Chronica de el-Rei D. Pedro I*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1895
 - -----, *Chronica de el-rei D. Fernando*, Vol. I, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1895
 - -----, *Chronica de El-Rei D. João I*, Vol. I-VII, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1897-1898
 - LEÃO, Duarte Nunes de, CRAESBEECK, Pedro, *Primeira Parte das Chronicas dos reis de Portvgal*, Lisboa, 1600
 - LOPEZ DE AYALA, Pero, *Crónica del Rey Don Enrique Terceiro deste Nombre en la Casa de Castilla y de Leon*, Copilada por Pedro Barrantes Maldonado, Biblioteca de Castilla y Leon, Madrid, 1868
 - *Monumenta Henricina*, Volume I-XV e Suplemento (1414-1461), organizada por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado, António Joaquim Dias Dinis, O.F.M., Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, 1960-1974
 - OLIVEIRA, Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Coleção Getty, Impressão regia, Lisboa, 1804
 - *Ordenações Afonsinas*, Livro II, org. Ivone Susana Cortesão Heitor, Edição fac-similada, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1792

- ORTELIUS, Abraham, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antverpiae: Apud Aegid. Coppenium Diesth, Antuérpia, maio de 1570
- PALENCIA, Alonso de, *Crónica de Enrique IV*, Traducción Castellana por D. A. Paz y Meliá, Colección de Escritores Castellanos, Tomo I, Imp. Revista de Archivos, Madrid, 1904
- PEREZ DE GUZMÁN, Fernán, MARIA, Alvar García de Santa, CARVAJAL, Lorenzo Galíndez de, *Crónica del Señor Rey Don Juan Segundo de este nombre en Castilla y en Leon*, Coleção Boston Public Library, Imprenta de Benito Monfort, Valencia, 1779
- PINA, Rui de, *Chronica d'El-Rei D. Duarte*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escritorio, Lisboa, 1901
- -----, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. I-III, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escritorio, Lisboa, 1901
- -----, *Crónica de D. João II*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, Lisboa, 1989
- PULGAR, Hernando del, *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragon*, Cotexada com Antiguos Manuscritos y Aumentada de varias Ilustraciones y Enmiendas, en la Imprenta de Benito Monfort, Valencia, 1780
- VALERA, Diego de, *Epistolas de Mosen Diego de Valera: Enbiadas en Diversos Tiempos e a Diversas Personas, publicadas juntamente com otros Cinco Tratados del Mismo Autor*, La Sociedad de Bibliofilos Españolas, Imprenta de Miguel Ginesta, Madrid, 1878
- «Vereações»: *Anos de 1390-1395*, O mais antigo dos *Livros de Vereações* do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo, Comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Documentos e Memórias para a História do Pôrto-II, Publicações da Câmara Municipal do Pôrto, Gabinete de História da Cidade, Porto, 1937
- «Vereações» (1431-1432) – *Livro 1*, Leitura, Índices e Notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Documentos e Memórias para a História do Porto-XIV, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1985
- «Vereações» – *Vol. II: Anos de 1401-1449*, O segundo *Livro de Vereações* do Município do Porto existente no seu arquivo, Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira,

Documentos e Memória para a História do Porto-XL, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete da História da Cidade, Porto, 1980

- ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Edição e Estudo de Maria Teresa Brocardo, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Braga, novembro de 1997
- ZURITA, Jerónimo, *Los cinco libros primeros de la primera parte de los Anales de la Corona de Aragon*, en la casa que fue de Iorge Coci, que ahora es de Pedro Bernuz, Universidad Complutense de Madrid, maio de 1562

Bibliografia

Bibliografia Impressa

Obras Gerais

- BARBOSA, Pedro Gomes, *Reconquista Cristã: nas Origens de Portugal, Séculos IX a XII*, 1ª Edição, Ésquilo, Lisboa, fevereiro de 2008
- BLOCH, Marc, *A Sociedade Feudal*, Coleção Lugar da História, nº 6, Edições 70, Lisboa, 2009
- BOURDON, Albert-Alain, *História de Portugal*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº1, Edições Texto & Grafia, Lisboa, junho de 2013
- BRASSEUL, Jacques, *História Económica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*, 2ª Edição, Coleção de Bolso Texto & Grafia, nº5, Edições Texto & Grafia, Lisboa, fevereiro de 2014
- CORTAZAR, Garcia de, *História Rural Medieval*, Coleção Nova História, nº 28, Editorial Estampa, Lisboa, 1996
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa, abril de 2005
- DIOGO, António Dias, XAVIER, Ângela Maria Barreto, SANTOS, Maria Catarina Madeira Henriques dos, REZOLA, Maria Inácia, SOARES, Maria João da Silva Rodrigues, *História da Vida Quotidiana*, 1ª Edição, Seleções do Reader's Digest, Lisboa, outubro de 1993
- GOMES, Saul António, *D. Afonso V: O Africano*, Coleção Reis de Portugal, Temas & Debates, Lisboa, março de 2009
- HEERS, Jacques, *História Universal – o mundo medieval*, Segundo Volume, Terceira Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março de 1977
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo I, Livraria Bertrand, Lisboa, março de 1980
- LE GOFF, Jacques, *O Imaginário Medieval*, 3ª Edição, Coleção Nova História, nº 13, Editorial Estampa, Lisboa, 1994
- LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Volume II, 2ª Edição, Coleção Nova História, nº 15, Editorial Estampa, Lisboa, 1995

- LOUSADA, Abílio Pires, *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal: Planos que Nunca Deveriam ter Saído do Papel, Engenhos Inovadores, Gente Corajosa e Táticas Surpreendentes*, Manuscrito, Lisboa, novembro de 2018
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, 2ª Edição, Volume I, Tribuna da História, Lisboa, 2006
- MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *História de Portugal*, 2ª Edição, Volume I: Das Origens às Revoluções Liberais, Edições Ágora, Lisboa, março de 1973
- -----, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 1ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1988
- MATTOSO, José, *História de Portugal*, Segundo-Terceiro Volume, 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março-dezembro de 1993
- -----, *Identificação de um País – ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Volume II – composição, Editorial Estampa, Lisboa, setembro de 1988
- PEREIRA, João Cordeiro, *Portugal na Era de Quinhentos: estudos vários*, Patrimonia Historica, Cascais, 2003
- RODRIGUES, José Damião, OLIVEIRA, Pedro Aires, *História da Expansão e do Império Português*, coord. de João Paulo Oliveira e Costa, 1ª Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, novembro de 2014
- SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 5ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa, maio de 1998
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 1ª e 2ª Edição, Volume I-II, Editorial Verbo, Lisboa, março-novembro de 1978
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, coord. de Rui Ramos, 1ª edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, novembro de 2009
- -----, *D. Afonso IV*, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa e Porto, junho de 2013

Obras Específicas

- ARAÚJO, Julieta, “As relações diplomáticas entre Portugal e Castela durante o século XV : a questão da transumância”, in *Conferência da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, março de 2018
- -----, *Portugal e Castela na Idade Média*, Edições Colibri, Lisboa, 2010
- *As fronteiras luso-espanholas: das questões de soberania aos fatores de união*, org. Francisco Pereira Coutinho, Mateus Kowalski, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2014
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *Ócio e Negócio*, INATEL, Coimbra, 1998
- COSTA, João, *Os Forais de Setúbal - 1249 | 1514. Estudo, transcrição e fac-símile*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2015
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, junho de 1998
- FERNÁNDEZ, Luis Suárez, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante don Enrique: 1393-1460*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, Madrid, 1960
- FERREIRA, Ana Maria Pereira, *A Importação e o Comércio Têxtil em Portugal no Século XV (1385 a 1481)*, temas portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983
- HERNANDO, Máximo Diago, *Mesta y trashumancia en Castilla, siglos XIII a XIX*, Coleção Cuadernos de Historia, Volume 94, Arco Libros, Madrid, 2002
- MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, DIAS, João José Alves, *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspetos de Vida Quotidiana*, 6ª Edição, A Esfera dos Livros, Lisboa, setembro de 2010
- MARQUES, José, *Relações Entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Braga, junho de 1994
- MORENO, Humberto Baquero, *Exilados, Marginais e Contestáveis na Sociedade Portuguesa Medieval*, 1ª Edição, Estudos de História, Editorial Presença, Lisboa, 1990
- -----, *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, 1ª Edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Lisboa, 1988

- PEREIRA, João Cordeiro, *Para a História das Alfândegas em Portugal no Início do Século XVI (Vila do Conde – organização e movimento)*, 1ª Edição, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, abril de 1983
- RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu Estudo*, 2ª Edição, Introdução e índices por José Manuel Garcia, Editorial Presença, Lisboa, 1983
- RODRIGUES, Ana Maria S. A., *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Patrimonia Historica, Cascais, 1996
- RUCQUOI, Adeline, *História Medieval da Península Ibérica*, Coleção Nova História, nº21, Editorial Estampa, Lisboa, 1995
- SERRÃO, Joel, MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, *Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325) – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Volume III, 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa, maio de 1996
- SILVA, Manuela Santos, *A Região de Óbidos na época medieval – Estudos*, 1ª Edição, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, Património Histórico, Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, dezembro de 1994
- SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Volume I-II, Coleção História Medieval – 4, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Porto, 1990
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis – Percursos de Uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, abril de 2000
- -----, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, 1ª Edição, Coleção História Medieval – N.º 2, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990
- TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Segunda Edição, Coleção História & Ensaios, Guimarães Editores, Lisboa, janeiro de 2000

Bibliografia Digitalizada

Obras Gerais

- COELHO, Maria Helena da Cruz, *Balanço sobre a História Rural Produzida em Portugal nas Últimas Décadas*, Conferência proferida na Aula Inaugural do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 1997, disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/19133653.pdf>
- HUTZ, Ana, *Os Cristãos Novos Portugueses no Tráfico de Escravos para a América Espanhola (1580-1640)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Económico na área de concentração de História Económica, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, disponível em [http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Os%20crist%C3%A3os%20novos%20portugueses%20no%20trafico%20de%20escravos%20para%20a%20America%20Espanhola%20\(1580-1640\).pdf](http://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/Os%20crist%C3%A3os%20novos%20portugueses%20no%20trafico%20de%20escravos%20para%20a%20America%20Espanhola%20(1580-1640).pdf)
- LOPO, Albino Pereira, “A Brigantia”, in *O Arqueólogo Português*, Revista Periódica do Museu Nacional de Arqueologia, 1.ª Série, Volume III, Direção Geral do Património Cultural, Lisboa, 1897, disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_3/245_brigantia.pdf
- MARQUES, José, “Os Municípios na Estratégia Defensiva Dionisina”, in *Revista de História da Faculdade de Letras*, nº 15-1, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf>
- MATA, Joel Silva Ferreira, “Os alcaides na zona de fronteira entre Portugal e Castela no despertar do século XVI: criminalidade e usurpação de funções”, in *Revista Direito Lusíada*, nº 12, Universidade Lusíada do Porto, Porto, outubro de 2015, disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1686/1/LD_12_4.pdf
- METRI, Maurício Medici, *Poder, Moeda e Riqueza na Europa Medieval*, Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor

- em Economia, Instituto de Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Económicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, disponível em http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2007/poder_moeda_e_riquez_na_europa_medieval.pdf
- MOREIRA, Filipe Alves, “Os Reis de Portugal na «Versão Crítica da Estoria de Espanha» e na «Crónica de Castela»”, in *Actas del XIII Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, coord. de José Manuel Fradejas Rueda, Déborah Anne Dietrick Smithbauer, Maria Jesús Díez Garretas e Demetrio Martín Sanz, Volume II, Universidad de Valladolid, Valladolid, setembro de 2009, disponível em https://www.academia.edu/932843/Os_Reis_de_Portugal_na_Vers%C3%A3o_Cr%C3%ADtica_da_Estoria_de_Espa%C3%B1a_e_na_Cr%C3%B3nica_de_Castela
 - *Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade*, I Encontro Internacional, coord. de Adriano Moreira, Alberto A. Herrero de la Fuente, Carlos Gaspar, Celso Almuiña Fernández, Eloy Fernández Clemente, Fernando de Sousa, Jorge Carvalho Arroiteia, José António Rocamora, João Cosme, João Paulo Avelãs Nunes, Lorenzo López Trigal, Maria João Guardado Moreira, Maria da Conceição Meireles Pereira, Paloma de Villota, Teresa Rodrigues e Álvaro Santos, Zamora, outubro de 1999, disponível em <http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/relacoes-portugal-espanha-cooperacao-e-identidade>
 - ROSA, Maria, “Teresa de Portugal, Condessa da Flandres, Duquesa da Borgonha”, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 2: A nova política e as suas relações exteriores, Camara Municipal de Guimarães, Guimarães, outubro de 1996, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/2CH/vol2/2ch-vol2-025.pdf>
 - SEABRA, Miguel Pascoal Costa Saldanha, *O Conceito de Fronteira: Uma Abordagem Multifacetada*, Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior, Curso de Estado-Maior do Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012, disponível em

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10023/1/MAJ%20Saldanha%20Seabra.pdf>

- SILVA, Manuela Santos, "Relações Internacionais na Idade Média: tratados de amizade, alianças dinásticas, movimentações territoriais", in *Raízes Medievais do Brasil Moderno: Do Reino de Portugal ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, coord. de Manuela Mendonça e Maria de Fátima Reis, Academia Portuguesa da História, Academia das Ciências de Lisboa, Academia de Marinha, Sociedade de Geografia de Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016, disponível em https://www.academia.edu/25657611/Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_na_Idade_M%C3%A9dia_tratados_de_amizade_alian%C3%A7as_din%C3%A1sticas_movimenta%C3%A7%C3%B5es_territoriais_in_Do_Reino_de_Portugal_ao_Reino_Unido_de_Portugal_Brasil_e_Algarves_Manuela_Mendon%C3%A7a_Maria_de_F%C3%A1tima_Reis_coord_Lisboa_2016
- SOPENA, Pascual Martínez, "El Mercado en la España Cristiana de los Siglos XI y XII", in *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa Maria la Real*, nº13, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1998, disponível em http://www.romanicodigital.com/documentos_web/documentos/C13-6_Pascual%20Mart%C3%ADnez.pdf
- TEIXEIRA, Daniel Tomazine, *Enquadramento da Pobreza em Portugal do Baixo Medievo: Assistencialismo e Repressão Estatal (séculos XIV/XV)*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social, Niterói, 2011, disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1543.pdf>
- VIANA, Mário, *Economia e instituições na Idade Média: Novas abordagens*, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Ponta Delgada, 2013, disponível em <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2669/1/VIANA%20%28M.%29%2C%202013a.pdf>
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, "D. Afonso II e as Navas de Tolosa: A Construção de um Rei", in *La Península Ibérica en tempos de las Navas de Tolosa*, coord. de Carlos Estepa Díez e María Antonia Carmona Ruiz, Volume 5 de Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, Sociedad

Española de Estudios Medievales, Madrid, 2014, disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/12860/1/D.%20Afonso%20II%20e%20as%20Navas%20de%20Tolosa.pdf>

Obras Especificas

- AMARAL, Luís Carlos, GARCIA, João Carlos, “O Tratado de Alcañices (1297): Uma Construção Historiográfica”, in *Revista de História da Faculdade de Letras*, nº 15-2 (2ª Série), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4045.pdf>
- ANDRADE, Amélia Aguiar, “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, I Volume, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4804.pdf>
- BARROS, Amândio Jorge Morais, “O grande comércio dos “pequenos actores”. Portuenses e Bascos na construção do sistema atlântico”, *Revista internacional de los estudios vascos*, Volume 50, nº 2, Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, Porto, 2005, disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/11499742.pdf>
- *Conflicto Político: Lucha y Cooperación. Ciudad y Nobleza en Portugal y Castilla en la Baja Edad Media*, edição de Adelaide Millán da Costa e José Antonio Jara Fuente, Coleção Estudos 16, IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2016, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/35746/1/Cidade_e_Nobreza_RUN.pdf
- DUARTE, Luís Miguel, “Contrabandistas de gado e "Passadores de cousas defesas "para Castela e "Terra de Mouros"”, *Revista Cultura, Espaço & Memória da Faculdade de Letras*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7995/2/4017.pdf>
- -----, “O Comércio Proibido”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Volume I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001,

disponível

em

https://www.researchgate.net/publication/37651411_O_comercio_proibido

- LOUREIRO, Sara, “O conflito entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro (1355-1356)”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, nº 7, Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2004, disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/71.pdf>
- PINTO, Sandra M. G., “Em Torno do *Foral* Medieval da Almotaxaria de Lisboa, in *Fragmenta Historica: Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, nº 4, Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016, disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/rev/2016/4_03.pdf
- QUESADA, Miguel Ángel Ladero, “Población de las Ciudades en la Baja Edad Media (Castilla, Aragón, Navarra)”, in *I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, coord. técnica de Antero Ferreira, João Abreu, Isabel Pinho e João Costa, Volume I – Discursos, Câmara Municipal de Guimarães, GRECA – Artes Gráficas, Guimarães, outubro de 2012, disponível em <https://ch.guimaraes.pt/uploads/actas/1CHI/vol1/1chi-vol1-007.pdf>
- SANTOS, Aurora Almada e, “Estudo codicológico do Foral de Lisboa de 1500”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, nº 8, Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2005, disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/89.pdf>
- VIEIRA, Alberto, “Os Forais da Madeira”, in *Cadernos de divulgação do CEHA*, N.º 3, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, agosto de 2015, disponível em <https://ceha.madeira.gov.pt/>

Sitiografia/Webgrafia

- <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-portugues---o-reino-de-portugal-da-guerra-da-reconquista-a-dinastia-de-avis.htm> [Consultado: 25/03/2019]
- [https://www.infopedia.pt/\\$portugal-e-espanha-\(relacoes\)](https://www.infopedia.pt/$portugal-e-espanha-(relacoes)) [Consultado: 28/03/2019]
- <https://www.historiadomundo.com.br/idade-media/a-figura-mercador-na-idade-media.htm> [Consultado: 04/04/2019]

- <https://www.estudokids.com.br/limite-e-fronteira-saiba-qual-e-a-diferenca/>
[Consultado: 11/04/2019]
- <https://conceito.de/fronteira> [Consultado: 12/04/2019]
- <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/diferenca-entre-limite-fronteira.htm> [Consultado: 13/04/2019]
- <https://cronologiahistorica.com/tag/tratado-de-sahagun/> [Consultado: 24/04/2019]
- <https://www.historiarum.es/news/medina-del-campo-las-ferias-de-castilla/>
[Consultado: 29/04/2019]
- http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/comercio-y-ferias-en-tiempos-de-isabel-la-catlica-0/html/007f8f26-82b2-11df-acc7-002185ce6064_2.html
[Consultado: 20/05/2019]
- <http://www.delsolmedina.com/BrevehistoriadelasFeria.htm> [Consultado: 21/05/2019]
- <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/afonso1.html> [Consultado: 23/05/2019]
- <https://www.ofportugal.com/independencia-portugal-pelo-tratado-zamora/>
[Consultado: 28/05/2019]
- <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/fernando1.html> [Consultado: 30/05/2019]
- <https://www.infoescola.com/historia/guerra-dos-cem-anos/> [Consultado: 03/06/2019]
- <https://www.timelinefy.com/view/event/110/246/3964/guerra-dos-cem-anos/>
[Consultado: 04/06/2019]
- <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73713/> [Consultado: 07/06/2019]
- <http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/ilha.aspx?id=7> [Consultado: 11/06/2019]
- http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2382
[Consultado: 14/06/2019]
- [https://www.infopedia.pt/\\$afonso-vii-de-leao-e-castela](https://www.infopedia.pt/$afonso-vii-de-leao-e-castela) [Consultado: 19/06/2019]
- <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1078185> [Consultado: 21/06/2019]
- [https://www.infopedia.pt/\\$beata-mafalda](https://www.infopedia.pt/$beata-mafalda) [Consultado: 21/06/2019]

- http://www.arqnet.pt/dicionario/urraca_r.html [Consultado: 25/06/2019]
- <http://pagfam.geneall.net/3813/pessoas.php?id=1076155> [Consultado: 27/06/2019]
- https://www.cm-mirandela.pt/uploads/writer_file/document/167/3367.pdf [Consultado: 28/06/2019]
- http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=2280 [Consultado: 02/07/2019]
- <http://www.ulusiada.pt/clima/ius-proprium-leis-gerais/d-joao-ii/> [Consultado: 03/07/2019]
- https://www.cm-mirandela.pt/uploads/writer_file/document/169/3370.pdf [Consultado: 04/07/2019]
- <https://www.infoescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas/> [Consultado: 05/07/2019]
- <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao1.html> [Consultado: 08/07/2019]
- <http://pagfam.geneall.net/552/pessoas.php?id=1146646> [Consultado: 09/07/2019]
- [https://www.infopedia.pt/\\$questao-das-canarias-\(sec.-xiv-xv\)](https://www.infopedia.pt/$questao-das-canarias-(sec.-xiv-xv)) [Consultado: 10/07/2019]

Anexos

Tabelas e Quadros

Tratados e Acordos de paz e de aliança entre Portugal e Castela na Idade Média Ibérica por reinados		
Reis de Portugal	Reis/Rainhas de Castela	Número de tratados e acordos
D. Afonso Henriques	Afonso VII	1 ⁴⁷⁴
D. Sancho I	Afonso VIII	2 ⁴⁷⁵
D. Afonso II	Henrique I	1 ⁴⁷⁶
D. Sancho II/D. Afonso III	Fernando III/Afonso X	4 ⁴⁷⁷
D. Dinis/D. Afonso IV	Fernando IV/Afonso XI	6 ⁴⁷⁸
D. Fernando I/D. João I	Henrique II/João I/ Henrique III/João II	15 ⁴⁷⁹
D. Afonso V/D. João II/D. Manuel I	Henrique IV/Isabel I	7 ⁴⁸⁰

Quadro 1 – *Relações de Paz através de Tratados e Acordos de aliança realizados entre Portugal e Castela na Idade Média ibérica por reinados*

⁴⁷⁴ [https://www.infopedia.pt/\\$afonso-vii-de-leao-e-castela](https://www.infopedia.pt/$afonso-vii-de-leao-e-castela)

⁴⁷⁵ <http://pagfam.geneall.net/52/pessoas.php?id=1078185>. http://www.arqnet.pt/dicionario/urraca_r.html

⁴⁷⁶ [https://www.infopedia.pt/\\$beata-mafalda](https://www.infopedia.pt/$beata-mafalda)

⁴⁷⁷ <http://pagfam.geneall.net/3813/pessoas.php?id=1076155>. CRUZ, Manuel Braga da, *O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, junho de 1998, p. 41. Idem, *Ibidem*, p. 42. https://www.cm-mirandela.pt/uploads/writer_file/document/167/3367.pdf

⁴⁷⁸ MARQUES, José, *Relações Entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Braga, junho de 1994, p. 351. AMARAL, Luís Carlos, GARCIA, João Carlos, “O Tratado de Alcañices (1297): Uma Construção Historiográfica”, in *Revista de História da Faculdade de Letras*, nº 15-2 (2ª Série), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 968, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4045.pdf>.

http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=2280. LOUREIRO, Sara, “O conflito entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro (1355-1356)”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, nº 7, Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 9, disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/71.pdf>

⁴⁷⁹ LOUSADA, Abílio Pires, *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal: Planos que Nunca Deveriam ter Saído do Papel, Engenhos Inovadores, Gente Corajosa e Táticas Surpreendentes*, Manuscrito, Lisboa, novembro de 2018, p. 10. <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/fernando1.html>. MORENO, Humberto Baquero, *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*, 1ª Edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Lisboa, 1988, p. 10. <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao1.html>.

<http://pagfam.geneall.net/552/pessoas.php?id=1146646>

⁴⁸⁰ PINA, Rui de, PEREIRA, Gabriel, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Vol. II., Bibliotheca de Classicos Portuguezes, Escriptorio, Lisboa, 1901, pp. 135-137. COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, Coleção Reis de Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa, abril de 2005, pp. 44-48. GOMES, Saul António, *D. Afonso V: O Africano*, Coleção Reis de Portugal, Temas & Debates, Lisboa, março de 2009, p. 296. COSTA, João Paulo Oliveira e, *op. cit.*, p. 48. <http://www.ulusiada.pt/clima/ius-proprium-leis-gerais/d-joao-ii/>. https://www.cm-mirandela.pt/uploads/writer_file/document/169/3370.pdf. <https://www.infoescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas/>

Atribuições e Doações de Cartas de Foral em Portugal na Idade Média Ibérica por reinados	
Reis de Portugal	Número de Cartas de Foral
D. Afonso Henriques	26 ⁴⁸¹
D. Sancho I	58 ⁴⁸²
D. Afonso II	28 ⁴⁸³
D. Sancho II	24 ⁴⁸⁴
D. Afonso III	92 ⁴⁸⁵
D. Dinis	80 ⁴⁸⁶
D. Afonso IV	0
D. Pedro I	0
D. Fernando I	1 ⁴⁸⁷
D. João I	2 ⁴⁸⁸
D. Duarte I	0
D. Afonso V	4 ⁴⁸⁹
D. João II	1 ⁴⁹⁰
D. Manuel I	3 ⁴⁹¹

Quadro 2 – Número de Cartas de Foral doadas e atribuídas em Portugal na Idade Média ibérica por reinados

⁴⁸¹ MARQUES, José, “Os Municípios na Estratégia Defensiva Dionisina”, in *Revista de História da Faculdade de Letras*, nº 15-1, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, p. 524, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf>

⁴⁸² Idem, *Ibidem*, p. 524, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf>

⁴⁸³ Idem, *Ibidem*, p. 524, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf>

⁴⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 524, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf>

⁴⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 524, disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf>

⁴⁸⁶ MATTOSO, José, *História de Portugal*, Segundo Volume, 1ª Edição, Círculo de Leitores, Lisboa, março de 1993, p. 158.

⁴⁸⁷ PINTO, Sandra M. G., “Em Torno do Foral Medieval da Almotaxaria de Lisboa, in *Fragmenta Historica: Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, nº 4, Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016, p. 49, disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/rev/2016/4_03.pdf

⁴⁸⁸ Devido ao período da mudança do calendário juliano para o calendário gregoriano em Portugal ser algo confusa em termos da cronologia documental da época, não se sabe se o foral de Almotaxaria de Lisboa foi escrito durante o reinado de D. João I em 1406 ou no reinado de D. Afonso V em 1444. Como tal, este foral vai acabar por ser contabilizado neste presente quadro em ambos os reinados dos monarcas referidos. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73713/>. PINTO, Sandra M. G., *op. cit.*, p. 51, disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/rev/2016/4_03.pdf

⁴⁸⁹ Devido ao período da mudança do calendário juliano para o calendário gregoriano em Portugal ser algo confusa em termos da cronologia documental da época, não se sabe se o foral de Almotaxaria de Lisboa foi escrito durante o reinado de D. João I em 1406 ou no reinado de D. Afonso V em 1444. Como tal, este foral vai acabar por ser contabilizado neste presente quadro em ambos os reinados dos monarcas referidos. PINTO, Sandra M. G., *op. cit.*, p. 51, disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/rev/2016/4_03.pdf. LOPO, Albino Pereira, “A Brigantia”, in *O Arqueólogo Português*, Revista Periódica do Museu Nacional de Arqueologia, 1.ª Série, Volume III, Direção Geral do Património Cultural, Lisboa, 1897, p. 245, disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_3/245_brigantia.pdf

. VIEIRA, Alberto, “Os Forais da Madeira”, in *Cadernos de divulgação do CEHA*, N.º 3, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, agosto de 2015, p. 2, disponível em <https://ceha.madeira.gov.pt/>

⁴⁹⁰ <http://www.azores.gov.pt/ext/drt-pa/ilha.aspx?id=7>

⁴⁹¹ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2382. SANTOS, Aurora Almada e, “Estudo codicológico do Foral de Lisboa de 1500”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1ª Série, nº 8, Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2005, p. 163, disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/89.pdf>. As cartas de foral enumeradas e doadas no reinado de D. Manuel I presentes neste quadro só são contabilizadas até ao último ano do século XV, o ano 1500, tendo em conta que os restantes forais manuelinos realizados no início do século XVI até à morte do mesmo monarca e após a datação limite em questão já não são importantes para o estudo abordado e realizado nesta dissertação, sendo abordados maioritariamente em vez disso os “forais antigos” no período medieval em Portugal, principalmente entre os séculos XIV e XV, datação-alvo deste mesmo tema abordado.

A circulação de “gentes” e “cousas” entre Portugal e Castela nos séc. XIV e XV

Imagens e Figuras

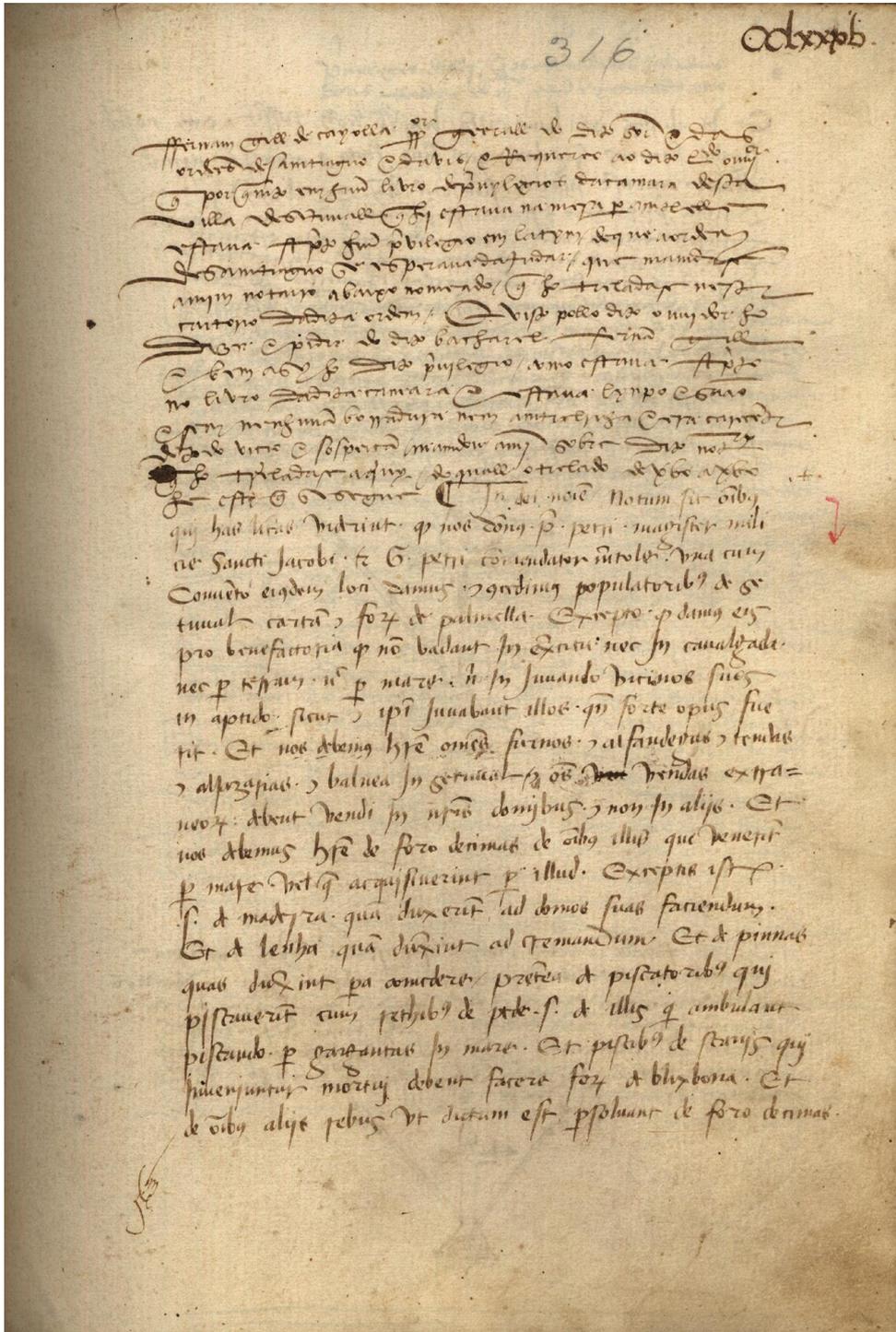


Figura 1- Foral de Setúbal de 1249, março de 1249

492 CORREIA, D. Paio Peres, *Foral de Setúbal de 1249*, Setúbal, março de 1249, fólho 284 vº, fl. 2.
A circulação de “gentes” e “cousas” entre Portugal e Castela nos séc. XIV e XV

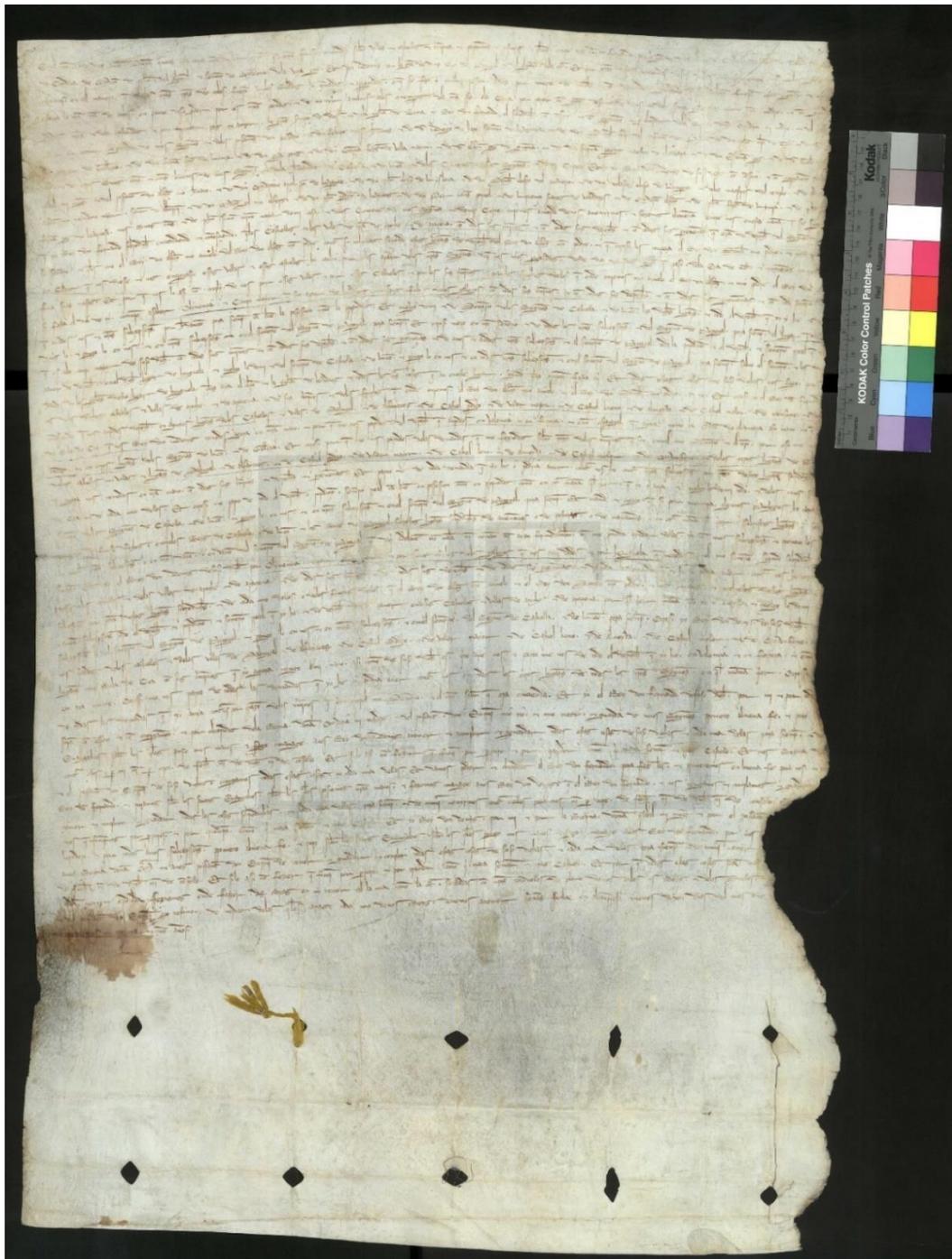


Figura 2 - *Tratado de Alcanises*, setembro de 1297

⁴⁹³ D. DINIS, rei de Portugal, FERNANDO IV, rei de Leão e de Castela, MOLINA, Maria de, *Tratado de Alcanises*, Gav. 18, mc. 9, n.º 13 das Gavetas de Arquivos da Torre do Tombo, Alcanises, setembro de 1297, fl. 2.

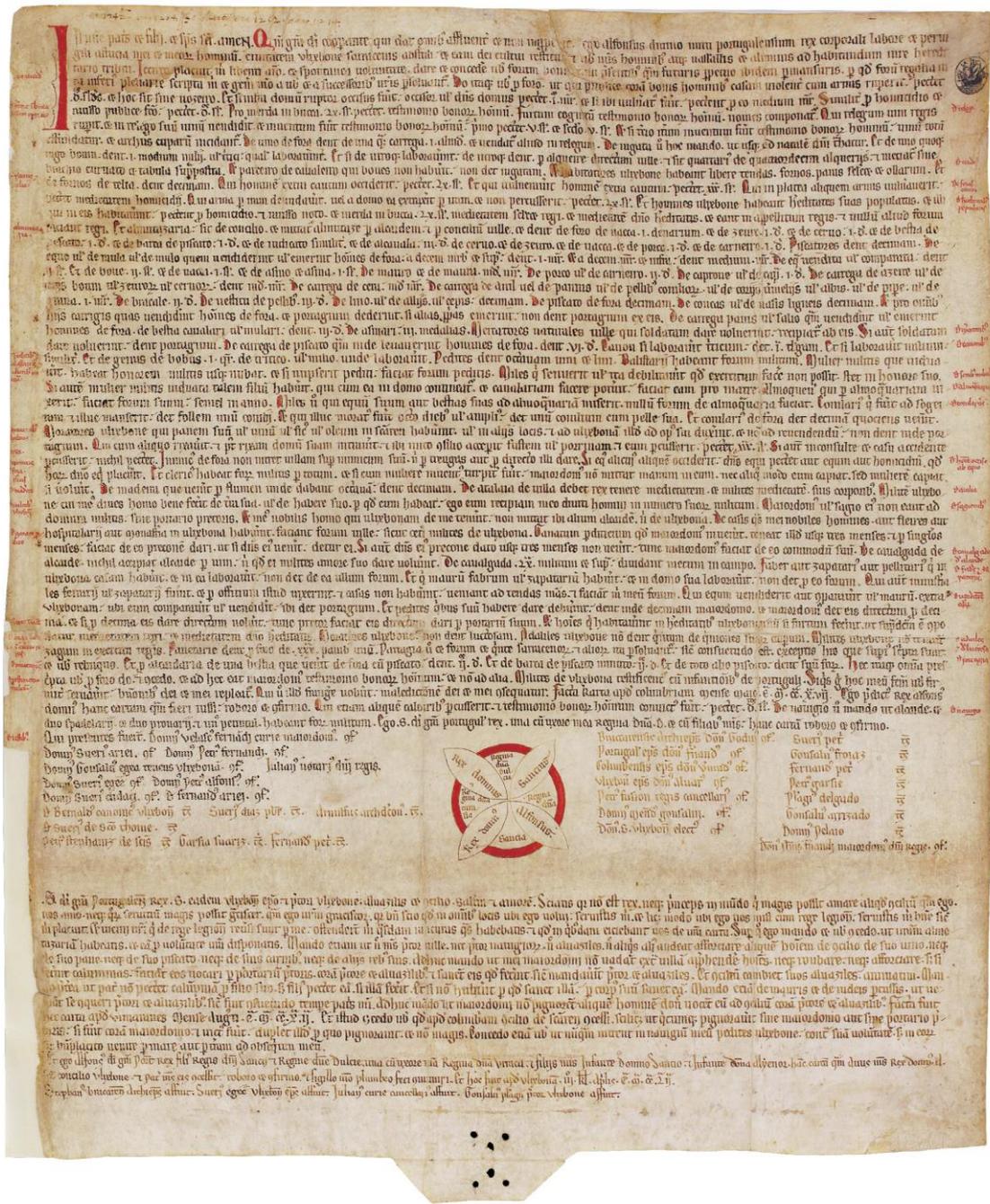


Figura 3 - Foral de Lisboa de 1179, maio de 1179

494 HENRIQUES, Afonso, rei de Portugal, Foral de Lisboa de 1179, Coimbra, maio de 1179, fl. 1.

Mapas, Cartas e Plantas



495

Mapa 1 – Mapa do Regni Hispaniae, de Abraham Ortelius, edição de maio de 1570

⁴⁹⁵ ORTELIUS, Abraham, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antverpiae: Apud Aegid. Copenium Diesth, Antuérpia, maio de 1570, p. 7.



496

Mapa 2 – Carta de *Portvgalliae*, de Fernando Álvaro Seco, edição de maio de 1570

⁴⁹⁶ ORTELIUS, Abraham, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antverpiae: Apud Aegid. Copenium Diesth, Antuérpia, maio de 1570, p. 8.

Cronologia⁴⁹⁷

1071 – Morte de Nuno Mendes, conde de Portucale

1139 – Coroação e aclamação do rei D. Afonso Henriques de Portugal, primeiro rei do reino português

1143 – Tratado de Zamora

1147 – Conquista portuguesa da cidade de Santarém pelos exércitos do rei D. Afonso Henriques de Portugal. Cerco à cidade de Lisboa. Conquista portuguesa da cidade de Lisboa pelas tropas do rei D. Afonso Henriques de Portugal, com a ajuda de cruzados ingleses

1153 – Possível data da assinatura do Tratado de Sahagún

1158 – Possível data da assinatura do Tratado de Sahagún

1159 – Possível data para o casamento entre D. Urraca, uma das filhas do rei D. Afonso Henriques, e o rei Fernando II de Leão

1160 – Possível data para o casamento entre D. Urraca, uma das filhas do rei D. Afonso Henriques, e o rei Fernando II de Leão

1162 – Reconquista definitiva de Beja pelos exércitos do rei D. Afonso Henriques de Portugal, comandados pelo conde de Castela Fernão Gonçalves. Ocupação das tropas do rei D. Afonso Henriques de Portugal em Límia, território pertencente ao reino da Galiza

1163 – Ocupação dos exércitos do rei D. Afonso Henriques na cidade de Salamanca, pertencente ao reino de Leão

1165 – Possível data para o casamento entre D. Urraca, uma das filhas do rei D. Afonso Henriques de Portugal, e o rei Fernando II de Leão

1166 – Ocupação dos exércitos do rei D. Afonso Henriques do condado/reino da Galiza. Ocupação das tropas do rei D. Afonso Henriques na cidade de Tui, cidade pertencente ao condado/reino da Galiza

1169 – Conquista e ocupação falhada dos exércitos do rei D. Afonso Henriques de Portugal, entre eles o mercenário Geraldo Geraldês, o “sem Pavor”, da cidade de Badajoz. Ferimento e captura do rei D. Afonso Henriques de Portugal pelas tropas do rei Fernando II de Leão

⁴⁹⁷ As datas que se encontram na cronologia da presente dissertação foram utilizadas ao longo do corpo textual do mesmo trabalho. De salientar que, apesar da maioria destas datações serem aceites pela maioria dos historiadores, autores e cronistas investigadores, é necessário referir que é possível encontrar discordâncias em alguns episódios históricos apresentados. Estas situações são alvos de diferentes interpretações e teorias.

- 1177 – Possível data para o casamento de uma das filhas de D. Afonso Henriques, D. Teresa Matilde de Portugal, com o conde Filipe de Flandres
- 1179 – Emissão da bula *Manifestis Probatum* pelo Papa Alexandre III, declarando o Condado Portucalense/reino de Portugal independente do reino de Leão e confirmando a posse do mesmo território a D. Afonso Henriques como monarca e soberano do mesmo território, bem como dos seus filhos e sucessores. Atribuição e doação de carta de foral à cidade de Lisboa
- 1184 – Possível data para o casamento de uma das filhas de D. Afonso Henriques, D. Teresa Matilde de Portugal, com o conde Filipe de Flandres
- 1190 – Atribuição e doação de carta de foral à vila de Almada
- 1194 – Segundo casamento de uma das filhas do rei D. Afonso Henriques de Portugal, D. Teresa Matilde de Portugal, com o duque Eudo III da Borgonha
- 1211 – Casamento da filha do rei D. Sancho I de Portugal, com o rei de Inglaterra João *Lackland*
- 1231 – Alcobaça, controlada pela Ordem de Cister, ganha contabilidade própria e isenção de pagamento de portagens alfandegárias no comércio com Leão e Castela
- 1249 – Fim da Reconquista Cristã portuguesa através da conquista de Faro, Silves, Porches e Albufeira pelo rei D. Afonso III de Portugal e os seus exércitos. Atribuição e doação de carta de foral à vila portuária de Setúbal
- 1250 – Entrega das terras de Faro conquistadas pelo rei D. Afonso III de Portugal ao rei Fernando III de Leão e de Castela
- 1252 – Morte do rei Fernando III de Leão e de Castela. Coroação do rei Afonso X de Leão e de Castela
- 1253 – Acordo estabelecido entre o rei D. Afonso III de Portugal e o rei Afonso X de Leão e de Castela, em que fica estipulado que Portugal pode ocupar as terras algarvias (em harmonia com a ocupação castelhana e lionesa), mas que em troca, todo o território dos Algarves ocupado e estabelecido como sendo parte do reino de Portugal tinha que pagar uma renda que revertia a favor de Afonso X. Casamento entre o rei D. Afonso III de Portugal e a princesa D. Beatriz, filha ilegítima do rei Afonso X de Castela
- 1267 – Tratado de Badajoz
- 1271-1273 – Os nobres castelhanos do rei Afonso X de Leão e de Castela rebelam-se em tom de descontentamento contra as decisões políticas do seu monarca e os mesmos aliam-se a Granada e prestam homenagem a Muhammad ibn Nasr
- 1284-1307 – Inquirições Reais criadas pelo rei Felipe IV, *o Belo* de França

1287 – Doação de Salir do Porto à rainha D. Isabel de Aragão pelo rei D. Dinis de Portugal, seu esposo

1293 – Implementação da instituição da Bolsa dos Mercadores no Porto, aprovada pelo rei D. Dinis de Portugal

1297 – Tratado de Alcanizes

1317 – Criação através de Carta Régia da Marinha de Guerra portuguesa, sendo nomeado o genovês Manuel Pessanha como primeiro Almirante do Reino, pelo rei D. Dinis de Portugal

1337 – Início da Guerra dos Cem Anos

1348 – A Peste Negra devasta a Europa

1356-1375 – Guerra dos Dois Pedros

1373 – Tratado de Westminster

1366-1369 – Primeira Guerra Civil de Castela

1369 – Coroação do rei D. Fernando I de Portugal

1369-1370 – Primeira Guerra Fernandina

1371 – Cortes de Lisboa

1372 - Cortes do Porto

1372-1373 – Segunda Guerra Fernandina

1377 – Atribuição e doação de carta de feira à cidade de Coimbra

1379 – Morte do rei Henrique II de Castela. Coroação do rei João I de Castela e de Leão

1381-1382 – Terceira Guerra Fernandina

1382 – Tratado de Elvas. Morte de Leonor de Aragão, rainha consorte de Castela

1383 – Tratado de Salvaterra de Magos. Morte do rei D. Fernando I de Portugal. Conspiração e assassinato do conde Andeiro, orquestrada pelo Mestre de Avis, D. João, alguns nobres portugueses, entre eles Álvaro Pais e Nuno Álvares Pereira e ainda pelo irmão da rainha D. Leonor Teles de Menezes de Portugal. Captura e aprisionamento de D. João de Portugal, Duque de Valência de Campos, filho do rei D. Pedro I de Portugal e de D. Inês de Castro e um dos principais candidatos ao trono português, em Salamanca, pelo rei João I de Castela

1383-1385 – Crise Dinástica portuguesa

1384 – O Mestre de Avis, D. João, nomeia Nuno Álvares Pereira fronteiro do Alentejo. Batalha dos Atoleiros. Cerco de Lisboa, realizado e comandado pelo rei João I de Castela

1385 – Chega apoio militar inglês a favor do exército português e contra o exército castelhano e francês. Cortes de Coimbra. Coroação e Aclamação do rei D. João I de

Portugal, Mestre de Avis. Batalha de Trancoso. Batalha de Aljubarrota. Batalha de Valverde.

1386 – Assinatura do Tratado de Windsor

1387 – Casamento entre o rei D. João I de Portugal e Filipa de Lencastre, princesa inglesa da Casa de Lencastre

1390 – Morte do rei João I de Castela e Leão. Coroação do rei Henrique III de Castela e Leão

1397 – Cortes de Coimbra

1398 – Cortes de Coimbra

1406 – Morte do rei Henrique III de Castela e Leão. Coroação do rei João II de Castela e Leão

1410 – Atribuição e doação de carta de foral à Alfândega do Porto

1411 – Assinatura do Tratado de Ayllón

1414 – Os exércitos de D. João I de Portugal tentam atacar e invadir o reino da Sicília, em território italiano, pertencente ao reino de Aragão

1415 – O rei D. João I de Portugal, juntamente com as suas tropas portuguesas comandadas pelo mesmo, e por iniciativa do Infante D. Henrique, Duque de Viseu, conquistam e ocupam a cidade de Ceuta

1416 – Morte do rei Fernando I de Aragão

1419 – Descoberta da Ilha da Madeira pelos navegadores portugueses João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira

1421 – Proibição por carta real do monarca D. João I de Portugal que se faça canal ou estacada na vila de Ródão. Atribuição e doação de carta de feira à vila de Tomar

1423 – Retificação do Tratado de Ayllón

1427 – Descoberta das Ilhas dos Açores pelo navegador português Diogo de Silves

1428 – Casamento entre o infante D. Duarte, futuro rei de Portugal e a infanta Leonor de Aragão

1431 – Retificação do Tratado de Ayllón

1433 – Morte do rei D. João I de Portugal, Mestre de Avis. Coroação do rei D. Duarte I de Portugal

1434 – Doação da vila de San Felices de los Gallegos à rainha de Portugal, D. Leonor de Aragão pela sua mãe, a rainha de Castela, Leonor Urraca

1438 – Cortes de Torres Novas. Morte do rei D. Duarte I de Portugal. Início da regência do reino de Portugal por D. Leonor de Aragão, Rainha de Portugal e esposa do falecido

rei D. Duarte I de Portugal e pelo príncipe D. Pedro de Portugal, Primeiro Duque de Coimbra

1439 – Cedência da regência do reino de Portugal pela rainha portuguesa D. Leonor de Aragão ao príncipe D. Pedro de Portugal, Duque de Coimbra

1440 – A rainha portuguesa D. Leonor de Aragão, esposa do falecido rei D. Duarte I de Portugal e regente do reino, foge para Toledo, em Castela

1444 – Atribuição e doação de carta de feira à cidade de Viseu

1445 – Morte da rainha portuguesa D. Leonor de Aragão, esposa do falecido rei D. Duarte I de Portugal e mãe do futuro rei D. Afonso V de Portugal, em Toledo, em Castela

1447 – A igreja de S. Pedro de Óbidos transfere o valor das taxas do povoado local para os pescadores

1449 – Atribuição e doação de carta de feira à cidade de Viseu. Batalha de Alfarrobeira

1451 – Casamento entre a infanta D. Leonor de Portugal, filha do falecido rei D. Duarte I de Portugal e de D. Leonor de Aragão, e o imperador Frederico III do Sacro Império Romano-Germânico

1452 – Coroação da rainha consorte da Germânia e imperatriz consorte do Sacro Império Romano-Germânico, Leonor de Portugal

1453 – Fim da Guerra dos Cem Anos

1454 – Reconciliação entre Pedro de Coimbra, Condestável de Portugal e filho do falecido infante D. Pedro, Duque de Coimbra, e o rei D. Afonso V de Portugal e Afonso I, Duque de Bragança. Morte do rei João II de Castela e Leão.

1455 – Casamento entre a infanta D. Joana de Portugal, filha do falecido rei D. Duarte I de Portugal e de D. Leonor de Aragão, e o rei Henrique IV de Castela

1460 – Doação ao cabido da sé de Viseu, por carta testamentária, o rendimento das barracas da feira de Cava pelo Infante D. Henrique, Duque de Viseu. Doação ao Convento de Cristo de Tomar, por carta testamentária, o rendimento das barracas da feira franca anual de Tomar pelo Infante D. Henrique, Duque de Viseu. Morte do Infante D. Henrique, Duque de Viseu

1461 – Morte do infante Carlos IV de Navarra e de Aragão, príncipe de Viana e de Girona e filho do rei João II de Aragão e de Branca I de Navarra

1463 – Morte da infanta D. Catarina de Portugal, filha do falecido rei D. Duarte I de Portugal e de D. Leonor de Aragão

1467 – Saque dos tributos da vila de Óbidos por parte dos Almojarifes locais

1468 – Conflito entre a Igreja de S. Pedro de Óbidos e a sua população local quando a entidade primeira não cumpre a promessa efetuada de mandar vir um capelão para as missas locais da mesma população, ao invés das grandes deslocações efetuadas que a última era obrigada a realizar para o mesmo ato

1471 – Ocupação portuguesa de Arzila, em Marrocos, pelos exércitos do rei D. Afonso V de Portugal. Autorização concebida pelo rei D. Afonso V de Portugal ao cabido da sé de Viseu da transferência da feira real anual de Viseu do dia de Santa Iria para o dia de Todos-os-Santos

1474 – Morte do rei Henrique IV de Castela e Leão. Coroação da rainha Isabel I de Castela e Leão

1476 – Batalha de Toro

1477 – O futuro rei D. João II de Portugal entrega as praças fronteiriças castelhanas de Castro Nuño e Cantalapiedra ao rei Fernando II de Aragão. Acordo entre Portugal e Castela, no que concerne à posse de estruturas de defesa fronteiriças, em que Portugal toma posse dos castelos castelhanos de Piedra Buena e de Zagalla e em troca cede a vila de Santiago do Cacém para Castela

1478 – Salvo-conduto criado e autorizado pelo rei Fernando II de Aragão a comerciantes castelhanos e aragoneses de os últimos poderem comercializar nos portos portugueses de Bragança e Guimarães

1479 – Coroação do rei Fernando II de Aragão. Batalha de Toledo. Tratado das Alcáçovas-Toledo. Fim da Guerra de Sucessão de Castela

1483 – Encarceramento, julgamento, condenação à morte e execução por decapitação de D. Fernando II, Duque de Bragança, por traição e conspiração contra o rei D. João II de Portugal. A administração das alfândegas das zonas fronteiriças do reino de Portugal passa para as mãos do monarca, a partir do reinado de D. João II de Portugal, ao invés de ser administrado pelos nobres locais, situação que ocorria anteriormente até ao presente ano até ao período da morte do Duque de Bragança, D. Fernando II

1488 – Primeira passagem bem sucedida do Cabo das Tormentas pelo navegador português Bartolomeu Dias, sendo renomeada mais tarde pelo rei D. João II de Portugal como Cabo da Boa Esperança

1492 – Fim da Reconquista Cristã castelhana e aragonesa e do Império do Al-Andaluz ibérico através da capitulação do reino nasrida de Granada e rendida aos Reis Católicos Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão. Chegada de Cristóvão Colombo às Bahamas e descoberta castelhana do continente americano. Promulgação do Decreto régio de

Alhambra, ordenada pelos Reis Católicos Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, em que força a conversão judaica e muçulmana no território espanhol de Castela e de Aragão, expulsando todos os seus elementos dos mesmos reinos, caso não aderissem à dita conversão

1495 – Morte do rei D. João II de Portugal. Coroação do rei D. Manuel I de Portugal

1496 – Decreto real de expulsão dos judeus do reino de Portugal, por ordem do rei D. Manuel I de Portugal

1497 – Expulsão definitiva dos judeus do reino de Portugal, por ordem do rei D. Manuel I de Portugal. Conversão forçada de judeus e muçulmanos que permanecem em Portugal ao cristianismo, passando a se chamarem de “cristãos-novos”, distinguindo-os dos “cristãos velhos” portugueses

1498 – Chegada de Vasco da Gama a Calecut e descoberta portuguesa do caminho marítimo para a Índia